REFLEXÃO FLAMA 1

REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE FLAMA

ANO I / Nº 1
DEZ 2009

ASSUNTOS DESTA EDIÇÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDUCAÇÃO
EMPREGO ÉTICA
GÊNERO INFÂNCIA LEITURA
PRÁTICA PROFISSIONAL
SEGURIDADE VELHICE
VIOLÊNCIA

Expediente

REVISTA ELETRÔNICA REFLEXÃO FLAMA
Número ISSN (em tramitação)
Email: revistafaculdadeflama@gmail.com

COMITÊ EDITORIAL
Hugo José Nascimento
José Remizio Garrido • Iranir Cardoso
Liandra Carvalho • Leila Braile

CONSELHO CONSULTIVO (membros permanentes - em formação)
Adriana Albuquerque - Mestre em Linguística e Filologia
Ana Paula Gomes da Silva - Assistente Social, Mestre em Política Social
Elizete Alvarenga Pereira - Assistente Social, Mestre em Política Social

FACULDADE FLAMA
Rua Pedro Correia, 370 - Centro - Duque de Caxias – RJ
Telefone: 55 (21) 2782-8278 • **Página na Internet:** www.flamaonline.com.br

CORPO DIRETOR
Presidente da Mantenedora: Hugo José Nascimento
Reitor: José Remizio Garrido
Diretora Adjunta: Iranir Cardoso
Coordenadora do Curso de Serviço Social: Liandra Carvalho

CORPO ADMINISTRATIVO
Bibliotecária: Andrea de Souza • **Secretária:** Elenir da Silva
Auxiliares Administrativas: Gleide de Araújo e Kelly Linhares • **Contador:** Paulo Siqueira
Coordenadora do Departamento de Estágio: Cleide Sant´Ana

CORPO DOCENTE DA FACULDADE FLAMA
Adriana Lima
Ana Paula Gomes
Aydee Valério
Cleide Sant'Ana
Elizete Alvarenga Pereira
Hugo Nascimento
Iranir Cardoso
José Eduardo Prates
Leila Braile
Liandra Carvalho
Márcia Cristina Monteiro
Maria do Carmo Gregorio
Maria Nasaré Pinto
Maurício Caetano Soares
Pedro Roberto Pereira
Selma Maria Alves
Thiago Esteves

Índice

Editorial 4

ARGUMENTO 5

Seção dedicada à publicação de artigos de profissionais do Serviço Social

Comissões municipais de emprego: dilemas na consolidação da participação da sociedade civil 6
Elizete Alvarenga Pereira e Ana Lúcia da Silva Garcia

Infância abandonada: uma análise do direito à convivência familiar nos abrigos 13
Ana Paula Gomes da Silva

Assistência Social, Neoliberalismo e os Desafios ao Serviço Social 21
Priscila Vasconcelos Lins

Notas sobre a construção da seguridade social brasileira 29
Tatiana Maria Araújo da Fonseca

A dimensão técnico-operativa da prática profissional: desafios e possibilidades do Serviço Social 36
Josy Ramos de Oliveira Amador

ENSAIO 41

Seção dedicada à publicação de artigos de alunos do Serviço Social
(sob a orientação de professor da área)

Gênero aqui e lá: uma análise sobre a percepção das estudantes de serviço social sobre a violência doméstica contra a mulher 42
Liandra Carvalho, Solange Maria da Penha e Tânia Maria Canella

Combate à violência contra a mulher: uma questão política 48
Maria Lúcia Costa de Oliveira

População de rua: breve análise dos usuários da Toca de Assis 54
Renata Soares da Silva

Situação da velhice no Brasil 60
Maria Helena Cardoso

A atuação do serviço social na educação 67
Simone Marques Xavier

DIÁLOGO 77

Seção dedicada à publicação de artigos (de profissionais ou estudantes) de áreas diversas
(cultura, filosofia, psicologia, cinema, televisão, política, etc)

Leitura e a importância da consciência metafonológica: uma questão psicológica e social 78
Marcia Cristina Lauria de Moraes Monteiro

A Reforma do Ensino Superior no Brasil 85
Kátia Junqueira

O sentido ético do belo em O banquete de Platão 94
Leila Braile

Editorial

O lançamento deste primeiro número da Revista Eletrônica Reflexão Flama representa – acreditamos – um marco no processo de desenvolvimento de nossa instituição. Trata-se de um instrumento de divulgação científica e de projetos e realizações organizacionais, através do qual pretendemos, entre outros objetivos, dar visibilidade às iniciativas de nossos corpo diretor, funcional, docente e discente, nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão universitária.

Esta edição inaugural é fruto do trabalho conjunto do corpo diretor da Faculdade Flama, funcionários da instituição, Conselho Consultivo e Comitê Editorial, porém, só foi realmente possível graças à alentadora resposta dada pelos articulistas às nossas demandas pelo material que, agora, vem a constituir o rico conteúdo que, com imenso prazer, trazemos a público neste número da Revista.

A todos e todas, o nosso sincero agradecimento!

*A*rgument*O*

Seção dedicada à publicação de artigos de profissionais do Serviço Social

COMISSÕES MUNICIPAIS DE EMPREGO:
dilemas na consolidação da participação da sociedade civil

Elizete Alvarenga Pereira
Assistente Social, Professora da Faculdade Flama, Mestre em Política Social
Ana Lúcia da Silva Garcia
Assistente Social, Mestre em Serviço Social

Fonte: http://noticiasdegaia.files.wordpress.com/2009/03/questo-sobre-emprego.jpg

Introdução

Este artigo discute a trajetória de consolidação da política pública de emprego e renda no Brasil, com ênfase na década de 90, período no qual são criadas as Comissões Municipais de Emprego, como espaço de participação da sociedade civil na implementação desta política. O texto divide-se em duas seções. Na primeira parte, apresenta uma breve discussão sobre o surgimento e o desenvolvimento da Política Pública de Emprego e Renda no Brasil. Na Segunda parte, analisa o surgimento e a trajetória de atuação das Comissões Municipais de Emprego do Rio de Janeiro. Finalmente faz-se uma discussão sobre a participação da sociedade civil nas Comissões e uma análise do papel que elas vêm exercendo na implementação da política pública de emprego e renda no Brasil.

1. A política pública de emprego e renda no Brasil

As primeiras iniciativas governamentais de estabelecimento de políticas públicas relativas às demandas da classe trabalhadora datam da década de 30, e tem como principais características a regulamentação das relações entre trabalhadores e empregadores, entre Estado, Sindicatos e Empresariado.

As primeiras iniciativas governamentais de estabelecimento de políticas públicas relativas às demandas da classe trabalhadora datam da década de 30

A primeira iniciativa do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR de criação de uma agência pública de emprego no Brasil se deu em 1975 quando o então presidente Ernesto Geisel criou o Sistema Nacional de Emprego – SINE, através do Decreto-lei nº 76.403.

O governo aplicou a resolução parcialmente porque não integrou a participação tripartite e paritária dos trabalhadores e empregadores conforme orientação da OIT, em função do regime ditatorial que vigorava. Instituição de mecanismos e instrumentos de ação setoriais para coordenar a formulação, execução e controle da política social: Conselho Nacional de Política de Emprego, Conselho Federal de Mão- de-Obra, Sistema Nacional de Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, do Sistema Nacional de Emprego – SINE. A Criação do seguro-desemprego foi instituído por meio do Decreto-lei nº 2.284 de 1986. Este seguro é um benefício temporário concedido ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, a ser requerido nas Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs.

Na década de 90: criação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, instituído pela resolução nº 59 de 25 de março de 1994 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Este Conselho foi instituído através da Lei nº 7.998 de 11/01/90 e funciona com representação tripartite e paritária, ou seja, com representantes dos trabalhadores, governo e empresariado.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT passou a ser composto

principalmente por contribuições do Programa de Integração Social – PIS e do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, recolhidas pelos empregadores à alíquota de 0,65% sobre o faturamento bruto das empresas. Sua constituição se dá em 1990, período em que houve a expansão do emprego precarizado e do desemprego, declínio do emprego industrial assalariado com registro em carteira, crescimento do trabalho por conta própria, entre outros.

O Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER é administrado pelas Secretarias Estaduais de Trabalho em todo o país e tem como finalidade principal fornecer crédito a setores que não tinham acesso ao sistema financeiro tradicional (micro e pequenas empresas, cooperativa, iniciativas da economia formal) dinamizando empreendimentos que pudessem efetivamente gerar emprego e renda.

O último constituinte da base do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é o Plano Nacional de Formação – PLANFOR, tendo como principal fonte de financiamento o FAT. Ele foi estruturado em 1995 e implementado a partir de 1996.

A implementação do PLANFOR é feita de forma descentralizada a partir de dois mecanismos: os Planos Estaduais de Qualificação Profissional – PEQs e as chamadas Parcerias Nacionais. Os PEQs são elaborados e coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho em conjunto com as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, que apresentam as demandas de qualificação no nível local e propõe organizações da sociedade civil – ONGs para serem as executoras dos projetos de qualificação profissional.

As fragilidades do PEQ e a baixa efetividade de suas ações levaram o MTE a extinguir o PLANFOR e criar o Plano Nacional de Qualificação – PNQ que é, hoje, a política pública de geração de emprego e renda que tem maior interferência nas Comissões Municipais de Emprego.

O PLANFOR, tinha algumas limitações, como pouca integração com as demais políticas públicas de trabalho e renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão de obra, produção de informações sobre o mercado de trabalho); desarticulação com as políticas de educação; ênfase nos cursos de curta duração, focados em habilidades específicas; fragilidade e deficiência no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação. (PNQ, 2003-2007).

2. As Comissões Municipais de Emprego no Rio de Janeiro

O CODEFAT ao vincular a transferência de recursos do FAT à existência de Comissões de Emprego e Renda nos estados e distrito federal, com base na Resolução nº 63, de 28 de julho de 1994, deu um importante passo na direção de consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com a participação da sociedade civil.

A maioria das CMEs foram criadas por decretos municipais a fim de atender às exigências do governo federal para o repasse de verbas do FAT. Por conta disso, nem sempre houve um processo de mobilização e participação efetiva dos segmentos da sociedade civil para ocupar esses espaços. Os prefeitos tentavam interferir na indicação não só da bancada

governamental, mas também na bancada do empresariado e da sociedade civil, já que as Comissões teriam poder de decidir sobre a destinação de recursos. Neste processo, muitas comissões não contaram com a participação de sindicalistas e organizações de trabalhadores, por causa das manobras políticas, e não adquiriram visibilidade ou presença ativa em seus municípios.

As comissões tinham a função de elaborar o diagnóstico e o levantamento no nível municipal das demandas para qualificação profissional e articular as organizações responsáveis por executá-las, mediante envio de projetos anuais, que eram submetidos às Comissões Estaduais para aprovação. Também tinham a função de gerenciar e supervisionar o trabalho das organizações e o repasse de recursos.

Um aspecto importante na relação das CMEs com outros atores é a sua "capacidade de mobilização e envolvimento, direto e indireto, de sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e governamentais, ONGs, centros de pesquisa, associações de moradores, escolas, grupos ligados às igrejas" (MARCELO, 2000, p.43).

As CME enfrentam vários problemas que dificultam seu funcionamento e desenvolvimento enquanto ator social.

A estratégia de descentralização das políticas públicas de emprego a partir do CODEFAT é fundamental para que o sistema funcione de forma integrada e democrática e, para que os resultados das políticas públicas atinjam os setores e as populações que de fato devem ser beneficiadas. Neste sentido, é fundamental que as instituições ou entidades representadas nas Comissões tenham uma atuação relevante e articulada, conferindo este mesmo caráter aos Conselheiros indicados.

No Estado do Rio de Janeiro, uma das ações de qualificação definidas pela Comissão Estadual de Emprego foi a realização de cursos de capacitação para que os conselheiros municipais de emprego pudessem realizar um trabalho mais efetivo em seus municípios, tendo em vista um alto grau de desconhecimento sobre o funcionamento da máquina estatal, a fragilidade que apresentavam para a elaboração de propostas consistentes na área .

As Comissões Municipais de Emprego do Estado do Rio de Janeiro, puderam ser beneficiadas durante três anos (2000 a 2003) por um Projeto de capacitação de Conselheiros desenvolvidos pela organização não governamental CEDAC, que tinha grande acúmulo na formação e assessoria ao movimento sindical, e que teve seu projeto aprovado pela Comissão estadual em três anos.

Pela primeira vez, no Estado do Rio de Janeiro, foi possível reunir em sub-regiões, representantes das três bancadas de diferentes municípios, para discutir a política pública de Emprego no Brasil, o papel da CME, bem como ajudá-los com as ferramentas para realização de diagnóstico de demandas locais. Além do Guia de Capacitação de Conselheiros foi desenvolvido um Sistema informatizado, o SICER- Sistema de Informações para Comissões de Emprego e Renda, reunindo numa única base de dados, informações demográficas, econômicas e sociais dos municípios produzidas

por diversas organizações governamentais e não governamentais.

Com base nesse trabalho, estimulou-se a organização e articulação das CME para que se tornassem sujeitos ativos na elaboração de propostas de políticas públicas que efetivamente discutissem a questão do emprego e da renda em seus municípios. Alguns seminários e articulações foram realizadas, buscando maior capacidade de argumentação junto à CEE, o que representou um pequeno avanço no trabalho das CME.

A concepção do papel das CME como "agentes do desenvolvimento local" foi defendida durante o processo de formação de conselheiros, bem como a de formuladores de propostas de políticas públicas, e não meros executores destas.

De acordo com o Guia para um processo de capacitação de conselheiros municipais de emprego do CEDAC, "as CME se tornam um espaço que se abre para a descentralização da tomada de decisões sobre políticas públicas que considerem a participação em nível local e regional de demandas sociais e econômicas". (CEDAC, 2000, p.26).

3. Tendências e contradições presentes na participação da sociedade civil nas Comissões Municipais de Emprego

As CME enfrentam vários problemas que dificultam seu funcionamento e desenvolvimento enquanto ator social. Elas enfrentam quotidianamente o problema da desarticulação das bancadas e da própria comissão, da desmobilização da sociedade civil para participação nessa instância, baixa capacidade técnica e propositiva. Porém, foi possível verificar um salto de qualidade na visão que os próprios conselheiros passaram a ter de seu papel, superando a visão inicial de meros identificadores de demandas para cursos de qualificação profissional.

Segundo Claudia Affonso, uma das técnicas envolvidas no processo de formação de Conselheiros desenvolvido pelo CEDAC, podemos destacar esse avanço:

> O debate nas comissões municipais tem possibilitado, contudo, a ampliação da disputa em torno dos projetos de desenvolvimento que interessam a cada uma dessas bancadas. Cada vez, discute-se menos os planos de qualificação, ainda que sejam um tema central, e coloca-se em xeque as opções macroeconômicas de desenvolvimento, inerentes à discussão sobre as causas do desemprego" (AFFONSO, 2001, p.104)

Se considerarmos o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda como um todo, a participação das CME para formular, acompanhar e avaliar a execução e desempenho de políticas públicas de emprego e renda tem sido muito pequena. No Estado do Rio de Janeiro, esta participação está praticamente restrita à qualificação profissional.

Não houve uma preocupação por parte dos gestores municipais para investir em recursos sociais no sentido de dialogar sobre a importância e o papel das CME, antes mesmo de sua criação.

Para que uma determinada política possa ser bem sucedida, deve haver

interação entre formuladores, implementadores e público alvo. Muitas vezes esta relação se torna difícil pelo distanciamento que há entre a posição ocupada pelos formuladores e a realidade vivenciada pelo público alvo.

Com relação aos formuladores, Lindblom afirma que "eles fazem parte de uma elite formada por integrantes do alto escalão do governo, chefes políticos, dirigentes partidários, entre outros, os quais são responsáveis pela decisão política (LINDBLOM, 1999, p.56).

Se fizermos uma análise dos programas em execução no Brasil, perceberemos que um dos problemas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda é que ele se consolidou muito tardiamente, ou seja, nos últimos anos da década de 1990. As políticas associadas a este sistema, apesar dos avanços, não funcionam ainda de forma integrada e também não possuem um sistema de informações adequado.

Quanto ao seguro-desemprego, foram introduzidas importantes mudanças nas normas para concessão deste benefício, como redução na comprovação do tempo de emprego formal, revisão no cálculo dos valores do seguro, diferenciando e elevando as parcelas, entre outros. Entretanto, percebemos que o aumento do desemprego formal tem contribuído para aumentar o número de beneficiários desta política principalmente na região Sudeste, onde se encontra o maior parque industrial do país e que tem passado por forte reestruturação produtiva nos anos noventa enxugando o quadro do pessoal ocupado neste setor.

Quanto ao seguro-desemprego, foram introduzidas importantes mudanças nas normas para concessão deste benefício, como redução na comprovação do tempo de emprego formal

Um dos problemas do seguro-desemprego é que esta política se limita a atender somente aos desempregados do setor formal, ou seja, aos assalariados com carteira assinada, deixando de atender mais da metade da população inserida no setor informal (Marcelo, 1999, p.40). As características do mercado de trabalho atual tais como o trabalho temporário, por conta própria, trabalho por tempo parcial, apontam para o esgotamento da sociedade salarial (Castel, 1998) que tem como fundamento o trabalho homogêneo e estável.

No que se refere ao PROGER, seus resultados têm sido insatisfatórios e irregulares, pois há uma inadequação dos agentes financiadores do Programa em relação aos grupos atendidos pelo mesmo. A incapacidade das instituições financeiras públicas em lidar com esse segmento da população explicita a enorme dificuldade de articular uma política social no interior de um sistema financeiro tradicional.

Para que o Programa de Geração de Renda esteja integrado a outras políticas públicas de emprego e mais acessível aos tomadores de crédito é imprescindível a criação de um sistema alternativo que possibilite empréstimo de curto prazo e com valor pequeno, garantias de aval solidário, entre outras ações.

Considerações Finais

Compreendemos que o combate ao desemprego em nosso país continua

sendo um enorme desafio tanto para o poder público como a sociedade civil organizada. Uma das principais características do mercado de trabalho atual é o fato de o desemprego ter se tornado um problema estrutural, o que dificulta a entrada e a permanência de trabalhadores no mercado e contribui para aumentar ainda mais o contingente de desempregados.

Assim, todo esforço da sociedade civil engajada nas Comissões Municipais de Emprego para consolidação de uma Política Pública de Emprego e Renda deve considerar esse cenário adverso, e buscar a ampliação de recursos e propostas, bem como garantir a efetivação destas.

Consideramos que o Plano Nacional de Qualificação – PNQ é um avanço no que diz respeito à participação de atores da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores, ONGs, fundações, comissões) na implementação desta política. Destacamos ainda a importância de um controle público mais rígido sobre os recursos aplicados e a efetiva descentralização desta política através da implementação dos Planos Estaduais de Qualificação - PEQs.

Compreendemos que o combate ao desemprego continua sendo um enorme desafio tanto para o poder público como a sociedade civil organizada. As Comissões Municipais de Emprego se apresentam como importante canal para efetivação de políticas públicas de emprego e renda, principalmente as que se referem à qualificação profissional. Porém, precisam ser capazes também de apresentar propostas para uma política macro-econômica capaz de estimular a criação de emprego e renda.

A articulação entre sindicatos associações, escolas de formação de trabalhadores, para ampliar a capacidade de pressão, aliada a um esforço permanente de mobilização e qualificação dos conselheiros, são estratégias fundamentais para o fortalecimento da participação da sociedade civil nas CME.

Referências Bibliográficas

AFFONSO, C. A CUT conselheira: tripartismo e formação profissional. Concepções e práticas sindicais nos anos 90. 2001. 261f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário. Rio de janeiro: Vozes. 1998.

CEDAC (org.). Guia para um processo de formação permanente dos conselheiros municipais de emprego. SETRAB/RJ, 2000.

CODEFAT. Resolução nº 001, 21 jun. 1990. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http.www.mte.gov.br.html>. Acesso em 21 mar. 2009.

LINDIBLOM, C.E. O processo de decisão política. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília. 1980.

MARCELO, J. As políticas públicas de emprego no Brasil – rumo a uma nova institucionalidade. In.: Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego – a experiência da CUT de 1998 a 1999. MTE/SEFOR/CODEFAT/CUT, 2000.

MTE. PNQ - Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Disponível em <http. www.mte.gov.br.html>. Acesso em 10 mar. 2009.

PEREIRA, A.P. Necessidades Humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

INFÂNCIA ABANDONADA:
uma análise do direito à convivência familiar nos abrigos

Ana Paula Gomes da Silva
Professora da Faculdade Flama e Assistente Social do INSS, Mestre em Política Social pela UFF
e Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela USP.

Fonte: linkedmind.files.wordpress.com/2009/07//acolher.jpg (Ian Cota)

A institucionalização de crianças e adolescentes é uma questão recorrente, ao menos, no último século. Historicamente esta prática se desenvolveu como medida assistencialista e autoritária impetrada contra as famílias pobres que, sob a justificativa da pobreza, tinham seus filhos separados de sua origem.

Na atualidade, a prática de institucionalização de crianças e adolescentes ainda se mantém, ignorando-se o direito à convivência familiar, preconizado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitas das motivações para a institucionalização permanecem as mesmas, girando em torno da pobreza, da falta de condições econômicas das famílias para cuidar de suas crianças.

Quando tratamos da institucionalização de crianças no nosso país como uma prática recorrente durante mais de um século atrás, observamos,

através de documentos e bibliografia especializada, que esta sempre foi uma prática aplicada aos filhos de famílias pobres que necessitavam do auxílio do Estado.

Nesta trajetória verificamos até os dias atuais práticas recorrentes que caracterizavam as ações de atendimento à infância pobre no início do século XX, que muitas vezes se desdobram em idéias e práticas atuais no tocante ao atendimento institucional à criança e ao adolescente.

A questão central do abandono, e a consequente institucionalização de crianças e adolescentes, assim como no passado, se apresenta pelo fato de

> *as normas, as leis e as práticas assistenciais, que além de estigmatizarem os pobres com acusações de irresponsabilidade e de desamor em relação à prole, deram origem a uma perversidade institucional que sobrevive até nossos dias: paradoxalmente, desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os. (VENÂNCIO, 1999:13).*

Se analisarmos as diversas formas de abandono de crianças e adolescentes, também, nos dias atuais, pelas formas de gestão política, justifica-se com culpabilização e responsabilização das famílias pelo abandono de sua prole. Todavia, tal abandono se inicia, em muitos casos, pela ausência ou falta de efetividade de políticas públicas. Segundo Barros (2005:112) "o procedimento de abandono da criança no Brasil, desde sua colonização, pode ser considerado como um processo frequente e continuado".

Durante os séculos XIX e XX, crianças e adolescentes eram colocados em asilos e orfanatos sob a justificativa da pobreza ou orfandade, muito embora a maioria destas crianças tivesse família. Na trajetória de construção de direitos sociais e de políticas públicas "as demandas que levaram um número inestimável de crianças brasileiras aos internatos dos séculos XIX e XX não foram devidamente enfrentadas ao nível das políticas públicas" (RIZZINI, 2004: 14).

Tal contexto contribuiu ainda mais para a tão enraizada prática de institucionalização de crianças. A reversão de tal quadro encontra inúmeras barreiras político-ideológicas, que caminham para a tendência de segregação, exclusão e miserabilidade que se encontra submetida grande parte da população brasileira.

Neste sentido, com relação às famílias que abriam mão de seus filhos como forma de cuidado, "as definições legais e regimentais estigmatizavam os protagonistas do abandono" (VENÂNCIO, 1999: 17). Com o passar do tempo a própria noção do abandono se altera, especialmente, com a criação de instituições de assistência quando

> *se, num primeiro período, o gesto de enjeitar o filho podia ser assimilado ao infanticídio, em outro, significava enviar a criança a uma instituição que cobria os gastos com roupas, medicamentos e contratação de ama-de-leite, sugerindo assim que o ato decorria da preocupação paterna ou materna em relação ao destino da prole (VENÂNCIO, 1999: 18)*

Assim, a opção política em não trabalhar a necessidade humana e sim criar mecanismos de controle da população pauperizada marca a política assistencial da época. "A criação de abrigos para enjeitados cumpria assim uma dupla função cristã: evitava o infanticídio e possibilitava que os cristãos exercessem a caridade e o amor ao próximo" (VENÂNCIO, 1999: 24).

Conforme observamos na bibliografia especializada da época, século XIX, havia determinação de

> *que todos os meninos e meninas 'desamparados' fossem assimilados à condição de enjeitados. Embora a lei fizesse referência a reentrega da criança aos respectivos pais, sem ônus para estes últimos, não deixa de ser trágico reconhecer que toda e qualquer criança pobre, para ser socorrida, era obrigada a entrar no circuito do abandono" (...)*
>
> "*No período pós-independência, o padrão indiferenciado da assistência foi mantido no Brasil. Toda e qualquer criança pobre, para ser socorrida pelo hospital, devia ser registrada como enjeitada (VENÂNCIO, 1999: 34)*

A opção pelo modelo asilar de atendimento à infância no Brasil, desde o século XIX se pauta, especialmente, sobre a necessidade de prestar assistência, porém com o objetivo de controle social da população pobre, não muito diferente de outras épocas quando se tratava esta população como "perigosa".

> *a ampla categoria jurídica dos menores de idade (provenientes das classes pauperizadas) assume, a partir da segunda metade do século XIX, um caráter eminentemente social e político. Os menores passam a ser alvo específico da intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas. (RIZZINI, 2004: 22)*

Desta forma, a prática de recolhimento de crianças em instituições se desenvolveu como principal instrumento de assistência à infância no Brasil. Com o passar dos anos a categoria de internatos caiu em desuso para a população mais abastada, para os filhos de ricos. Entretanto, permanece como prática recorrente para a população pobre, até hoje considerados como no século XIX, como ameaçadores da ordem social.

Durante os séculos XIX e XX, crianças e adolescentes eram colocados em asilos e orfanatos sob a justificativa da pobreza ou orfandade

O início do século XX foi marcado por diversas iniciativas, como a atuação do Estado no planejamento e implementação de políticas e ações voltadas à causa do "menor" abandonado. Foi neste período que se deu a criação do 1º Juízo de Menores do país e a aprovação do Código de Menores, em 1927.

Entretanto estas famílias eram representadas de forma negativa pela

política de assistência à infância, consideradas incapazes de manter seus membros junto a si, de educar e disciplinar seus filhos. Este mito de desorganização familiar dos pobres se constrói paralelamente a constituição da assistência social no país por parte do Estado, tendo por prática a desqualificação pessoal e familiar em suas ações e atendimentos sociais aos necessitados.

Legalmente, com o passar dos anos, o Estado permanece a confirmar e reforçar a concepção que julga incapazes as famílias pobres de educar seus filhos, haja visto o Código de Menores promulgado em 1979 que cria a denominação "menor em situação irregular", vindo a tão somente manter a concepção até então vigente no antigo Código de 1927 que submetia as famílias pobres a intervenção desmedida do Estado.

Todavia, esta legislação trouxe muitos questionamentos, especialmente, dada a conjuntura desta época já que o país vivia intensa contestação política e social, especialmente com os movimentos pró-democracia que exigiam o fim da ditadura militar. Neste bojo,

> *crescia o entendimento de que o tema era cercado de mitos, como o de que as crianças denominadas de menores – institucionalizadas ou nas ruas – eram abandonadas; o mito de que se encontravam em 'situação irregular' (Código de Menores: 1979), ou de que a grande maioria fosse composta por delinquentes (RIZZINI e RIZZINI, 1991: 75).*

E tomava corpo a compreensão de que o foco deveria recair sobre as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e a desigualdade social".

Diante desta conjuntura que trazia uma abertura política, contando ainda com intensa participação da sociedade civil através de organizações não-governamentais, é que se criam as bases para a implementação da nova lei que entraria em vigor – o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que promove um processo de abertura das imensas instituições de internação de crianças e adolescentes na comunidade, resultado de um início de mudança na forma de atendimento à infância no Brasil que priorizavam a manutenção da criança em meio social, em suas famílias.

Os anos trouxeram o empenho e a dificuldade na implementação do ECA. Este trazia consideráveis mudanças a respeito da internação de crianças e adolescentes de acordo com a medida aplicada. O abrigo passa a ser uma medida de caráter provisório e excepcional, aplicado como forma de proteção à criança e ao adolescente em situação considerada de risco pessoal e social; e a internação, somente para adolescentes, como uma medida de caráter sócio-educativo de privação de liberdade.

A dificuldade na implementação do ECA quanto à questão da institucionalização se dá, em certa medida, como uma tendência social em fazer crer que os índices de violência e criminalidade diminuiriam através do recolhimento e confinamento de jovens e crianças considerados em situação de risco em instituições, descaracterizando a provisoriedade e excepcionalidade da medida de abrigo.

Neste sentido, a sociedade passa a cobrar medidas, ditas mais

enérgicas, do Estado com vistas a livrá-los do incômodo que traz a infância pobre. Isto porque, segundo dados do IPEA, as crianças e adolescentes que se encontram abrigados no país são, prioritariamente, pobres, estando inclusive nesta situação sob a justificativa da pobreza. Porém, tal visão negligencia assim o disposto no art. 23 do ECA, onde se afirma que a falta de condições econômicas não caracteriza motivo para o afastamento do convívio familiar de crianças e adolescentes.

O ECA traz dispositivos que garantem o convívio familiar e comunitário onde afirma que:

> *As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento de grupo de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (ECA, artigo 92)*

Entretanto, a realidade pode não estar de acordo com o determinado pela legislação anteriormente citada. Observada a inexistência de dados referentes às instituições de abrigamento e à população atendida,

> *acredita-se que a maior parte dos grandes internatos – conhecidos como orfanatos – tenha sido desativada. Não se sabe ao certo se esta informação é verdadeira. Em seminários e debates, ocorridos em diferentes estados, ouve-se falar que diversas instituições mantêm o tipo de atendimento asilar do passado, embora sejam denominadas de 'abrigos' . (RIZZINI, 2004: 49)*

Conforme podemos observar, a questão da prática de abrigamento de crianças e adolescentes encontra-se em meio a inúmeras dificuldades, como a situação de pobreza e conflitos familiares que, na realidade, impedem o convívio familiar de crianças e adolescentes.

Os anos trouxeram o empenho e a dificuldade na implementação do ECA. Este trazia consideráveis mudanças a respeito da internação de crianças e adolescentes de acordo com a medida aplicada.

Desta forma, a instituição que oferece medida de abrigo como medida temporária de afastamento da família resultantes de situações consideradas de risco, permanece com atuação semelhante aos antigos internatos que nunca tiveram caráter de política pública e nem tão pouco visavam a reintegração familiar. Consideravam a família inapta, culpada pela situação de miséria e pobreza vivenciada pelas crianças e adolescentes, conforme hoje, recorrentemente, observamos nas instituições de abrigo.

As características assistencialistas e autoritárias que fundaram a

política de infância no Brasil permanecem de forma histórico-cultural confrontando-se diariamente com a política contemporânea que visa garantir a promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Neste sentido, tanto a Constituição Federal quanto o ECA asseguram como direitos fundamentais de crianças e adolescentes a convivência familiar[1], oferecendo, nos casos de abrigamento, incentivo à manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e, quando não for possível, promover a inserção em família substituta o mais breve possível.

Estas duas legislações iniciam um processo de intensas mudanças e revisão das práticas adotadas no desenvolvimento das ações para crianças e adolescentes no país. Entretanto, este processo, passados 17 anos da promulgação do ECA e 18 anos da Constituição Federal, ainda não se consolidou, não conseguindo impor a reordenação das ações necessárias à implementação da lei, de fato.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 101, parágrafo único, define a medida de abrigo como "medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade".

Na busca pela reordenação exigida pela lei, nos casos do atendimento em instituições que oferecem medida de abrigo, há que se considerar alguns princípios como, por exemplo, a substituição da tendência assistencialista por propostas de caráter sócio-educativo e emancipatório; prioridade à manutenção da criança e do adolescente na família e na comunidade, buscando-se prevenir o abandono; garantia do pleno desenvolvimento físico, mental, moral e social às crianças e aos adolescentes em condições de liberdade e dignidade; garantia de que o abrigo seja de fato uma medida de proteção social caracterizada pela provisoriedade.

Diante do resgate histórico e tendo por base dados empíricos da realidade atual podemos constatar que ainda há muito o que se reordenar com relação à garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados.

Pelo que podemos perceber, ainda permanece, em muitas esferas públicas e privadas, a visão de que as famílias pobres não tem condições de ter seus filhos junto de si, uma vez que ainda são consideradas "desestruturadas". Ora, mas o que significa esta desestruturação? E o que seria uma estruturação? A culpabilização das famílias pela institucionalização de seus filhos ainda dificulta em muito a reinserção familiar dos pequenos.

Um olhar restrito às famílias impõe longo tempo de institucionalização, assim como a ausência de um olhar mais amplo que constate que não são as famílias que abandonam seus filhos, mas elas que estão abandonadas, assim como seus filhos, a quem não é dado o direito de conviver com suas famílias, "na atualidade, ressaltam-se as competências da família, mas na prática, com frequência, cobra-se dos pais que dêem conta de criar seus filhos, mesmo que faltem políticas públicas que assegurem condições mínimas de vida digna" (RIZZINI, 2006: 18).

1 Art. 227 da Constituição Federal e art. 4 e 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na atualidade temos pela frente desafios duros, um deles se coloca através da persistência de um modelo assistencialista de gestão das políticas públicas que historicamente pautou o atendimento a população mais empobrecida e que é usuária desta política de proteção que se coloca através da medida de proteção de abrigo, mantendo-a pauperizada e sujeita a políticas clientelistas e coronelistas que impõe a política social como um favor.

Neste sentido, este tipo de política social desenvolvido com estas bases culminam com o afastamento das crianças e adolescentes de suas famílias. Isto porque existem algumas distorções e mitos que são fundamentais nesta trajetória. Com relação a intervenção na família e seus filhos, esta deveria ser uma exceção, mas não é, já que são muitos os que necessitam de auxílio devido a política social excludente que se apresenta, sendo assim, o alvo desta intervenção é sempre a família pobre quando entende-se que a violação dos direitos da criança e adolescente parte da família e não do Estado que descumpre suas funções sociais para com sua população. Neste círculo vicioso há uma falta de articulação e clareza de atribuições na rede de atendimento a esta demanda, deparando-se a família como uma total ausência de apoio social.

Pelo que podemos perceber, ainda permanece, em muitas esferas públicas e privadas, a visão de que as famílias pobres não tem condições de ter seus filhos junto de si.

Proteger, cuidar e assistir as crianças e adolescentes, assim como suas famílias é uma tarefa que exige posturas de colaboração entre os diversos atores políticos e sociais numa perspectiva intersetorial que objetive a elaboração de planos e metas, de acordo com competências e responsabilidades, construídos a partir do diagnóstico da realidade da criança e do adolescente e de sua família.

Aí se vê a importância de se demarcar as diretrizes de um trabalho local de qualidade que mantenha o foco de análise e intervenção dos diferentes níveis de governo garantindo-se a intersetorialidade das políticas e dos programas que se destinam às crianças e adolescentes e suas famílias.

Neste mote, é preciso enfatizar a importância do ambiente familiar e cultural no trabalho de preservação dos vínculos e reinserção familiar tendo por base o direito à convivência familiar atribuída pelo texto constitucional e pelo ECA. Para tanto há ainda a necessidade da articulação de uma política de valorização e formação dos recursos humanos que atuam com crianças e adolescentes, em especial, os institucionalizados visando o desenvolvimento de uma percepção e conhecimento dos vários contextos e aspectos que se relacionam e definem os processos de desenvolvimento da criança e do adolescente "entre eles a família, ambiente em que vive, a rede de relações que existe em torno e do qual participa" (BRASIL, 2002: 76) visando a promoção de um melhor desenvolvimento da criança e do adolescente, além de sua reintegração familiar, seja na família de origem ou em família substituta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Nívia Valença. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Rio de Janeiro, 2005. 248f. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.* Brasília-DF: Conanda, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Comitê da Primeira Infância. *Políticas intersetoriais em favor da infância: guia referencial para gestores municipais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente.* 1990.

BRASIL. *Constituição Federal da República.* 1988.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irmã & NAIFF, Luciene & BAPTISTA, Rachel (coord.) *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2006.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. *"Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80*. In: FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben. O trabalho e a rua; crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. SP: Cortez Editora. Apoio UNICEF/FLACSO/CBIA, 1991. p.69-90

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séc. XVIII e XIX.* Campinas: Papirus, 1999.

ASSISTÊNCIA SOCIAL, NEOLIBERALISMO E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL*

Priscila Vasconcelos Lins
Assistente Social

Fonte: blogspot.com/PW-4zFC07A/SPj248HstI/AAAAAAAABII/E37sRwnhb0M/s400/pobreza.jpg

** Este artigo constitui-se enquanto fruto das reflexões sistematizadas e apresentadas em monografia defendida em Junho de 2009, para obtenção do Título de Assistente Social pela UNIGRANRIO.*

Introdução:

O presente artigo tem como objetivo apresentar os rebatimentos da ideologia neoliberal frente à execução da política de assistência social, bem como apresentar os desafios do Serviço Social no exercício cotidiano da sua prática profissional, viabilizando aos usuários a efetiva implementação da política de assistência social.

Esse debate torna-se extremamente relevante para o fortalecimento da direção social que segue hegemonicamente a categoria profissional.

I) Os rebatimentos do neoliberalismo na execução da política de assistência social

A consolidação da assistência social enquanto política pública, inserida na Seguridade Social, se configura como um grande avanço, porém traz consigo heranças históricas da cultura política brasileira. Em decorrência dessas heranças históricas, das décadas passadas, a assistência social transita entre a benemerência/filantropia/assistencialismo - este com conotação de clientelismo político - e a condição de um direito social inscrito no âmbito da Seguridade Social. Sob este prisma, suas ações se configuram de forma seletiva e emergencial, ou seja, vinculada à população que vive em situação de pobreza absoluta, e que demandam atendimento emergencial.

Para compreender o campo da assistência social na sociedade brasileira, é preciso analisá-lo dentro do contexto capitalista, que se introduziu no Brasil e gerou profundas transformações societárias no marco do capitalismo tardio. Tais mudanças ocorreram no âmbito social, político, econômico e cultural; ou seja, no campo da vida social e do trabalho.

Mas precisamente na década de 1990, no Governo Collor, é que emergem os sinais das mudanças no mundo do trabalho, na economia e no social, principalmente através do ideário neoliberal que se instaurou no país. Nesse sentido, podemos dizer que as mudanças que estão ocorrendo no Brasil, por força da globalização e do neoliberalismo, têm impacto direto nas formas de organização do Estado, assim como no contrato e funcionamento do trabalho.

No caso do Brasil, podemos falar que as transformações societárias, a partir da reestruturação capitalista, estão muito distantes da ordem tardo-burguesa do capitalismo central. No entanto, alguns traços caracterizados da ordem tardo-burguesa estão se inserindo rapidamente a nossa vida social. Conforme expressa Netto:

> Não ocorre aqui a oswaldiana antropofagia: não é "atraso" nacional que deglute o "moderno" – são os vetores societários tardo-burgueses que vão refuncionalizando e subsumindo o "tradicional". A internalização das grandes corporações transnacionais no espaço socioeconômico brasileiro; as reestruturações dos conglomerados nacionais; o intercâmbio econômico e científico-tecnológico com o mundo "globalizado"; as diferenciações na polarizada estrutura de classes; uma industria cultural muito bem estruturada e monopolizada, dotada de uma mídia eletrônica com cobertura

> (espacial e social) inclusiva – tudo isso põe a sociedade brasileira num patamar tardo-burguês. Aqui, a constituição da ordem tardo-burguesa não se apresenta nem se apresentará, tal como nas sociedades cêntricas em que se desenvolve primariamente – sua configuração se estrutura sem que haja a evicção do "atraso" e do "tradicional"; estrutura-se como ordem tardo-burguesa periférica.(NETTO, 1996, p. 105)

O Brasil produziu de maneira significativa o avanço da desigualdade social, devido à grande concentração de renda, esse processo vem sendo cada vez mais acentuado ao longo dos anos. Desse modo, a ideologia neoliberal introduz fenômenos no cenário atual que são praticamente impossíveis de serem enfrentados. Nesse contexto, podemos dizer que possuímos uma assustadora "dívida social" gerada pelo grande capital.

A consolidação da assistência social enquanto política pública, inserida na Seguridade Social, se configura como um grande avanço, porém traz consigo heranças históricas da cultura política brasileira.

A assistência social vem sendo executada a partir de ações pontuais; de órgãos governamentais dispersos, práticas de indivíduos, grupos e entidades. Para que essas ações não se configurem dessa forma é preciso compreender a assistência social como um dos setores da política social brasileira, levando em consideração as perspectivas históricas e sociais. Ou seja, situar a ação da assistência social como de origem na cerce das relações ordenadas entre Estado e os setores excluídos da sociedade, no contexto da reprodução social da força de trabalho.

Nessa perspectiva ocorreu, e ainda ocorre na sociedade brasileira, uma tentativa de desvincular a assistência da responsabilidade do Estado, criando "novos campos" para a execução dessa política - mais especificamente, através de ajuda aos necessitados, ou por práticas eleitorais proveitosas e clientelistas. Nesse sentido, perpetua-se à lógica do favor e da solidariedade. Percebemos o deslocamento de responsabilidade do público para o privado, assim como do interesse pessoal. Todo esse processo fez parte da gênese da política de assistência social, e mesmo após afirmação como política pública, esbarramos com esses paradigmas que cercam a história da assistência social.

O quadro crítico que o capital enfrentou na época (crise econômica internacional (1974-1975) fez com que o próprio pensasse em um processo de reestruturação que garantisse: recuperação do seu processo de reprodução e restituir o seu projeto de dominação societal. Nesses termos, vai ocorrendo um exaurimento desse modelo de produção ("fordista-keynesiano"[2] - baseado na produção/consumo em massa), causando seu declínio. Esse processo obviamente atinge a classe trabalhadora e o capital de formas antagônicas.

A crise do padrão de acumulação capitalista ocorre por decorrência da

2 Esse padrão de crescimento perdurou por quase 30 anos, e foi caracterizado pelo período dos "anos de ouro" do capital.

diminuição das taxas de lucros e, em contrapartida, ocorre um aumento das taxas de inflação que atingem a base econômica de regulação keynesiana. Nesse período, as idéias neoliberais criam força, e seu modelo de acumulação flexível se instaura no país. Suas teorias criticam o excesso de poder do Estado, no âmbito do mercado e da sociedade.

Nesse sentido, as teorias neoliberais focam em medidas de ajuste, formadas por um projeto ideológico, político e econômico, que visa à liberdade dos mercados; ou seja, a desregulamentação da economia que vai favorecer o livre fluxo de produtos e de capital. Desse modo, o Estado deveria fortalecer o funcionamento do mercado, de maneira que os investimentos fossem mínimos para o trabalho e máximos para o capital.

Os neoliberais sustentam a idéia de que a intervenção do Estado é antieconômica e antiprodutiva, pois cria um processo de falta de estimulo do capital nos investimentos, assim como, os trabalhadores a trabalharem. Ademais, afirmam a ineficiência e ineficácia do mesmo, a partir do momento em que não atendem as demandas dos consumidores inseridos no mercado e não conseguem eliminar a pobreza - pois tornam os pobres dependentes do Estado paternalista. Tais dilemas, só poderiam ser solucionados a partir da construção de um Estado forte e capaz de garantir à expansão do mercado e da livre economia, através da acumulação de capital, privatização, desregulamentação da economia, flexibilização trabalhista, ou seja, a reconstrução do mercado, e também da competição e do individualismo. "Por último, seria preciso combater o igualitarismo, pois a desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição entre os indivíduos no mercado". (LAURELL, 2002, p. 162).

O Estado passa a dicotomizar a forma de intervenção das políticas sociais, que, dessa maneira, retomam seu caráter liberal residual, e "a questão da garantia dos direitos" volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado" (COUTO, 2006, p. 70).

Esse paradigma sustenta o retorno da sociedade civil no que se remete aos direitos, assegurando a área do direito individual. No que tange os direitos sociais, retoma a lógica de mercado e da filantropia, ou seja, "se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los no mercado, transitando, assim, da ótica do direito para a mercadoria" (ibidem, p. 72). Assim, caso a população não possua condições de comprá-los, deverá ficar a mercê da benevolência dos membros da sociedade, que nesse caso irá retomar o papel de responsável por essas demandas sociais. Nesta lógica, o Estado somente deve intervir na garantia de um mínimo a população, somente para aliviar a pobreza. Consequentemente, instaura-se o agravamento da crise social, com altas taxas de desemprego estrutural, reforçadas pelo avanço tecnológico, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social na contemporaneidade.

Essas políticas foram conquistadas no "Consenso de Washington" - 1989 se organizavam através de um conjunto de regras que posteriormente seriam aplicadas de forma padronizada nos diversos países do mundo. Dessa forma obteriam apoio político e econômico dos governos, garantindo assim a sua hegemonia.

Compulsoriamente, quase todos os países adotaram medidas

recomendadas pelo Banco Central, e essas medidas ganharam força. Esses ajustes não atingem somente a esfera econômica, atingem todas as esferas e afetam as relações sociais como um todo. Percebe-se claramente a proporção das transformações sociais, porém torna-se importante ressaltar que essas transformações, e seus impactos ocorreram de forma diferenciada entre os demais países, principalmente nos considerados periféricos. Contudo, podemos dizer que do ponto de vista social, eles se desenvolveram de forma generalizada. Sendo assim, os países centrais, considerados mais ricos não escaparam dos efeitos de ajuste neoliberal, mas os países mais pobres, periféricos foram os que mais sofreram. Ou seja,

> (...) em vez de promover uma "equalização" entre as regiões e os países do mundo, subjacente à falsa "utopia global" por trás da globalização, o que se vê é uma crescente ampliação das distâncias e das desigualdades entre eles (SOARES, 2003, p. 22).

Especificamente no Brasil, os impactos das políticas neoliberais se deram de maneira mais intensa no âmbito do trabalho, em função do desemprego e da precarização das condições de trabalho, gerando um processo de exclusão cada vez maior, pois a proletarização transforma o salário como a única fonte de sobrevivência.

Desse modo, o direito de cidadania que foi construído debilmente nos países da América Latina foi trocado por "atestados de pobreza", que viabilizam o acesso a esses serviços realizados de maneira precária.

> Além disso, foram introduzidos mecanismos que interromperam o processo de construção de uma seguridade social mais ampla e generosa, baseada nos direitos de cidadania e no dever do Estado, e que incorporava três áreas sociais da maior relevância: saúde, previdência e assistência (ibidem, p. 34).

Na verdade, o grande beneficiário da política neoliberal é a Burguesia Brasileira, sendo clara a priorização do governo em proteger o capital, à custa da exploração do trabalhador e da redução de direitos sociais, mesmo que isso gere cada vez mais um quadro de pauperismo no Brasil.

Em suma, esse cenário constitui um campo amplo de desafios para o Serviço Social no cotidiano profissional de sua prática, sobretudo no processo de execução e consolidação da política de assistência social inserida sob um patamar de direito social.

Consequentemente, instaura-se o agravamento da crise social, com altas taxas de desemprego estrutural, reforçadas pelo avanço tecnológico, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social na contemporaneidade.

II) Os desafios do serviço social

Por decorrência desse cenário adverso, ocorre uma ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais, isto é, existe uma maior legalidade dos serviços sociais no âmbito das esferas do poder, por decorrência do agravamento da questão social.

Nesses termos, ocorre a necessidade de uma atualização da prática profissional frente aos desafios postos pela conjuntura neoliberal, ou seja, repensar a intervenção profissional, sobretudo, nas bases de legitimação das demandas profissionais, bem como nas suas dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa. Pois ambas: "nunca podem ser desenvolvidos separadamente – caso contrário cairemos nas armadilhas da fragmentação e da despolitização do Serviço Social" (SOUZA, 2006, p. 05)

Sob este prisma, são muitos os desafios. O mais significativo é tornar o Projeto Ético-Político um "guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada" (IAMAMOTO, 2007, p. 233).

Enquanto categoria politizada, devemos assumir um posicionamento crítico frente à ofensiva neoliberal que leva a sociedade na direção do aprofundamento das tendências de barbárie, em função das profundas transformações. Nesse sentido, os assistentes sociais devem construir uma nova prática que fortaleça os interesses das classes subalternas dentro das instituições, programas e políticas sociais, ou seja, criar mecanismos que fomentem a constituição das classes subalternas em classes políticas que questionem e rejeitem o discurso das classes dominantes, pois assim a instituição torna-se espaço de luta para a incorporação das classes subalternas através da efetivação dos direitos sociais (principalmente os consolidados via Constituição Federal de 1988). Nesse caso, o Serviço Social deve apoiar e aliar-se às lutas coletivas da classe trabalhadora para criar um campo democrático popular de luta e articulação de forças políticas capazes de promover uma contra-hegemonia ao sistema capitalista vigente para a gênese de uma nova ordem societária.

Contudo, diante do exposto, temos que ter cuidado para que a nossa prática profissional não oscile entre o messianismo e o fatalismo.

> a) De um lado, o fatalismo, inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão "perversa" da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social entrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão;
>
> b) De outro lado, o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão "heróica", ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social. (IAMAMOTO, 1992, p. 115, 116).

A criação de um projeto profissional crítico e progressista deve levar em consideração os limites que se expressam, por decorrência das condições

institucionais de mercado de trabalho, devido à instauração do ideário neoliberal. Portanto, tais visões se situam nas concepções naturalistas e idealistas da esfera de vida social no cenário moderno, ou melhor, pós-moderno. Nesse aspecto:

> A superação do fatalismo e do messianismo na análise da prática social – com as suas derivações no exercício profissional – implica o desvendamento da própria sociedade que gesta essas concepções e sua crítica teórica radical, historicamente constituída. Em outros termos, supõe recuperar a tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista. Mostra a atualidade, por um lado, do método e do arsenal de categorias que permitiram expressar, no nível do pensamento, as condições de existência real dessa sociedade. Por outro lado, recuperar a dimensão prática, como "prática-crítica" com explicito caráter de classe. (IAMAMOTO, 1992, p. 113)

Enquanto categoria politizada, devemos assumir um posicionamento crítico frente à ofensiva neoliberal que leva a sociedade na direção do aprofundamento das tendências de barbárie

A categoria de Serviço Social deve defender a atuação profissional em consonância com os pilares do projeto ético-político, porém é importante salientar que ela não pode estar desvinculada das demais lutas dos trabalhadores. O projeto profissional hegemônico da categoria vincula-se a um projeto societário antagônico ao das classes dominantes, e exige lutar contra o movimento capitalista vigente. No entanto, o Serviço Social enquanto profissão nada poderá mudar, e sim enquanto classe trabalhadora organizada e politizada, pois se os assistentes sociais continuarem a desempenhar uma prática paternalista e burocrática, permanecem reproduzindo e contribuindo para o padrão de dominação econômico atual.

Diante dessa conjuntura, afirmar a assistência social como direito é um desafio, pois é um campo repleto de contradições, conflitos e impasses. No entanto, é uma tarefa que pode ser realizada por todos os segmentos da sociedade, ou seja, buscar nos limites do capitalismo a ampliação dos investimentos para reduzir os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho. Diante disso, a assistência social passará a ser inscrita como direito social, com participação ativa da população, e com um Estado realmente responsável pela mesma.

> O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 1998, p. 17)

Apesar de um passado cheio de preconceitos e de instrumentos autoritários no campo social, precisamos romper com a cultura assistencialista que perpassa a história da assistência e lutar por uma sociedade direcionada a universalização dos direitos, da democracia e da justiça social.

Considerações Finais

Concluímos este artigo com a finalidade de oferecer subsídios que possam contribuir para o forte debate que hoje atravessa a política de assistência social frente à atual conjuntura brasileira.

O movimento de globalização da economia demanda reformas na esfera do Estado, expressas através do processo de privatizações, mudanças no mundo do trabalho e na redução das políticas sociais. Nesses termos, devemos superar a visão ingênua de que a assistência social emergiu como um instrumento de enfrentamento e redução das desigualdades sociais postas pelo capitalismo.

O resgate que devemos fazer hoje da política de assistência deve situá-la sob um patamar de direito social e de cidadania, garantido via Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, os assistentes sociais precisam estar conectados à realidade imposta pelo cenário neoliberal, para assim pensar ações concretas para a atuação profissional, buscando alternativas para a manutenção das políticas sociais, ou seja, dos direitos sociais, através de uma prática crítica, política, democrática, competente e compromissada com os interesses da das classes subalternas.

Referências Bibliográficas

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. – 8. ed – São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* 13 ed. – São Paulo. Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

LAURELL, Asa Cristina. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo* – 3ª edição - São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 50, ano XVIII, abril 1996.

SOARES, Laura Tavares R. *O desastre social***.** Rio de Janeiro: Record, 2003. – (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

SOUZA. Charles Toniolo de. "A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional". Artigo apresentado em setembro de 2006 na ocasião da prova integrada do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO.

NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Tatiana Maria Araújo da Fonseca
Assistente Social graduada pela UERJ. Mestre e Doutoranda em Política Social
pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora e Profª Substituta da UFF / Profª da Unisuam.

Fonte: http://professoraclara.com/imagens/mst001.jpg

O presente artigo pretende realizar uma análise sobre a Seguridade Social com ênfase na Seguridade Social Brasileira, a fim de contribuir para o debate no campo das políticas sociais.

A idéia de seguridade social corresponde a um conjunto de direitos sociais materializados em benefícios providos pelo Estado e garantidos pelo conjunto da sociedade a partir da compreensão de que os riscos a que estão sujeitos seus membros são de responsabilidade de todos (LOBATO: 2004,1).

Aprofundando essa compreensão nos termos de Fleury (1993), a modalidade de proteção social denominada Seguridade Social aponta para

um conjunto de políticas públicas que, através de uma ação governamental centralizada e unificada, procura garantir a todos os cidadãos um mínimo vital em termos de renda, bens e serviços, voltados para os ideários de justiça social – o que seria eficaz na redistribuição da riqueza social e na correção das desigualdades do mercado.

Nesse contexto cabe-nos tecer algumas reflexões acerca da distinção entre a instituição convencionada Estado de Bem-Estar (Welfare State) e o processo convencionado bem-estar social (Social Welfare). O Welfare State é a tentativa institucionalizada de promover o bem-estar de todos os membros de uma dada sociedade, enquanto o Social Welfare é o bem-estar concreto usufruído pelos membros de uma sociedade, seja mediante as políticas do Welfare State ou de outras instituições (PEREIRA, 1994).

Conforme Pereira (1998) é importante analisarmos que o complexo político-institucional denominado Seguridade Social (inaugurado na Inglaterra, na década de 40), por sua vez, constitui a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar ou do Welfare State, como é internacionalmente conhecido.

Cabe apontarmos que as características dos Estados de Bem-Estar não são uniformes e homogêneas, apresentando variações de um país para outro. Na tentativa de classificação Titmus apresenta três modelos de política social onde podem ser encontrados, sozinhos ou associados, os três tipos de bem-estar expostos a seguir (PEREIRA,1994/FLEURY,1994/DRAIBE 1993):

1º) Modelo residual – Baseia-se na concepção de que somente na ausência das duas instituições naturais ou socialmente dadas – o mercado e a família – é que o Estado deve intervir nos problemas sociais. Paradigma da individualização dos problemas sociais.

2º) Modelo de desempenho e performance industrial ou meritocrático-particularista – Atribui às instituições de bem-estar uma função de colaboradora à lógica econômica, ou seja, as necessidades sociais devem ser atendidas de acordo com o mérito pessoal do trabalhador, com o seu desempenho e produtividade.

3º) Modelo institucional redistributivo – Elege o Estado como o principal provedor dos bens e serviços universais baseados no critério das necessidades sociais e regulador do mercado.

A história tem mostrado que esses modelos estão presentes na maioria dos Estados de Bem-Estar modernos que podem conter elementos dos três modelos, não sendo esses excludentes entre si. Já THERBORN (1993 *apud* PEREIRA, 1994) toma como parâmetro a classificação a partir das dimensões do nível de reconhecimento dos direitos sociais e a orientação para o mercado e para o pleno emprego e detecta quatro tipos de Welfare State:

a) Welfare States com forte e decisiva presença dos Estados preocupados, ao mesmo tempo, com a universalização das políticas sociais e com o pleno emprego. Este é o modelo que prevalece na Suécia, Noruega, Áustria e Finlândia.

b) Welfare States compensatórios, generosos no reconhecimento e na concessão de direitos sociais, mas com baixo comprometimento com o pleno emprego. É o caso de países como a Bélgica, Dinamarca,

Países Baixos, Suíça e Japão.

c) Welfare States com baixo nível de reconhecimento de direitos, mas com certo compromisso institucional com o pleno emprego. Therborn não apresenta exemplos conhecidos, embora indiretamente forneça indicações para a identificação desta modalidade de proteção social, especialmente na fala dos adeptos do emprego como antídoto à proliferação de políticas sociais.

d) Welfare States orientados para o mercado, com fraco reconhecimento ou concessão de direitos e baixos compromissos com o pleno emprego. É a situação típica de países que abraçaram a ideologia liberal ou liberal-conservadora, como a Austrália, Canadá, Estados Unidos, Grã Bretanha e Nova Zelândia.

Os momentos históricos marcantes do desenvolvimento da política social, como política de seguridade social, integrante do Welfare State, foram a questão social e a crise econômica mundial. O surgimento de uma nova classe de assalariados industriais, no século XIX, possibilitou o surgimento da legislação social e de um conjunto de medidas de proteção social que passou a constituir, entre os anos 40 e 70, os pilares do Welfare State, a saber: políticas voltadas para o pleno emprego, universalidade dos serviços sociais, extensão da cidadania e o estabelecimento de um parâmetro sócio-econômico, considerado digno pela sociedade, abaixo do qual a nenhuma pessoa poderia viver. Além disso, a crise econômica liberal, acirrada, em 1929, com a Grande Depressão econômica e com o aumento do desemprego, produziu grandes alterações na ideologia e na prática prevalecente do *laissez-faire* tornando viável uma efetiva intervenção do Estado na economia e na sociedade. Tal intervenção encontra respaldo na doutrina keynesiana, que, desde os anos 30, apóia a necessidade de intervenção do Estado para assegurar alto nível de atividade econômica. No plano social, o mesmo intervencionismo encontra justificativa na nova idéia de segurança de existência, a qual prevê a instauração e a organização de sistemas de seguridade pública como direito do cidadão e dever do Estado. Nesse cenário destacamos o Plano Beveridge, elaborado sob a coordenação de sir William Beveridge em plena Segunda Guerra Mundial (1942), que incluiu no sistema de Seguridade Social todos os cidadãos e todas as necessidades sociais importantes da vida moderna. Somado a isto, é imperativo considerar a concepção de cidadania de Marshall, que, no final dos anos 40, incorporou na categoria de direitos (ao lado dos civis e políticos) os serviços sociais, levando o Welfare State ao patamar de instituição diretamente responsável por estes serviços, considerados, desde então, como direitos sociais.

O Welfare State é a tentativa institucionalizada de promover o bem-estar de todos os membros de uma dada sociedade, enquanto o Social Welfare é o bem-estar concreto usufruído pelos membros de uma sociedade, seja mediante as políticas do Welfare State ou de outras instituições (PEREIRA, 1994).

Foi a partir da concepção de Seguridade Social inaugurada nos anos 40 (que se contrapunha à noção de Previdência Social bismarckiana, baseada

no seguro social, inaugurada na Alemanha pelo chanceler Otto von Bismarck, em 1883) que se pôde falar de uma política social *incondicional.* Isto é, uma política que garantia a todos o status de cidadania, que ultrapassava uma visão contratualista de proteção social, e na qual o Estado protegia de maneira abrangente, o pobre, o incapacitado para o trabalho, o desempregado. Concluímos, pois, que baseado nessa visão não-contratualista de proteção social, a concepção de Seguridade Social de pós-guerra apresentava características tais como: unificação de seguro, benefícios e serviços sociais; universalização da cobertura e prevenção de riscos, infortúnios, além de compensação de perdas e danos do presente. (PEREIRA:1998,63)

Apontamos com base em Pereira (1998) que são percebidas algumas modificações introduzidas no esquema de Seguridade Social e nas políticas do Welfare State contemporâneos dos anos 90 tais como: abandono do compromisso formal com o pleno emprego por parte dos governos; redução dos gastos sociais públicos; seletividade e focalização dos serviços sociais; privilegiamento da lógica do seguro, sobre o *status* de cidadania, que requer a garantia *incondicional* de plenos direitos e condições de cidadania a todos os indivíduos, via um amplo programa de assistência social; encolhimento da participação do Estado no processo de provisão social (produção e distribuição de bens e serviços), embora a sua presença continue forte na regulação e no financiamento das políticas de Seguridade Social e ênfase na responsabilidade individual em contraposição a responsabilidade do coletivo social junto ao bem-estar do indivíduo.

Para alguns estudiosos da política social a real abordagem do Welfare State não aponta para o seu desaparecimento, como muitos fazem crer, mas para a sua reestruturação ou mudança dos seus valores básicos. Enfim, evidencia-se, no âmbito da Seguridade Social, a desqualificação e o esvaziamento da vertente não-contratual e distributiva do sistema, acompanhados de uma forte valorização do esquema de seguro. Isso significa que parcelas consideráveis da população, que não estão inseridas no mercado de trabalho ou que não possuem capacidade de contribuição para com a Previdência, ficarão à mercê da atenção seletiva, focalizada, estigmatizante e precária da proteção social pública e da incerta caridade privada.

Considerações sobre a Seguridade Social Brasileira

Segundo Mota(2000) as políticas de seguridade social no Brasil assim se configuraram como tal, a partir dos anos 20 do século XX, com o surgimento da lei Eloy Chaves, em 1923, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS). As CAPS eram organizadas por empresas, com a participação financeira dos empregados, dos empregadores e, em alguns casos, da União. As primeiras CAPS foram criadas para categorias que tinham um expressivo papel na atividade exportadora (como é o caso dos ferroviários, estivadores e marítimos) e prestavam serviços de assistência médico-curativa, forneciam medicamentos, aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensões para os dependentes dos empregados e auxílio-funeral. As mudanças ocorridas após 1930 apontam para a base da intervenção social do Estado no Brasil. Dentre as principais

medidas destacam-se: criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), em 1933. Com a criação dos IAP's, a assistência particular das empresas esvazia-se em favor da oferta de serviços previdenciários públicos, cujo financiamento contava com recursos da União, embora a criação dos IAP's não tenha eliminado a prestação de serviços próprios das empresas. Têm-se na década de 40 outras medidas de regulação social, de que são exemplos o salário-mínimo e a CLT, as quais, articuladas aos dispositivos criados na década de 30, passaram a formar o complexo legal-institucional de regulamentação das condições de vida e de trabalho dos assalariados brasileiros e que persiste até 1964, com alterações pouco significativas. Paralelamente ao sistema oficial de seguridade foram criados o SENAI, o SESI e o SESC, cuja forma de financiamento é regulamentada pelo Estado como uma contribuição social obrigatória das empresas.

Na década de 70 surgem nos países desenvolvidos as primeiras criticas ao Welfare State, porém assiste-se no Brasil, sob os auspícios do regime militar e do milagre brasileiro, a uma relativa ampliação das políticas de seguridade social, como é o caso do FUNRURAL, da renda vitalícia para os idosos, do aumento do teto do benefício mínimo, além da abertura da previdência social para os trabalhadores autônomos e empregados domésticos e da ampliação da assistência médico-social e também a criação de fundos patrimoniais dos trabalhadores (FGTS, PIS, PASEP).

É no limiar da década de 80 que se inicia o período crítico daquele modelo de seguridade social, implantando no pós-64. Marcado essencialmente pelo que na época se denominou de "crise da previdência social", que gerou um amplo debate envolvendo expressivas organizações da sociedade. De fato, a crise nas políticas de seguridade, mais especificamente na esfera da previdência social e da saúde, ocorreu num momento em que a sociedade brasileira passava a conviver com a deflagração da crise da dívida externa, com o esgotamento do crescimento econômico nutrido pelo milagre e com um novo processo de organização da sociedade, por meio da ação sindical e partidário. Esse período é assinalado pelo surgimento de movimentos de massa, em defesa das eleições diretas e de uma nova Constituição, ao lado de outros movimentos populares urbanos e rurais, de caráter contestador e reivindicatório.

Para alguns estudiosos da política social a real abordagem do Welfare State não aponta para o seu desaparecimento, como muitos fazem crer, mas para a sua reestruturação ou mudança dos seus valores básicos.

É nesses termos que os anos 80 são palco de algumas inflexões importantes, que apontam para a emergência da crise da previdência no começo da década, culminando com as reformas estabelecidas pela Assembléia Nacional Constituinte, que inseriu, na Constituição de 1988, um sistema de seguridade social, definindo-o como "um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos á saúde, previdência e assistência social", reformulando a concepção da proteção social como um seguro social. As tendências da seguridade social brasileira nos anos 80 assumem a cultura privatista no sentido de imprimir reformas na Constituição de 1988, rumo ao

que Viana(2005)chama de *americanização* da seguridade social brasileira, Esse modelo é amplamente defendido pelo FMI, Banco Mundial, o BID e a USAID (agência de fomento norte-americana) que reforçam uma nova estratégia política, expressa nas tentativas de consolidar a expansão do mercado de recursos sociais privados e dos fundos de pensão.

A Seguridade Social alcançada pela Constituição Federal Brasileira de 1988 restringe-se à Previdência, à Saúde e à Assistência Social. Nos ditos de PEREIRA (1998) o Sistema de Seguridade Social Brasileiro é restrito e acanhado, se comparado com o esquema concebido por Beveridge, que previa um programa unificado e amplo de seguro social, a saúde, a assistência, a reabilitação, a pensão às crianças, o treinamento profissional *e* a sustentação ao emprego. Após dezenove anos, a Seguridade Social não foi implementada conforme previsto na Carta Magna, e as políticas que a compõem são executadas de forma fragmentada e desarticuladas, distante de tornar-se um todo coeso e articulado.

No governo Collor a situação agravou-se, com uma espécie de esquartejamento da unidade expressa no conceito de Seguridade Social, quando o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – Inamps foi transferido do Ministério da Previdência para o Ministério da Saúde e criou-se um Ministério da Ação Social, com a responsabilidade de tratar de assuntos relativos à Assistência Social. Ou seja, em vez da criação de um Ministério da Seguridade Social, a partir do qual seriam administradas, de forma conjunta, as três áreas do sistema de Seguridade, permaneceu uma fragmentação institucional e administrativa do sistema. De forma similar no governo Fernando Henrique Cardoso onde ocorreu além do esquartejamento, uma superposição institucional como no caso da Assistência Social. Com efeito, esta área, embora tenha sido acoplada ao Ministério da Previdência, que passou a ser chamado de 'Ministério da Previdência e da Assistência Social', teve uma parte dos seus destinatários coberta pelo Ministério da Justiça (crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência). Para agravar ainda mais a ingerência fragmentadora no âmbito da Assistência Social, foi criado o Programa Comunidade Solidária[3] que, apesar de desenvolver ações assistenciais, esteve ligado à Casa Civil da Presidência da República, e não se baseou pelos mandamentos da LOAS (PEREIRA, 1998).

Conforme Boschetti (2006), a Seguridade Social Brasileira agregou universalidade e seletividade, centralização e descentralização, distributividade e redistributividade, gratuidade e contributividade. Isso porque no tripé, a política de assistência social tem como base os princípios da seletividade, gratuidade, redistributividade, centralização (para as prestações continuadas) e descentralização (para os programas, projetos e serviços). A política de saúde traz os princípios da universalidade, gratuidade, redistributividade e descentralização e a previdência é assegurada mediante contribuição direta e sua organização centralizada no governo Federal. Esta relação fragmentadora entre as políticas no interior da Seguridade Social não decorre apenas da ingerência governamental diante da nova proposta constitucional. É necessário considerar os avanços

3 Programa de governo da gestão FHC e que tinha como objetivos identificar e articular programas sociais federais, de responsabilidade de diferentes ministérios, voltados para o combate à pobreza.

neoliberais no que tange à privatização e focalização das políticas de Seguridade Social.

Numa análise sobre a Seguridade Social Brasileira, BOSCHETTI(2005) aponta os princípios constitucionais como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração (C.F., artigo 194) e que estes se aplicam em diferentes graus e dimensões a cada política que compõem a Seguridade Social, não instituíram um sistema amplo, homogêneo, integrado e articulado de direitos. Alguns autores qualificam a seguridade social como sistema inconcluso (FLEURY, 2004a), outros afirmam que ocorreu uma metamorfose inconclusa do seguro para a Seguridade Social (TEIXEIRA, 1990), e outros ainda entendem que ela permanece entre o seguro e a assistência (BOSCHETTI, 2003b).

Enfim, o campo da Seguridade Social Brasileira é um terreno adverso e em constante disputa; merece nossa atenção quanto aos mecanismos de articulação política que o constituíram historicamente e os arranjos presentes na atual conjuntura bem como as formas de inter-relação entre as três políticas que o compõem.

Referências Bibliográficas

BOSCHETTI, Ivanete. O Suas e a Seguridade Social. In: Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate. Textos para a V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, dezembro de 2005.82p.

_____. Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília:Letras Livres:Editora Unb, 2006.

DRAIBE, Sônia. O Welfare State no Brasil:características e perspectivas. *Cadernos de pesquisa 32*. Campinas: UNICAMP (30pp), 1993.

FLEURY, Sônia. Estado sem cidadãos: Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

_____. A Seguridade Inconclusa. In: INESC, A Era FHC e o Governo Lula: Transição? Brasília: INESC, 2004 a.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Seguridade Social, saúde e equidade no Brasil: elementos para reatualizar o debate. In: RAP nº 2004.

MOTA, A.E. Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.2ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Potyara A.P. Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências. NEPPOS/CEAM/UNB, 1994.

_____. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. In: Revista Serviço social e Sociedade, nº 56 São Paulo: Cortez, 1998.

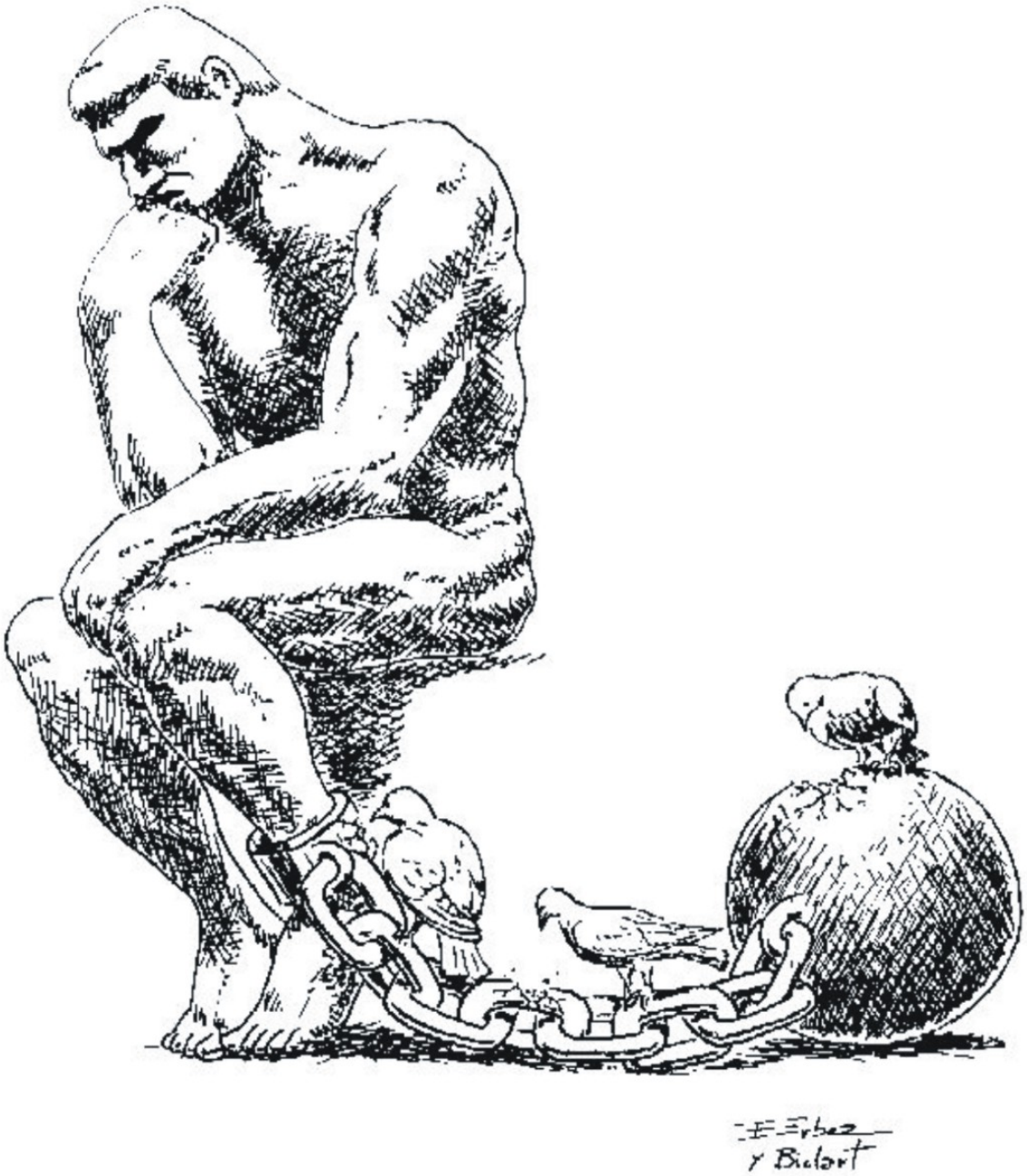
TEIXEIRA, Aloísio. Do Seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila e LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção Social: Introduzindo o Debate. In: VIANA, A. L. d'Ávila; ELIAS, Eduardo M. e IBAÑEZ, Nelson (org.). *Proteção Social: Dilemas e Desafios*. SP: Hucitec, 2005.

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL:

desafios e possibilidades do Serviço Social

Josy Ramos de Oliveira Amador
Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela UERJ



Fonte: http://www.hploco.com/lgvibe1/images/pensador.jpg

Introdução

Para fazermos uma crítica teórica do momento presente, com o objetivo de esclarecer tendências e identificar, na realidade, limites e possibilidades para o exercício profissional nos espaços do cotidiano, faz-se necessário captar o movimento do real na sua historicidade, pois é no real que as tendências, limites e possibilidades vão estar sinalizados.

Devemos ressaltar que vivemos um momento histórico onde o velho conservadorismo, como nos lembra Iamamoto (2002), apresenta-se como novidade, tanto na sociedade quanto na profissão, desafiando os que o recusam a dispor de clareza teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da questão social, as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais, buscando avançar na qualificação do seu exercício e na consolidação do projeto ético-político no cotidiano das ações profissionais.

É fundamental apreender a profissão no contexto sócio-político-econômico do qual faz parte, sintonizando o Serviço Social com "os novos tempos", para captar novas demandas profissionais, bem como novas possibilidades de intervenção profissional nos espaços do cotidiano que sejam mais comprometidas com a população usuária dos serviços institucionais.

Faz-se necessário captar o movimento do real na sua historicidade, pois é no real que as tendências, limites e possibilidades vão estar sinalizados.

Assim, analisar criticamente a dimensão técnico-operativa do exercício profissional, nos dias atuais, torna-se um desafio aos Assistentes Sociais que buscam, através de uma qualificação contínua das respostas profissionais, bem como dos instrumentos de trabalho, melhor enfrentar as sequelas da questão social expressas na forma de demandas.

O presente artigo busca analisar o significado da dimensão técnico-operativa do exercício profissional, ressaltando sua trajetória histórica no Serviço Social, bem como alguns marcos importantes no re-pensar dos instrumentos técnico-operativos, tais como o Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorrido nas décadas de 1960-1970.

I – A dimensão técnico-operativa do exercício profissional: Questões para análise

Ao analisar os desafios e dilemas que cercam a dimensão instrumental operativa no Serviço Social, Santos (2006) nos afirma que atualmente é consensual entre os autores do Serviço Social[2] a consideração de que para uma competência profissional faz-se necessária a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, porém, não houve avanços significativos na bibliografia nem nos fóruns de debate da e sobre a profissão uma discussão sobre os instrumentos e técnicas do Serviço Social, pois:

> (...) apesar da grande preocupação em se evidenciar uma

2 Netto (1990), Silva e Silva (1995), Iamamoto (1998), Vasconcelos (2002) entre outros.

> unidade na diversidade, o que faz com que para se pensar a dimensão técnico-operativa seja necessário pensa-la em conjunto com as demais dimensões, nunca se chega à dimensão técnico-operativa propriamente dita. Fica evidente então que existe uma preocupação com as singularidades das demais dimensões da intervenção, mas não dos instrumentos e técnicas, elementos que possibilitam, juntamente com os demais, a materialização da ação (2006:17).

Para um melhor entendimento dos dilemas que envolvem a dimensão técnico-operativa do exercício profissional, é necessário uma breve reflexão sobre o movimento instaurado na década de 1960, denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Tal movimento caracterizou-se primordialmente pela contestação da prática profissional *"tradicional"*, com o modelo caso-grupo-comunidade.

Para Iamamoto (2001) o Movimento de Reconceituação caracterizou-se por sua busca de criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo profissional, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos.

Houve, segundo a autora, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a *"libertação dos oprimidos"* e comprometida com a *"transformação social"*. Tal movimento teve como um de seus objetivos, a busca de se atribuir um *estatuto científico* ao Serviço Social, através de uma reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e a prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica, do debate e da produção de conhecimentos, buscando estreitar os laços entre esta e a sociedade.

Importante ressaltar é que o Movimento de Reconceituação vivido pelo Serviço Social, nas décadas de 60 e 70, representou a primeira aproximação com a perspectiva crítico dialética do marxismo, contribuindo para uma ruptura teórica e prática com a tradição conservadora e tradicional presentes na profissão.

A apropriação inadequada da teoria marxista pelo Serviço Social, refletiu no trato problemático das dimensões da prática interventiva do Serviço Social, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Segundo pensamento de Netto (2007) houve uma apreensão enviesada da tradição marxista por parte de setores do Serviço Social e, indica alguns traços interligados que particularizam essa apreensão:

I – Em primeiro lugar tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas;

II – Em segundo lugar, a referência à tradição marxista foi muito seletiva, sendo determinada pela relevância de sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos "clássicos" da tradição marxista, mas a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis "discutíveis".

Para o referido autor, uma das consequências desse movimento foi a

apreensão da teoria como sendo:

– algo que se transforma em prática de forma imediata, portanto, "teoria de ruptura" é igual à "prática de ruptura".
– algo que, por si só, oferece os procedimentos para a intervenção, ou seja, que da teoria se retira, de forma imediata, instrumentos próprios a ela.

E a prática foi apreendida como:

– sinônimo de instrumentos e técnicas;
– análoga ao mercado exclusivamente;
– reduzida à prática profissional.

Cabe ressaltar que um referencial teórico não se deriva, imediatamente em instrumentos e técnicas para intervenção, mas o mesmo contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação. Ainda, é ele quem empresta o conteúdo a ser comunicado através desses instrumentos, oferecendo subsídios à sua utilização ao desvelar as mediações necessárias à passagem da teoria à prática.

Acreditamos que se as demandas com as quais trabalham os assistentes sociais são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, sociais e ideológicas) elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais e manipulatórias.

Mas, pelas próprias características do cotidiano, os homens não se perguntam pelos fins: para quem servem? Que forças reforçam? Qual o projeto de sociedade que está na sua base?

Elas exigem intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos); exigindo ainda ações que estejam conectadas ao projeto profissional do Serviço Social que tem princípios éticos de cunho coletivo.

Dessa forma, não se pode tomar a instrumentalidade apenas como singularidade, como um fim em si mesma, o que significaria suprimi-la como particularidade. Pois, no cotidiano, como o espaço da instrumentalidade, imperam demandas de natureza instrumental. Nele, a relação meios e fins rompe-se e o que importa é que os indivíduos acionem os elementos necessários para alcançarem seus fins. Mas, pelas próprias características do cotidiano, os homens não se perguntam pelos fins: para quem servem? Que forças reforçam? Qual o projeto de sociedade que está na sua base? Tampouco pelos valores que estão implicados nas ações desencadeadas para responder imediata e instrumentalmente ao cotidiano (GUERRA;2000).

Para Boska (1994) é fundamental a discussão acerca dos instrumentos e técnicas no Serviço Social, pois, são estes que permitem a operacionalização de uma proposta de ação; sendo através deles que contactamos a realidade, conhecendo-a para através deles intervir. No entanto, o autor afirma que ao situarmos a relevância dos instrumentos e das técnicas para a profissão, consideramos que estes, em si, não nos dizem nada. Mas se voltarmos à

maneira como vamos utilizá-los, tornam-se previamente definidores de seu sentido e significado. Assim temos como ponto de partida a afirmação de que o Serviço Social não tem como horizonte sua própria constituição enquanto ciência, pois não há um objeto próprio, podendo ser e é, um produtor de conhecimentos.

O Serviço Social, em sua trajetória histórica, ao sistematizar uma prática, consolidou uma maneira própria de agir, criando um determinado saber, porém, não conseguiu constituir teoricamente esta criação, seus instrumentos. Segundo Boska (1994) a profissão incorporou às suas ações, determinadas maneiras de agir, normatizadas como aplicação de regras formais sobre a realidade, para atingir um resultado.

Porém, com a apropriação de referenciais críticos, estes instrumentos foram sendo "abandonados" a partir da compreensão de que a teoria, em sua conotação ideológica, mostra a melhor maneira de conduzir a prática. No entanto, impõe-se o resgate deste conhecimento, em suas qualidades e teor tecnicamente adequados às características da realidade, garantindo e realizando seu sentido político, onde conduzir tecnicamente seja também, conduzir cientificamente, ou seja, onde a construção deste "saber prático" passe pelo domínio de categorias reais com as quais o assistente social trabalha, dando respostas concretas a esta realidade social.

A efetivação do projeto ético-político profissional requer uma luta pela ampliação dos espaços profissionais, bem como condições de trabalho adequadas para a viabilização desse projeto no cotidiano das instituições. Sendo assim, os princípios éticos, ao impregnarem o instrumental técnico-operativo dos assistentes sociais, indicarão um novo modo de operacionalizar o exercício profissional, estabelecendo balizas para sua condução nas condições e relações de trabalho.

Referências Bibliográficas

GUERRA, Yolanda. "A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos." In: Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, nº10. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, UFRJ,2004.

_____.As racionalidades do capitalismo e o Serviço Social. In: MOURO, H. & SIMÕES, D> (org.) 100 anos de Serviço Social. Ed. Quarteto, Coimbra, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. e Carvalho, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica. São Paulo, Cortez, 17ªed. 2005.

_____.O projeto profissional e a questão social; In: CFESS. Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão, p. 13-50. Brasília, CFESS, 2002.

_____.O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2ª ed. Cortez, São Paulo, 1999.

SARMENTO, H. B. de Moraes. Serviço Social: das formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. In: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais, módulo 4, programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais, Brasília, CFESS-ABEPSS-CEAD, 2000.

_____.Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1994.

VAZQUEZ, Sanches A. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 4ªed.

*E*nsai*O*

Seção dedicada à publicação de artigos de alunos do Serviço Social (sob a orientação de professor da área)

GÊNERO AQUI E LÁ!

UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DAS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Liandra Lima Carvalho
Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama, Mestre em Política Social pela UFF

Solange Maria da Penha
Assistente Social, graduada pela Faculdade Flama

Tânia Mª R. Ferreira Canella
Assistente Social, graduada pela Faculdade Flama

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_5ohf7aqBvOg/StkuyHwF04I/AAAAAAAABRc/w4zQh2cfGYY/s320/flor+despetalada.jpg

Apresentação

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa da Faculdade Flama, que teve como objetivo analisar a percepção de estudantes do sexo feminino, matriculadas em todas as turma do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama acerca da identificação e estratégias de combate no tocante à violência doméstica contra a mulher. Tal objetivo foi construído a partir de algumas reflexões da equipe responsável pela pesquisa acerca do fenômeno conhecido como "democracia da violência doméstica contra a mulher", pelo qual se evidencia que a violência doméstica contra a mulher independe de nacionalidade, língua, credo, grau de escolaridade, cor, etc. "O fato é que a violência doméstica não respeita classe social, escolaridade, cor religião ou faixa etária e se faz presente das mais variadas formas no cotidiano das mulheres". (BRITO, 2007, p.68).

Acreditamos nessa concepção teórica que vem sendo provada cada vez mais por meio de pesquisas sociais nessa área. Verificamos também que a maioria das pesquisas realizadas trazem à tona a realidade e a construção social de mulheres em situação de violência doméstica que possuem o seguinte perfil: moradoras de localidades carentes, com um baixo grau de escolaridade, desempregadas e negras[1]. Ou seja, ao acreditarmos que existe uma "democracia" junto à violência doméstica, a mesma dificilmente consegue ser demonstrada pelas pesquisas sociais realizadas em virtude da pesquisas, na maioria das vezes, se darem em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Centros de Atendimento à mulheres em situação de violência doméstica mantidos por órgãos públicos, Organizações Não-Governamentais voltadas para esse tipo de atendimento. Com base na realidade do município de Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com a qual as autoras tiveram contato por meio de atividades de: participação em fóruns municipais, fóruns regionais, reuniões dos Conselhos Municipal dos Direitos da Mulher, em Conferências Municipais e Estaduais de Políticas para as Mulheres; estágio supervisionado; experiência profissional e experiência de pesquisa, as mulheres em situação de violência doméstica que buscam atendimento nestes órgãos são mulheres pertencentes as classes D e E, que se encaixam no perfil acima descrito. Verificamos que as mulheres pertencentes a outras classes, que vivem episódios de violência doméstica raramente buscam atendimento nos órgãos citados anteriormente, em virtude de vários motivos: além do medo e da vergonha, comum a todas; a necessidade de "exposição" de sua situação de vulnerabilidade para obter tal atendimento. A partir dessa reflexão, decidimos utilizar como campo de pesquisa, para nosso exercício acadêmico, a Faculdade Flama e, assim, realizar a entrevista com mulheres que cursavam o nível superior, no Curso de Serviço Social, oferecido por esta Instituição de Ensino. Ressaltamos que a escolha das entrevistadas serem estudantes do sexo feminino da Faculdade Flama foi pautada numa reflexão acerca da temática de gênero,

90% das entrevistadas não possuem nível superior, 80% das entrevistas são as primeiras de sua família de origem (pai, mãe, irmãos, tios, tias, avós e avôs) a cursar o nível superior.

1 Consideramos como mulheres negras as mulheres que se identificam como pardas e negras, de acordo com a classificação do IBGE.

considerando-o que o mesmo deseja

> entre o fato do disformismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apóia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura (Heilborn, 1994:1)

Já que a profissão de Serviço Social, no Brasil, é exercida majoritariamente por mulheres.

Estrutura Metodológica

Para a realização da pesquisa social exposta neste ensaio utilizamos questionários, formulados a partir da técnica entrevista estruturada (MINAYO, 2007). A aplicação do instrumento da pesquisa foi realizada em dois dias, no mês de junho de 2008, escolhidos aleatoriamente, e a participação junto à pesquisa foi voluntária. Para a aplicação do instrumento de pesquisa, as autoras buscaram inicialmente os docentes que ministrando aulas nos dias selecionados, apresentaram aos mesmos a solicitação para uma conversa com a turma, explicando o objetivo da pesquisa e posteriormente a aplicação dos questionários, já que todas as turmas estavam em aula, no momento da aplicação.

No período da aplicação da pesquisa a Faculdade Flama, no Curso de Serviço Social, contava com 112 alunas matriculadas, nas 5 turmas: 1˚ período, 2˚ período, 3˚ período, 4˚ período e 4˚ ano, ao total 84 alunas aceitaram participar da referida pesquisa.

Exposição dos Resultados

Em virtude do desejo de conhecermos a realidade social das nossas entrevistadas, mapeamos o perfil das mesmas e assim verificamos que 30% encontram-se na faixa etária de 21 a 30 anos, 40% encontram-se empregadas, 40% possuem renda de 1 a 2 salários mínimos[2]. Outros dados pessoais interessantes também foram verificados: 90% das entrevistadas não possuem nível superior, ou seja, a graduação em Serviço Social é o primeiro curso de nível superior que cursam; 80% das entrevistas são as primeiras de sua família de origem (pai, mãe, irmãos, tios, tias, avós e avôs) a cursar o nível superior.

Ao questionarmos acerca dos conhecimentos acerca da Lei 11.340/06, conhecida como "Lei Maria da Penha", 95% das entrevistadas informaram já ter ouvido falar da referida legislação, ao serem questionadas sobre qual informação conheciam da legislação, a maioria (20%) informaram que a agressor era punido com maior rigor, junto a essa questão também observamos informações errôneas a respeito da mesma: 1 aluna informou que essa lei criava a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e 1 aluna disse que por meio dessa lei, a mulher em situação de violência doméstica não precisava de testemunhas. Ao questionarmos quais eram os tipos de violência doméstica contra a mulher de acordo com a legislação,

2 O valor do salário mínimo no período da realização da pesquisa era de R$ 415,00.

somente 12% acertaram os tipos, que são: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Ao aplicarmos junto às entrevistadas um teste sobre situações típicas de violência doméstica, elaborado e aplicado por equipes especializadas no atendimento à essa demanda, verificamos que 15% das entrevistadas responderam positivamente a pergunta: "Seu companheiro ou marido controla o que você faz, com quem você encontra e/ou com quem você fala?". Tal verificação nos preocupa já que a mesma pode ser um indício de que uma parcela das alunas do Curso de Serviço Social possa estar em situação de violência doméstica.

Ao questionarmos junto às entrevistadas se elas acham que mulheres pobres estão mais propensas a sofrer violência doméstica, 62% responderam que sim. Verificamos que mesmo junto às mulheres que estão cursando nível superior é comum a compreensão, frequente junto ao senso comum, de que somente as mulheres pobres sofrem violência doméstica ou que elas constituem o maior número de vítimas desse fenômeno social. Fato contestado por várias pesquisas realizadas nacionalmente e internacionalmente (SAFFIOTI, 2004, p. 83). Acreditamos que a mulher que sofre violência doméstica e é pobre fica mais visível neste cenário, do que a mulher de classe mais abastada, em virtude da primeira procurar os serviços públicos de atendimento, tais como: DEAMs, Centros de Referência e etc., consequentemente aparecem nas estatísticas. Ao verificarmos junto às entrevistas, qual a orientação que faria, caso uma mulher em situação de violência doméstica a solicitasse, 50% informaram que orientaria a procurar a Delegacia Policial. Embora o município de Duque de Caxias, possua diversos equipamentos sociais de combate à violência doméstica contra a mulher, como cinco Delegacias de Polícia, uma de atendimento especializado à mulher, um Centro de Referência, mantido, pelo Poder Público; uma ONG que realiza atendimento a essa demanda e um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, verificamos que 40% das entrevistadas conhecem sobre a DEAM.

Consideramos que é de suma importância o debate e o aprofundamento da questão, principalmente pelo profissional do Serviço Social

Fomos informados por 65% das entrevistadas que suas percepções acerca do fenômeno violência doméstica contra a mulher mudaram após a entrada na Faculdade. Das que informaram essa mudança, 30% relatou ter passado a compreender melhor o fenômeno da violência doméstica contra a mulher e 30% relatou ter adquirido uma visão mais ampliada do referido fenômeno. E 68% das entrevistadas registraram que gostaria que o currículo da Faculdade Flama abordasse de forma profunda o enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher.

Considerações Finais

Esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de propiciar o debate das discentes do Curso de Serviço Social, da Faculdade Flama, sobre um tema muito falado, o fenômeno violência doméstica contra a mulher, mas que na academia ainda precisa ter um incentivo que "provoque" uma indignação forte nas mulheres, na sociedade, para que haja a erradicação deste

fenômeno social que tanto têm assolado as mulheres em geral.

No Brasil, a divulgação dos mecanismos a favor da mulher em situação de violência doméstica vem contribuindo de forma acentuada para o crescimento das denúncias junto às delegacias, aos centros de referência, aos órgãos públicos de Assistência Social, no entanto, cresce alarmantemente o número de mulheres agredidas por seus companheiros, já que a relação de poder e dominação destes homens é cultural e histórico (SOIHET, 1989, p. 255).Acrescenta-se a isto, uma inquietação das autoras: Porque mulheres contemporâneas resistem em buscar ajuda quando sofrem violência doméstica, mesmo tendo a seu favor uma estrutura de combate à esse fenômeno social?

A realização da presente pesquisa possibilitou identificar que as percepções das discentes do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama acerca da violência doméstica, são muitas vezes associadas a juízos de valor, devido seu desconhecimento sobre esse fenômeno social. Essa compreensão pode estar relacionada à socialização de informações equivocadas, construídas historicamente em torno da violência contra a mulher.

Além disso, foi possível identificar mudanças na percepção das discentes acerca do fenômeno da violência doméstica, através da inserção das discentes na Faculdade. Revelando, inicialmente, uma visão mais ampliada sobre esse fenômeno social, como também permitiu reconhecer a relevância sobre essa temática ser abordada no âmbito da Instituição de Ensino, por meio do exercício de alguma disciplina.

Neste sentido, sugerimos a criação de um núcleo de estudos, objetivando dessa forma, o entendimento acerca da problemática que envolve a violência contra a mulher. Como isso, espera-se que o presente trabalho venha contribuir para novos estudos relacionados à violência doméstica, possibilitando que as lacunas não aprofundadas durante esse estudo possam ser melhor exploradas em futuras pesquisas.

Não queremos e nem pretendemos esgotar a temática, pois a mesma é complexa e requer muitos outros debates e novas proposições, já que a violência contra a mulher, como uma das interfaces da questão social, acompanha as mudanças da sociedade.

Consideramos que é de suma importância o debate e o aprofundamento da questão, principalmente pelo profissional do Serviço Social, tendo em vista que este pode atuar na proposição, elaboração e execução de políticas públicas que venham ao encontro das reivindicações destas mulheres.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de "decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo" (IAMAMOTO, 1998, p.20).

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8662, de 07 de Junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social.

_____. Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006. Lei Maria da Penha, coíbe a

violência doméstica e familiar contra a mulher.

BRITO, Benilda Regina Paiva de. Violência e solidão: territórios dominados por mulheres negras. In: TAQUETE, Stella R. (Org) **Violência contra a mulher adolescente / jovem.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

CARVALHO, Liandra Lima. **Violência doméstica contra a mulher**: uma discussão a partir das letras de algumas canções brasileiras. Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social Santa Luzia. Duque de Caxias, 2003. (mimeo).

FALEIROS, Eva. Violência de Gênero. In: TAQUETE, Stella R. (Org). **Violência contra a mulher adolescente / jovem.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

GIFFIN, Karen ; DANTAS-BERGER, Sônia Maria. Violência de gênero e sociedade de risco: uma abordagem relacional. In: TAQUETE, Stella R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente / jovem.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

GROSSI, Patrícia K; WERBA, Graziela C. **Violência e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade,** n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1998. Disponível em : <http:www.cress-mg.org.br/textos>. Acesso em nov. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

_____; MONICA, Muñoz Vargas. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

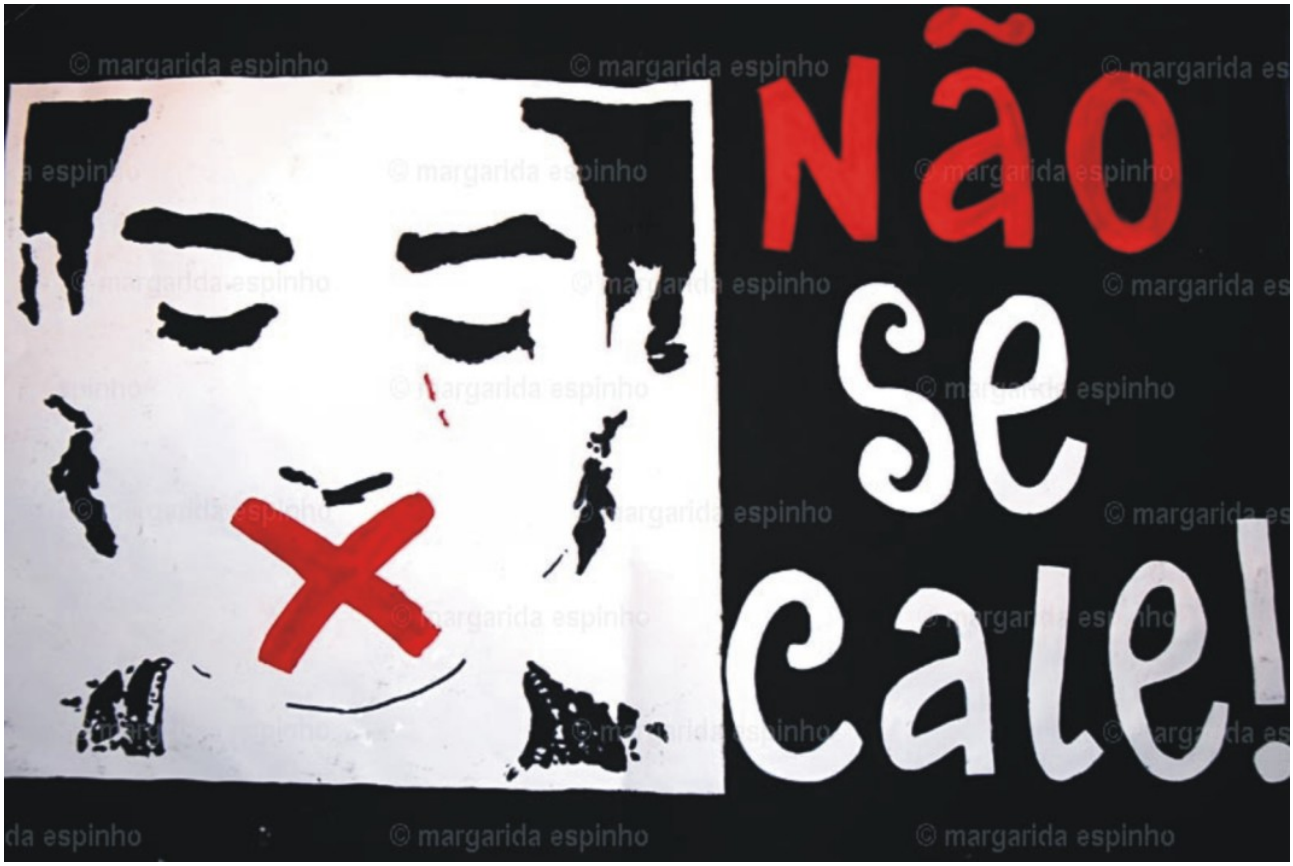
SOARES, Bárbara Musumeci. **Enfrentamento da violência contra mulheres:** impasses e desafios, violência contra a mulher adolescente / jovem. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

SPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **DIÁLOGOS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO.** DISPONÍVEL EM <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres.htm>. acesso em out.2008.

COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
uma questão Política

Maria Lúcia Costa de Oliveira
Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama



Fonte: http://reporteresjuniores.files.wordpress.com/2009/07/violencia-domestica_trabalho-de-margarida-espinho1.jpg

Aspectos iniciais

O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, países e do mundo. É um fenômeno antigo, silenciado ao longo da história. É uma questão social e impõe-se a participação de todos para sua prevenção.

1. O que é Violência contra a Mulher

Quando se fala em violência contra as mulheres, percebemos que existe por parte do público a disposição de levantar questões procedentes ou não, de travar o diálogo, de desenvolver o debate e elaborar reflexões; atitudes que são frutos do longo trabalho realizado nas últimas décadas de denunciar e transformar em relações democráticas os históricos conflitos ente mulheres e homens. Faltam muitos subsídios, informações e espaços para que esse debate ocorra livremente pelas ruas, escolas, mídia, empresas, poder político, sindicatos, partidos políticos e instituições religiosas.

Faltam também, por parte de alguns setores decisivos, interesses e a confiança de que a transformação é possível. Trata-se de uma questão

política: sensibilizar cada mulher e cada homem para que atuem na construção das publicações de igualdade, justiça social, cidadania, democracia, autonomia.

A violência contra a mulher carrega um estigma como se fosse um sinal no *corpo* e na *alma* da mulher.

Muitas vezes o tema é tratado como se fosse um problema muito distante, e não fizesse parte das preocupações das pessoas de bem: um fruto das desigualdades econômicas, algo que ocorre com as pessoas pobres, que moram longe e vivem alcoolizadas e drogadas. Não há dúvida de que quando se vive em condições precárias, tudo se torna mais difícil. Até mesmo a violência contra as mulheres. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em qualquer classe social há violência contra a mulher: "a violência contra a mulher no âmbito doméstico tem sido documentada em todos os países e ambientes socioeconômicos, e as evidências existentes indicam que seu alcance é muito maior do que supunha".

Há ainda a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima, e ainda cause prejuízo à saúde psicológica da mulher, pouco considerada pela mídia e menos ainda pelas autoridades públicas, quando tomam medidas políticas. Muitas mulheres temem fazer a denúncia, muitos serviços públicos não registram corretamente os casos de violência contra as mulheres. Mesmo assim, calcula-se que a violência contra as mulheres está presente em aproximadamente 15 milhões de lares brasileiros, o que é por demais significativo.

Temos também outros tipos de violência doméstica contra a mulher, são elas: a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; a **violência patrimonial,** entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria e ainda, a **violência física,** entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

2. Lei Maria da Penha

No dia 07 de agosto de 2006 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 11.340/06 – a Lei Maria da Penha[1]. Foram muitos anos lutando para que as mulheres pudessem dispor deste instrumento legal e para que o Estado brasileiro passasse a enxergar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Foram muitos os *slogans*[2] utilizados nas campanhas que trouxeram para o

1 Maria da Penha protagonizou um caso simbólico de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 1983, por duas vezes, seu marido tentou assassiná-la. Na primeira vez por arma de fogo, na segunda, por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como paraplegia e outras sequelas. Maria da penha transformou dor em luta, tragédia em solidariedade. A sua luta e a de tantas outras devemos os avanços que pudemos obter nestes últimos vinte anos.

2 Alguns dos slogans das campanhas: "Quem ama não mata", "Em briga de marido e mulher, vamos meter a colher", "Homem que é homem não bate em mulher", "Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência", "Sua vida

espaço público aquilo que se teimava em dizer ser resolvido entre as quatro paredes do lar. Quantas mulheres carregaram consigo a culpa por serem vítimas de violência por anos a fio? A quantos silêncios elas teriam se submetido? Quanta violência não foi justificada nos tribunais pela "defesa da honra" masculina?

Não são poucas as mudanças que a Lei Maria da Penha estabelece, tanto na tipificação dos crimes de violência contra a mulher, quanto nos procedimentos judiciais e da autoridade policial. Ela tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos. Altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher. Prevê, ainda, inéditas medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e aos filhos.

Em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, a Lei Maria da Penha dá cumprimento, finalmente, à Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de OEA (Convenção de Belém do Pará), ratificada pelo Estado brasileiro há 11 anos, bem como à Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da ONU. Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de políticas para as Mulheres, declara que" Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência. Este é o nosso desejo e deve ser o nosso compromisso."

2.1. Mudanças da nova Lei[3]

Inovações da Lei:

A nova lei tipifica e define[4] violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo as formas de violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual, e ainda determina que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz. Ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas) e é vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.

A mulher vítima de violência doméstica será notificada dos atos processuais, em especial quando do ingresso ou saída da prisão do agressor. A mulher deverá estar acompanhada de advogado(a) ou defensor(a) em todos os atos processuais.

Retira dos Juizados Especiais Criminais (lei 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher. Altera o código de processo penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.

---

recomeça quando a violência termina", "Onde tem violência todo mundo perde".

3 SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (Brasil) - Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional : Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero : Construindo Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretaria, 2003.

4 Art. 5° - Lei 11.340 Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Altera a lei de execuções penais para permitir que o juiz que determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal para abranger as questões de família decorrentes da violência contra a mulher.

Caso a violência doméstica seja cometida contra mulher com deficiência, a pena será aumentada em 1/3.

Autoridade Policial:

A nova lei prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher, permitindo à autoridade policial prender o agressor em flagrante sempre que houver qualquer uma das formas de violência doméstica previstas, registrar o boletim de ocorrência e instaurar o inquérito policial além de remetê-lo ao Ministério Público.

A autoridade policial pode, ainda, requerer ao juiz, em 48h, que sejam concedidas diversas medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência. E ainda, solicitar ao juiz a decretação da prisão preventiva com base na nova lei, que altera o código do processo penal.

A nova lei prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher, permitindo à autoridade policial prender o agressor em flagrante

Processo Judicial:

Perante a nova lei o juiz poderá conceder, no prazo de 48h, medidas protetivas de urgência, dependendo da situação. O titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher terá competência para apreciar o crime e os casos que envolverem questões de família (pensão, separação, guarda de filhos etc.)

O Ministério Público apresentará denúncia ao juiz e poderá propor penas de 3 meses a 3 anos de detenção, cabendo ao juiz a decisão e a sentença final.

3. Realização da Pesquisa

3.1. Objetivo

Este trabalho objetivou observar a incidência da violência doméstica na vida dos clientes Salão de Beleza *Lúcia Coiffeur*, situado no Bairro Vila Rosário em Duque de Caxias.

3.2. Metodologia

Participantes: 7 mulheres que compareceram ao estabelecimento no dia 04 de junho de 2009[5].

Instrumento: foi elaborado um questionário, com perguntas referentes a situações de diversas formas de violência doméstica contra a mulher.

5 Data escolhida aleatoriamente.

3.3. Procedimentos

A pesquisadora abordou as clientes, explicando-lhes o objetivo da pesquisa e perguntando se gostariam de participar da mesma. Foi entregue as mesmas o questionário para que preenchessem. Todas as clientes atendidas neste dia aceitaram participar da pesquisa.

3.4. Resultados da Pesquisa

Todas as participantes vivem com os seus maridos ou companheiros. Três participantes informaram não sofrer nenhum tipo de violência doméstica, enquanto que quatro relataram já ter sofrido algum tipo de violência doméstica.

Dessas, duas informaram ter sofrido violência física, como agressões que ofendem sua integridade ou saúde corporal; três informaram ter sofrido violência moral, sendo vítimas de constrangimentos, palavrões, colocando-as "para baixo". Três das quatro entrevistadas que relataram ter sofrido violência doméstica informaram que sofreram também violência patrimonial, em relação às suas economias e bens materiais.

Como podemos verificar todas as 4 (quatro) mulheres são vítimas, juntamente com outros tipos de violência, de violência psicológica. Três têm medo do modo de agir e até mesmo do olhar do parceiro; Duas não têm o direito de ver ou falar com amigos e parentes, ou até mesmo sair de casa; Uma das mulheres é vítima de ameaças com armas de fogo, facas ou outras armas;

Todas as quatro são consideradas boas mães e tomam as decisões junto com o marido nas questões familiares, porém todas as quatro mulheres de alguma maneira são controladas em relação a quem encontram ou falam.

Conforme os resultados das respostas, podemos notar que o tipo de violência mais presente é do tipo psicológico, que é entendido como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição de auto-estima ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

4. Considerações Finais

A violência doméstica é um problema complexo, que possuí profundas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder na sociedade. Enfrentá-la exige o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas e a mobilização e conscientização da sociedade. O engajamento dos governos e dos mais amplos setores é fundamental para que se ergam bases para a construção de um profundo compromisso de respeito e igualdade nas relações de gênero.

Segundo Fauné,

> As raízes da violência são mais fundas e estão no machismo, que está arraigado na cultura centro-americano. Para o machismo, a violência constitui um valor positivo, um componente central na construção da identidade masculina, cujos atributos são a dureza, a força e a agressividade. (FAUNÉ, 1996, p.327)

A violência contra as mulheres não pode continuar a ser a aceita e tolerada como algo inerente ao ser humano, como característica das relações naturais entre pessoas do sexo feminino e masculino que vivem em uma eterna guerra. Não são as diferenças biológicas entre homens e mulheres que determinam o emprego da violência, são os papéis sociais impostos a mulheres e homens, reforçados por culturas patriarcais que estabelecem relações de dominação e violência entre os sexos.

A falta de políticas públicas e de vontade política das autoridades e poderes constituídos para impulsionar e destinar recursos para a promoção da mulher e da equidade de gênero impede o desenvolvimento de respostas globais

A falta de políticas públicas e de vontade política das autoridades e poderes constituídos para impulsionar e destinar recursos para a promoção da mulher e da equidade de gênero impede o desenvolvimento de respostas globais às demandas das mulheres. A negligência e o descaso são responsáveis por ceifar vidas de mulheres e torná-las mutiladas física e moralmente.

Como a violência doméstica contra a mulher tem sido algo silencioso entre as mulheres, os homens passam a dominar sua parceira, fazendo com que esta seja submissa. Assim, o casal passa a ter desentendimentos, e o homem, como "ser dominador", passa a agredir sua companheira, seja de forma física, moral, sexual, psicológica etc. A mulher quando decide denunciar seu companheiro acaba recebendo ameaças do mesmo, fazendo com que retire a queixa. Ou seja, a mulher vive em um mundo de medo, submetendo-se a barbaridades, colocando, assim, sua integridade em risco.

Encerramos este presente trabalho ressaltando que o problema é complexo e envolve medidas judiciais, administrativas, legislativas, econômicas, sociais e culturais, sem as quais fica impossível dar um tratamento global a esse sério problema. Nesse sentido, Bobbio[7] afirma que "o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos humanos, não é mais fundamentá-los, e sim protegê-los" (BOBBIO, 1992, p.25)

5. Referências Bibliográficas

BRASIL – Lei n° 11.340, sancionada em 07 de agosto de 2006.

BOBBIO, Norberto - A era dos direitos, Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p.25

FAUNÉ, M. A. - Transformaciones em las Famílias Centroamericanas, In: Estúdios Básicos de Derechos Humanos. San José, C.R.: IIDH, Comisión de la Unión Europea, 1996. v. 4, p. 327.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (Brasil) - Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional : Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: Construindo Políticas para as Mulheres. – Brasília : A Secretaria, 2003.

TELES, M. A. A. O que é Violência contra a Mulher / Maria Amélia de Almeida Teles, Mônica de Melo. – São Paulo: Brasiliense, 2002. – (Coleção Primeiros Passos; 314).

POPULAÇÃO DE RUA:

BREVE ANÁLISE DOS USUÁRIOS DA TOCA DE ASSIS

Renata Soares da Silva est flama
Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_KIkRpWEO8m0/Scuah7GYz_I/AAAAAAAAEd0/JvFDbKPnHGY/s400/MORADOR+DE+RUA.jpg
(imagem modificada eletronicamente)

1. Aspectos iniciais

O objetivo do presente trabalho é realizar uma discussão sobre a situação dos moradores de rua, compreender o motivo que os levou a saírem de casa e verificar o atendimento da Instituição Toca de Assis, localizada no estado do RJ.

2. Morador de rua

Quem nunca esbarrou com um morador de rua, numa calçada da vida?

Infelizmente é uma situação que provavelmente todos já vivenciaram. Muitos constroem espaços na rua, tomando-os como sua casa, seu espaço. Um saco plástico torna-se chapéu, um pedaço de jornal transforma-se em cobertor, um papelão passa a ser uma parede. É importante não confundir o morador de rua com mendigo, que é um termo que está ligado à atividade de pedir esmolas. Segundo o site da wikipédia, mendigo é o indivíduo que vive em extrema carência material, não podendo garantir a sua sobrevivência com meios próprios. Tal situação de indigência material força o indivíduo a viver na rua, perambulando de um local a outro, recebendo o adjetivo de vagabundo, ou seja, aquele que vaga, que tem uma vida errante.

Um saco plástico torna-se chapéu, um pedaço de jornal transforma-se em cobertor, um papelão passa a ser uma parede.

Em se tratando de moradores de rua, mostra-se à divisão dos mesmos, segundo dados do Blogspot – Os sobreviventes moradores de rua:

- **Os recém-deslocados:** São pessoas que tem pouco tempo de vida nas ruas. Encontram-se na situação desconcertante e estafante de estarem psicologicamente fora das ruas, mas fisicamente atolados nela.

- **Vacilantes:** Se os esforços que uma pessoa recém-deslocada faz para sair das ruas são continuamente mal-sucedidos, ela frequentemente muda a auto-orientação e o comportamento. Frequentemente nesse estágio, a fala e a ação são inconsistentes. Tem de um lado à distância da vida domiciliar e a prática da vida nas ruas.

- **Outsider:** Os moradores de rua recém-deslocados à medida que se acostumam com a vida nas ruas podem, por sua vez, se deixar levar mais ainda para a vida de rua, tanto na sua orientação psicológica quanto sua rotina cotidiana mais concentrada na sobrevivência nas ruas do que sair delas. Estes indivíduos moradores de rua se tornam Outsider. O conceito de outsider se refere à condição de estar permanentemente e por imputação colocado fora das disposições estruturais de um dado sistema social, ou de estar situacional ou

temporariamente excluído, ou de voluntariamente se excluir do comportamento de membros que têm status e função dentro daquele sistema.

Os outsiders podem ser divididos em três subtipos:

- **Andarilhos –** o andarilho é um trabalhador migrante, são altamente migratórios com um raio de ação muito maior que os outros moradores de rua. Suas viagens são tipicamente padronizadas e não aleatórias. Possuem um forte senso de independência e autocontrole que os leva a desprezar tanto os novatos de rua que ainda não aprenderam as regras do jogo e os que vivem em grande parte das esmolas de entidades de caridade organizadas ou que aceitam apoio substancial de serviços sociais.

- **Mendigos –** o termo mendigo significa tradicionalmente um não-trabalhador não-migrante, cujo raio de ação está, em geral, limitado a uma zona marginal e que é um alcoólatra crônico. Raramente se envolvem em trabalho remunerado. Isso ocorre não tanto porque são preguiçosos, mas porque se tornaram indiferentes ou porque estão fisicamente debilitados devido a anos de vida dura e muita bebida. Ao invés disso sobrevivem graças a uma combinação de mendicância, comércio, catação de lixo, doações de instituições de caridade.

- **Doentes Mentais –** estão entre os mais imóveis raramente se movimentando voluntariamente além de sua órbita cotidiana. Dentro desse circuito, eles sobrevivem principalmente aceitando doações, catando comida no lixo e mendigando. Na sua rotina de vida não incluem o uso de álcool e droga, são os mais reclusos e socialmente isolados.

Diante de tais dados, pode-se dizer que os moradores de rua são homens e mulheres que, por não terem relação com o trabalho, como trabalhadores formais, também não se relacionam com o dinheiro (enquanto remuneração pela venda contratual da sua força de trabalho). Geralmente não possuem existência legal (uma vez que não possuem documentos que os identificam como cidadãos) e não possuem local de moradia. São homens e mulheres que romperam seus vínculos com a família, vizinhos e amigos, com o bairro, a cidade ou o estado de origem, com os espaços institucionais e de lazer. É como se fosse uma vivência em um mundo próprio, somente resta lembranças da vida anterior a morador de rua. A questão do morador de rua está também ligada à pobreza, que pode ser definida como falta de renda, estado de carência, privação, falta de acesso às necessidades básicas, incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades.

3. A Toca de Assis

Segundo dados da Instituição, "A Toca de Assis é uma Fraternidade

Católica que inspirou nos ensinamentos de São Francisco, em seu zelo eucarístico e amor aos pobres".

"É formada pelos religiosos, os Filhos e Filhas da Pobreza do Santíssimo Sacramento, Instituto de Vida Consagrada não clerical, e também pelos leigos, que não aspiram à vida religiosa, mas vivem o carisma. Os leigos assumem o compromisso de servir a Fraternidade, auxiliando as Casas Fraternas em suas necessidades vivendo juntamente com os Filhos da Pobreza do Santíssimo Sacramento o carisma de adoração e cuidado aos pobres sofredores. No centro dessa família está Jesus Sacramentado e nossos pequeninos. Também faz parte de nossa família os amigos e benfeitores, aqueles que se comprometem mensalmente com doações para o sustento de nossas casas, sendo canal da providência de Deus no nosso dia-a-dia". (www.tocadeassis.org.br)

No estado do Rio de Janeiro, há várias casas fraternas que fazem parte da Toca de Assis, estando localizadas em: Campos, Nova Friburgo, São Gonçalo, Niterói, Marica, Macaé e no Rio de Janeiro.

Este trabalho tratará especificamente da Toca de Assis localizada em Madureira, Rua Sanatório, 310 A, Rio de Janeiro. A "Toca" de Madureira é chamada de Irmão Sol Eucarístico, havendo somente acolhidos homens. Segundo informações do responsável pela casa, o religioso Joabe, a "Toca" de Madureira foi criada no ano de 2001. Anteriormente a instituição era uma casa que abrigava crianças e adolescentes autores de ato infracional, e tinha como guardião um franciscano que morreu esfaqueado por um dos adolescentes que lá residia. Após este acontecimento a casa foi fechada por muitos anos, ficando abandonada sendo reaberta no ano de 2005, após um padre da localidade, solicitar que fosse reaberta. Hoje, a casa acolhe moradores de rua e realiza um atendimento social a estes acolhidos, tentando sempre localizar suas famílias para assim reintegrar o acolhido ao seu convívio familiar.

Anteriormente a instituição era uma casa que abrigava crianças e adolescentes autores de ato infracional, e tinha como guardião um franciscano que morreu esfaqueado por um dos adolescentes que lá residia.

Para a realização da pesquisa que dá corpo ao presente artigo, foi aplicado um questionário[1] a cinco acolhidos da "Toca" de Assis de Madureira, buscando a compreensão acerca dos motivos que fizeram com que estes tenham ido viver na rua. O questionário foi aplicado em junho de 2009, a cinco acolhidos pela "Toca", visando construir um ambiente agradável para a realização da pesquisa realizada como uma conversa informal, tentando não criar constrangimento para nenhum dos entrevistados.

Resultados da Pesquisa

Os cinco homens entrevistados estavam na faixa etária de 49 a 73 anos. Cada um dos entrevistados atuava em uma profissão, sendo elas: lanterneiro, pintor, cozinheiro, ajudante de caminhão e auxiliar administrativo. Quatro são naturais do Rio de Janeiro e um é de Aracaju –

1 Ao final deste artigo, apresentamos a íntegra do questionário utilizado.

Sergipe. Nenhum dos entrevistados possui contato com a família. Dos cinco entrevistados, três possuem alguma renda, sendo dois referente ao Bolsa-Família no valor de R$ 70,00 (setenta reais) e um é aposentado, recebendo um salário mínimo no valor de R$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). O tempo que viveram na rua varia de 4 meses a 2 anos. Dentre os fatores que os levaram a morar na rua, destaca-se, problemas financeiros, desentendimento familiar e alcoolismo. A chegada na Toca de Assis por uns se deu por ser achado na rua por um dos irmãos e outros por terem sido levados por outro atendido.

Com a devida entrevista se percebe a amargura de muitos por terem ido parar nas ruas, sem nenhum contato com a família, ficando numa situação de fome, frio e exposto a sociedade. Muitos tinham condição financeira para garantir o sustento e moradia, mas acabaram por se deixar levar por situações como o alcoolismo, conflitos familiares, assim ocasionando o desemprego e consecutivamente conforme o agravamento da situação, acabaram por irem morar na rua. O que se espera da sociedade para estes moradores de rua é um pouco de atenção, é ter um olhar menos crítico e mais carinhoso. Na Toca de Assis, todos são tratados com carinho, são cuidados emocionalmente, espiritualmente e na saúde também. E a Toca faz o trabalho de reintegrar o indivíduo a sociedade, dando-lhe estímulo para trabalhar novamente, se cuidar e querer viver fora da Toca, tendo sua própria residência, seja essa com a família ou sozinho, e desta forma dar oportunidade para outros moradores de rua serem acolhidos. Na "Toca" de Madureira é feito um trabalho social, tirando documentos daqueles que não os tem, o acolhido é levado ao médico para ter melhores condições de saúde, lhe é feito o serviço de barbearia e ele vive em convívio com os outros que vieram de situação parecida a sua.

4. Considerações Finais

Consideramos que na presente pesquisa o sofrimento de um morador de rua, e o quanto precisam de ajuda, carinho e atenção para sair das ruas. Nem sempre o ir para a rua foi por vontade própria, muitos foram parar na rua por problemas de alcoolismo, desemprego e as esposas ou familiares os colocarem para fora de casa. Qualquer família está sujeita a este tipo de situação, devia-se tentar ajudar e reerguer o indivíduo, ou melhor, nem deixar que ele caía. Dar-lhe incentivo em todas as áreas de sua vida, com palavras e ações positivas o que já se poderia ser um bom caminho. Os que saem por vontade própria, saem por não aguentarem tanto sofrimento dentro de casa, é duro ver seus familiares sofrerem. Depois que estão nas ruas, fica difícil se reerguerem porque a sociedade muitas vezes os julga como lixo, não arranjando uma solução para este problema que é de todos. O trabalho feito na "Toca" de Madureira especificamente, é tirar estes homens das ruas, que muitas vezes chegam à Instituição doentes, com ferimentos, sujos, vestidos com roupas rasgadas. Na "Toca" eles são cuidados, é feito um trabalho para resgatar a integridade destes homens, dar-lhes vida novamente, engajando-os na sociedade e sempre tentando encontrar a família de cada um e resgatar os laços que os une, a Instituição luta pela sobrevivência destes acolhidos gerando esperança aos mesmos. O maior problema enfrentado pela Instituição é a falta de verba para dar melhores condições aos acolhidos, pois o Governo não dá todo o suporte necessário.

Chegam a Instituição muitas doações, sendo estas de alimentos, remédios, colchões, roupas, mas ainda assim seria necessária uma maior atenção de nossos governantes a este assunto. O perfil da "Toca" de Madureira está mudando, hoje a grande maioria dos acolhidos são idosos, necessitando estes de maiores cuidados, a idéia da Instituição seria achar suas famílias e eles irem morar novamente com elas ou colocá-los em abrigos próprios para idosos, havendo assim médicos a disposição para qualquer eventualidade. Assim, na Instituição ficariam somente acolhidos que não estejam na terceira idade, podendo assim serem mais bem cuidados. O que se espera é uma atitude do Governo para com este assunto, que nossos governantes possam colocar na pauta de suas reuniões a questão dos moradores de rua e as instituições que os abrigam, discutindo assim soluções para se diminuir ou acabar de vez com o problema de haver moradores de rua, criando políticas públicas específicas para se tratar destes casos. As políticas sociais e os programas implantados e adotados pelos diferentes governos são tratados de forma isolada e focalista, tendendo a tratar as questões sociais como fatos isolados. No entanto os serviços prestados a população são precários, não atendem a condição de vida da população, o que se espera é atitude de nossos governantes.

Referências Bibliográficas

STOFFELS, Marie – Ghislaine – os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: paz e Terra.

Blogspot.com – Maio/2009 – Os sobreviventes moradores de rua.

URB-AL Rede 10 – Luta contra a Pobreza Urbana / Lena Lavinas / Documento Guia – pp: 2 a 12.

www.tocadeassis.org.br

Questionário:

1- Idade

2- Profissão (antes de se tornar população de rua)

3- Estado de origem

4- Possui contato com a família? Como é esse contato?

5- Possui alguma renda individual?

6- (caso tenha respondido positivamente a questão anterior) Qual o valor da renda?

7- (caso tenha respondido positivamente a questão nº.5) De que se trata essa renda? (aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada).

7- Quanto tempo você viveu na rua?

8- Quais fatores levaram você a morar na rua?

9- Como você chegou a Toca de Assis?

SITUAÇÃO DA VELHICE NO BRASIL*

Maria Helena Cardoso
Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama

Fonte: http://meninalori.files.wordpress.com/2008/12/velhice-na-bahia-site.jpg

* Artigo originalmente apresentado como avaliação disciplina Teoria Política II, ministrada pela professora Liandra Carvalho

Introdução

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada. É uma fase em que, ponderando sobre a própria existência, o indivíduo idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas (Mendes, *et al*., 2005).

Os idosos hoje representam uma considerável parcela da população brasileira. Isto se deve, sobretudo, ao aumento da expectativa de vida, que é atualmente de 72,6 anos para ambos os sexos, ao passo que, no começo do século XX, estava por volta dos 40 anos. Vive-se mais, portanto, e sob muitos aspectos vive-se bem. Os velhos brasileiros são muito independentes: 20% deles vivem sozinhos; 72% saem de casa todos os dias, a pé, de ônibus, de carro e até de bicicleta (7%). Mas encontram problemas no cotidiano; o preconceito contra velhos é citado por 87% deles. Traduz-se em agressão verbal e até física, em discussões nos ônibus e nas filas – muitos brasileiros ainda não aprenderam a conviver com a velhice. Mas isto, pelo visto, é apenas questão de tempo. Porque a chamada terceira idade está aí para ficar (Scliar, 2009).

No Brasil, segundo dados do IBGE, na década de 1970, cerca de 4,95% da população brasileira era de idosos, percentual que pulou para 8,47% na década de 1990, havendo a expectativa de alcançar 9,2 em 2010. De acordo com Cançado (1996), o aumento do número de idosos também tem sido acompanhado por um acréscimo significativo nos anos de vida da população brasileira. A espectava de vida, que era em torno de 53,7 anos em 1950/1960, passou para 50,99 em 1990, chegou até 66,25 em 1995 e deverá alcançar 77,08 em 2020/2025.

O papel social dos idosos é um fator importante no significado do envelhecimento, pois o mesmo depende da forma de vida que as pessoas tenham levado, como das condições atuais que se encontram.

O papel social dos idosos é um fator importante no significado do envelhecimento, pois o mesmo depende da forma de vida que as pessoas tenham levado, como das condições atuais que se encontram. Há uma ruptura com o passado, o homem deve ajustar-se a uma nova condição que lhe traz certas vantagens, como o descanso, lazer, mas também graves desvantagens como desvalorização e desqualificação (Mendes, *et al*., 2005).

O envelhecimento é entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida de cada indivíduo. É nessa fase que emergem experiências e características próprias e peculiares, resultantes da trajetória de vida, na qual umas têm maior dimensão e complexidade que outras, integrando assim a formação do indivíduo idoso (Mendes, *et al*., 2005).

Preconceito com idosos

O fenômeno do preconceito em relação aos idosos é considerado uma

forma de intolerância comparável à racial, à religiosa ou àquela que se estabelece com base no sexo das pessoas, dando origem a políticas e práticas discriminativas. No Brasil, observa-se uma sutil campanha de atribuição dos déficits da previdência e do sistema de saúde ao aumento da população idosa, na qual se baseia a negação de reajustes das aposentadorias e de recursos terapêuticos aos mais velhos (Neri, 2003). No final dos anos 1970, Kalish denunciou a existência de estereótipos compassivos, focalizados no velho dependente, incapaz e sem poder político, os quais podem acirrar a intolerância dos mais jovens, principalmente em épocas de desemprego e recessão, em que políticas de proteção aos mais velhos e a outras minorias podem parecer estar roubando oportunidades aos mais jovens. No âmbito da família e das instituições, a vitimização dos idosos contribui para que lhe seja oferecido um tratamento superprotetor que, em vez de ampliar-lhes as chances de autonomia e independência, transforma-os em seres cada vez mais dependentes.

Não é de se surpreender que a velhice seja carregada de preconceitos e medos. Numa sociedade do novo, do belo, do produtivo, do saudável, a velhice está associada ao que não é desejável para o ser humano: o velho, o feio, o improdutivo, o doente. Isto faz com que se tente driblar a existência dessa fase da vida onde o indivíduo cerca-se de tudo que prometa o não-envelhecimento o que acaba por fortalecer o seu próprio preconceito. Daí a incorporação de padrões, pré-conceitos e estereótipos por parte, muitas vezes, do próprio idoso no sentido de buscar a correspondência ao modelo socialmente estabelecido (Silva, 2007).

Além dos idosos incorporarem tais preconceitos, outra dificuldade é o fato de não conseguirem se desvencilhar dos valores e conceitos do mundo em que viveram, e adaptarem-se aos novos conceitos da sociedade moderna. Segundo Papaléo-Netto & Ponte (2002) citados por Silva (2007), ponderam que as dificuldades no relacionamento com os mais jovens têm duas vias. Se de um lado a geração mais velha sofre rejeição por parte da mais nova, os mais velhos querem trazer para o presente, os valores do passado e também não aceitam o mundo com os valores atuais. Assim, ambos colaboram para a manutenção dessa situação.

As sociedades modernas vêem a velhice em preto e branco, e daí apresentam e propõem aos que pertencem a esta faixa de idade, atividades de toda ordem como lazer, cursos e tudo que possa dar qualidade de vida a estas pessoas, qualidade de vida esta determinada não pelo idoso e sim pelos outros. Por seu saber acumulado, o idoso deveria ter lugar de destaque na sociedade, porém numa sociedade centrada no jovem e na força que este representa, o velho se torna aquele que não mais atende aos objetivos do sistema.

Socialização dos idosos

O ambiente familiar pode determinar as características e o comportamento do idoso. Assim, na família onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, pois todos possuem funções, papéis, lugares e posições e as diferenças de cada um são respeitadas e levadas em consideração. Em famílias onde há desarmonia, falta de respeito e não

reconhecimento de limites, o relacionamento é carregado de frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Essas características promovem retrocesso na vida das pessoas. O idoso torna-se isolado socialmente e com medo de cometer erros e ser punido.

Além da família, o convívio em sociedade permite a troca de carinho, experiências, idéias, sentimentos, conhecimentos, dúvidas, além de uma troca permanente de afeto. Outros aspectos importantes consistem na estimulação do pensar, do fazer, do dar, do trocar, do reformular e do aprender. O idoso necessita estar engajado em atividades que o façam sentir-se útil. Mesmo quando possui boas condições financeiras, o idoso deve estar envolvido em atividades ou ocupações que lhe proporcionem prazer e felicidade. A atividade em grupo é uma forma de manter o indivíduo engajado socialmente, onde a relação com outras pessoas contribui de forma significativa em sua qualidade de vida. O idoso precisa ter vontade de participar do grupo para que assim possa usufruir dele, aspectos estes, que ajudam a melhorar e tornar mais satisfatória sua vida (Mendes, *et al*., 2005).

Qualidade de vida

Para a ONU - Organizações das Nações Unidas - (2005), a qualidade de vida é medida pelo nível de instrução e expectativa de vida, o que confere ao Brasil o 69º lugar em relação ao nível de qualidade de vida da população geral comparada com outros países. Já para a Organização Mundial de Saúde - OMS - (2005), a qualidade de vida na terceira idade pode ser definida como a manutenção da saúde em seu maior nível possível, em todos os aspectos de vida humana, físico, social, psíquico e espiritual.

Para a Organização Mundial de Saúde - OMS - (2005), a qualidade de vida na terceira idade pode ser definida como a manutenção da saúde em seu maior nível possível

A Qualidade de Vida tem sido preocupação constante do ser humano, desde o início de sua existência e, atualmente, constitui um compromisso pessoal a busca contínua de uma vida saudável, desenvolvida à luz de um bem-estar indissociável das condições do modo de viver, como: saúde, moradia, educação, lazer, transporte, liberdade, trabalho, auto-estima, entre outras (Santos *et al.*, 2002).

O termo Qualidade de Vida tem recebido uma variedade de definições ao longo dos anos. Segundo González (1993), a qualidade de vida pode se basear em três princípios fundamentais: capacidade funcional, nível socioeconômico e satisfação. Estando também relacionada com os seguintes componentes: capacidade física, estado emocional, interação social, atividade intelectual, situação econômica e autoproteção de saúde (Hornquist *apoud*. Santos *et al.*, 2002). Entretanto, o conceito de qualidade de vida varia de acordo com a visão de cada indivíduo. Para alguns, ela é considerada como unidimensional, enquanto, para outros, é conceituada como multidimensional (Santos *et al.*, 2002).

Segundo Ruffino (1992), a qualidade de vida boa ou excelente é aquela que oferece um mínimo de condições para que os indivíduos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, vivendo, sentindo ou

amando, trabalhando, produzindo bens ou serviços; fazendo ciência ou artes; vivendo (...) apenas enfeitando, ou, simplesmente existindo onde todos são seres vivos que procuram se realizar. Por outro lado, muitas pessoas procuram associar qualidade de vida com o fator saúde. Nesse sentido, saúde, independente de qualquer definição idealista que lhe possa ser atribuída, é produto das condições objetivas de existência. Resulta das condições de vida biológica, social e cultural e, particularmente, das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, através do trabalho.

Em geral, observamos que a qualidade de vida de idosos, vai de pouca a moderada satisfação. Esse nível de satisfação com a qualidade de vida, de pouco a moderado, resulta da condição biopsicossocial experimentada por esses indivíduos no contexto brasileiro (Santos *et al.,* 2002). Em seu trabalho, os autores perceberam que a qualidade de vida dos idosos esta relacionada a alguns fatores que podem ser encontrada ate mesmo dentro da sua própria casa.

Dentre os fatores mencionados no trabalho destacam-se o bem-estar físico e social, relações com outras pessoas, recreação, participação social e relação com os familiares. Assim, "como esperar do idoso satisfação com sua vida quando o que a sociedade lhe oferece são tribulações e agressões econômicas, sociais e ambientais? Sem falar de assistência médica não assegurada, poluição sonora e visual, circulação ameaçadora nas ruas das cidades, além de outras emoções negativas resultantes de um mundo em aceleradas transformações que exclui os idosos de seu meio"(Correia, 1999). Nesse contexto, "estar bem com a vida" não passa de uma idealidade imaginária.

Outro ponto abordado em variados conceitos de qualidade de vida é a questão da variedade de aspectos externos e internos aos indivíduos que se fazem necessários no sentido de assegurar a qualidade de vida. Tais aspectos podem ser mensurados tanto de forma objetiva como de forma subjetiva. Assim, o referencial pessoal, a situação social, a cultura, o meio ambiente e a idade influenciam a percepção do indivíduo sobre o significado de qualidade de vida que emerge da relação da pessoa com o seu meio ambiente e pode ser determinado pelo nível de educação e saúde (Silva, 2007). A educação permite o acesso ao conhecimento e leva à reflexão e à consciência crítica. Ao mesmo tempo, a saúde que o indivíduo goza pode afetar decisivamente a sua em relação à qualidade de vida.

O envelhecimento é uma importante questão familiar, independentemente da vivência conjunta ou não das gerações, dada à especificidade do relacionamento nessa etapa do ciclo vital, em decorrência, principalmente, da perda de papéis por parte do senescente, bem como da transferência desses papéis para os filhos, demandando transformações nas maneiras de definir os elementos presentes na experiência familiar (Santos *et al.,* 2002).

O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil

Quanto ao desenvolvimento de ações direcionadas aos idosos tem como prerrogativa a ampliação da discussão sobre as políticas sociais, entendidas como direitos de cidadania e não mais simplesmente como benefícios ampliando a analise da questão alem do âmbito publico, atingindo toda a

sociedade visando os espaços sociais significativos, a melhoria da dignidade e nas condições de vida dos idosos e do conjunto de brasileiros.

A nova legislação direcionada especialmente ao segmento idoso, política nacional do idoso(lei 8842/94)- PNI- (Política Nacional do Idoso) tem como objetivo assegura os direitos sociais do idoso, criando condições para promove sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Esses direitos básicos devem ser concretizados a partir de políticas sociais na área da saúde, promoção e assistência social, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer. A PNI torna-se, assim, um maço na definição de um novo paradigma no qual não se firmou no âmbito dos direitos sociais, por ainda não ter sido alvo de destinação de recursos suficientes para sua consecução, salvos em algumas iniciativas.

Esses direitos básicos devem ser concretizados a partir de políticas sociais na área da saúde, promoção e assistência social, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer.

Em um contexto sociopolítico neoliberal, em que muitos direitos sociais foram sendo privatizados e direcionados por demandas mercadológicas, fica evidente a postura do Estado brasileiro no sentido de transferir suas responsabilidades materiais com os idosos. Evidencia-se, assim, que as políticas sociais que mais interferem na qualidade de vida do idoso, que são as da previdência social, as da saúde e as da assistência social, são as que estão sendo mais afetados pelos objetivos neoliberais.

É preciso auxiliar as faculdades no processo de construção da realidade sociopolítica e cultural que permeia a questão da velhice e do processo de envelhecimento no Brasil neste início de século. O foco mais importante deve ser a criação ampliação e melhoria de propostas de ações que possuam aumenta o nível de qualidade de vida e dignidade do idoso brasileiro, sempre com o objetivo de possibilitar a proteção e inclusão social.

Considerações finais

A questão do envelhecimento vem ganhando representação, visto o prolongamento da expectativa de vida da população e consequente crescimento do numero de idosos em todo o mundo. Com isso, a partir dos anos 80, acentuada nos anos 90, observa-se maior interesse pelo destino dos idosos no país.

Nessa perspectiva alguns segmentos da sociedade vem buscando promover programas que dêem conta dos desafios que essa nova visão de velhice esta trazendo. Como por exemplo a Política Nacional do Idoso que tem como objetivo arcar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, desenvolvendo práticas voltadas não apenas para os que estão idosos, mas também para aqueles que vão envelhecer.

Referencias Bibliográficas

González, N.M. Symposium de calidad de vida: generalidades, mediciones utilizadas en medicina, elementos que la componen. **Arch Reumatol**; vol.4, no.1, pp.40-42, 1993.

Ruffino AN. Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia. **Saúde em Debate**, vol.35, pp.63-7. 1992.

Hornquist JO. Quality of life: concept and assessment. **Scand J Soc Med**; vol.18, pp.69-79, 1990.

Santos, S.R.; Santos, I.B.C.; Fernandes, M.G.M.; Henriques, M.E.R.M. Qualidade de vida do idoso na comunidade: aplicação da Escala de Flanagan. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. vol. 10, no. 6, pp. 757-764, 2002.

Scliar, M. (2009). **Um retrato da velhice no Brasil**. Disponível em: <http://www.luterprev.com.br/noticia-detalhe.php?NoticiaID=105>. Acessado em 21 de maio de 2009.

Mendes, M.R.S.S.B.; Gusmão, J.L.; Faro, A.C.M.; Leite, R.C.B.O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm**.; vol.18, no.4, pp.422-6, 2005.

Neri, A. L. (2003). Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de São Paulo publicados entre 1995 e 2002. In O. R. M. von Simson, A. L. Neri, & M. Cachioni (Orgs.), **As múltiplas faces da velhice no Brasil** (pp.13-54). Campinas: Átomo Alínea.

Silva, T.P.V. Qualidade de vida em idosos da cidade de Rio Verde – GO.2007. **Dissertação (Mestre em Ciência da Saúde)**, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OMS - Organização Mundial de Saúde. 2009. Disponível em: <http://www.who.int>. Acessado em 20 de maio de 2009.

ONU - Organização das Nações Unidas. 2009. Disponível em: <http:/www.onu- *b*rasil.org>. Acesso em 20 de maio de 2009.

Moura Borg, M-C. O idoso e as políticas publicas e sociais. As múltiplas faces da velhice no Brasil.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Simone Marques Xavier
Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Flama

Fonte: http://redecidadedofuturo.files.wordpress.com/2009/08/juntos.jpg

* Artigo originalmente apresentado como elemento de avaliação da disciplina de Política Social II, ministrada pela professora Liandra Carvalho.

INTRODUÇÃO

Mesmo ainda não aprovado o projeto de lei que torna obrigatória a presença de assistentes sociais nas escolas, é cada vez mais crescente a presença desses profissionais na área educacional, pois muitos Municípios e Estados mediante sua competência de legislar sobre o assunto criam leis que regulamentam o Serviço Social na educação, bem como algumas Organizações Não Governamentais em parcerias com Municípios utilizam o trabalho de assistentes sociais e outros profissionais, que em parceria com os profissionais da educação possibilitam uma transformação na vida da comunidade escolar na qual eles estão inseridos.

Através do estudo de algumas experiências desses profissionais, o presente artigo pretende contribuir para a percepção da importância do trabalho dos assistentes sociais nas escolas, as demandas por eles atendidas, compartilhar as experiências de profissionais que atuam na área educacional, promover um debate sobre a importância de um trabalho multidisciplinar[1] formado por professores, pessoal de apoio, pedagogos, assistentes sociais e outros profissionais de algumas instituições de ensino pesquisadas.

O fator que nos levou a pesquisar sobre o tema "A Atuação do Serviço Social na Educação" foi o de possibilitar ao leitor uma reflexão sobre a importância do Serviço Social na educação. Para a composição do presente trabalho, foram realizadas pesquisas na internet, livros e revistas que tratam sobre o tema.

1.1 UM BREVE COMENTÁRIO SOBRE O INÍCIO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A inserção do Serviço Social na área educacional teve inicio na década de 30, no entanto foi a partir de 1990 que houve um considerável aumento da atuação de assistentes sociais na educação.

Desde a segunda metade da década de 90, os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais têm recebido várias inscrições de trabalhos que relatam as experiências de assistentes sociais na educação, tendo em vista o crescimento da profissão na área educacional o CRESS 7ª Região[2], gestão (2002-2005), organizou o Seminário "O Serviço Social na Educação", que deu origem à Comissão de Educação do CRESS da 7ª Região, fundada em 23 de maio de 2003, através de reuniões mensais a comissão proporciona um espaço no qual estudantes e profissionais possam trocar experiências através dos relatos de profissionais que atuam na área educacional.

No ano de 2004, a Comissão de Educação do CRESS 7ª Região organizou um mini-curso voltado para o Serviço Social na Educação e no ano de 2005 aconteceu o I Encontro de Serviço Social e Educação, realizado nos dias 08 e 09 de julho, evento que acontece até os dias de hoje.

Todos esses eventos serviram e servem para fortificar cada vez mais o interesse dos profissionais e estudantes de Serviço Social em inserir-se no campo educacional, bem como para uma troca de experiências para aqueles

1 Trabalho em conjunto de profissionais de diversas áreas, sendo que cada profissional respeita o ponto de vista do outro, trabalhando-se assim com a visão de cada profissional que compõe o grupo.

2 Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro.

já estão inseridos na área educacional.

1.2 DADOS SOBRE A SITUAÇÃO EDUCACIONAL EM NOSSO PAÍS

Conforme o artigo 205[3] da Constituição Federal, a educação é um direito garantido a todos os brasileiros, mas esse direito não é exercido de uma forma plena, e muitas vezes não é exercido, visto que em uma sociedade capitalista na qual se precisa cada vez mais cedo inserir-se no mercado de trabalho para contribuir com o orçamento doméstico, sociedade excludente que, na falta de oportunidades, lança centenas de crianças, jovens e adultos no mundo da criminalidade.

A qualidade e a forma do ensino público em nosso país não criam em muitos estudantes estímulo para que ele possa tentar a superação da sua realidade através dos estudos. Em muitas cidades do interior do Brasil, estudantes enfrentam verdadeiros obstáculos para chegar até à escola, existem casos em que carroças e caminhões são utilizados como meios de transporte escolar, ocorrendo assim vários acidentes. Outro fator é a falta de interesse na escolarização das crianças e adolescentes que vivem nas cidades interioranas, pois em sua maioria essas crianças e adolescentes trabalham na lavoura com seus pais e sua ausência no trabalho diminuiria a renda da família, preferindo-se assim que eles continuem sem estudar.

A qualidade e a forma do ensino público em nosso país não criam em muitos estudantes estímulo para que ele possa tentar a superação da sua realidade

Um relatório divulgado pela UNICEF em 2009 mostra que no Brasil 97,6%, ou seja, 26 milhões, das crianças e adolescentes com idade entre sete e 14 anos estão devidamente matriculadas em instituições de ensino, e das 2,4%, o que corresponde a 680 mil, de crianças e adolescentes que estão fora da escola, 66% são negras, o que equivale a 450 mil crianças e adolescentes. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, o percentual de matriculados cai para 82,1%; desse percentual, 44% não concluíram o ensino fundamental e somente 48% desses adolescentes cursam o ensino médio de acordo com a faixa etária indicada para a série que estão cursando.

Outro fator de grande relevância é o repasse feito por Estados e Municípios para a educação, pois, segundo o Ministério da Educação e Cultura, vários Estados e Municípios brasileiros estão descumprindo a Constituição Federal, visto que, conforme a nossa Lei maior, o repasse mínimo que deve ser feito por Estados e Municípios na área educacional é de 25% da receita arrecada por esses órgãos, mas segundo o MEC alguns Governos Estaduais e 165 Municipais descumprem a Constituição Federal no repasse de verbas para educação, visto que repassam menos de 25% de sua arrecadação para a educação, no entanto esse número pode ser maior, pois mais de mil Municípios e seis Estados ainda não repassaram informações sobre as verbas destinadas para educação.

3 "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Ao tomarmos conhecimento dos relatórios acima descritos, temos uma responsabilidade ainda maior, visto que, como estudantes e profissionais ligados à área social, sabemos que um dos principais mecanismos de libertação de um povo é a educação, pois é a educação que nos coloca frente a uma reflexão crítica dos fatos, nos torna sabedores de nossos direitos, nos conscientiza de nossa força para mudar as situações que estão em desacordo com as normas legais.

1.3 A CRIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA[4]

Atualmente está em pauta para votação no Senado Federal o PLC[5] nº60/2007, de autoria do Deputado Federal José Carlos Elias, PTB/ES[6], que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas de educação básica.

Sem dúvida a aprovação do PLC será muito importante, não só para os profissionais, mas principalmente para os pais e alunos que fazem parte do sistema público de educação, visto que, os assistentes sociais, psicólogos, professores e os profissionais de apoio através de um trabalho multidisciplinar têm a possibilidade de trabalhar de uma forma mais complexa as transformações que o sistema educacional vem passando no decorrer do tempo, transformações que não se restringem somente ao âmbito do aprendizado, tendo em vista que na sociedade atual, fatores como a evasão escolar, gravidez, drogas, trabalho infantil e tantos outros têm cada vez mais distanciando crianças, jovens e adolescentes das escolas.

O assistente social como um profissional de visão crítica dos fatos, trabalhará todas essas questões de uma maneira técnica, visto que, construirá mecanismos para identificar as causas dos problemas mencionados e ao mesmo tempo trabalhará na busca de desenvolver estratégias que superem e/ou minimizem os problemas. O ambiente escolar passará a ser utilizado não só como uma área de aprendizado, mas também como um instrumento para a conscientização e garantia dos direitos dos estudantes, pais e comunidade, pois, na medida em que os profissionais que atuam na escola se aproximam do estudante, automaticamente estreita-se o vínculo dos profissionais inseridos no ambiente escolar com a família dos estudantes, sendo assim, é feita uma melhor análise das questões que englobam os problemas vividos por. Tendo uma melhor visão do cotidiano desse estudante com seus familiares e a comunidade na qual ele está inserido, o profissional poderá encaminhar a família e/ou estudantes para os serviços assistenciais que possam auxiliá-los na resolução das questões identificadas.

Nós, enquanto estudantes e profissionais de Serviço Social, bem como todos profissionais que atuam na área da educação devemos nos conscientizar que não basta oferecer somente vagas nas escolas públicas, mas é preciso mais do que nunca criar mecanismos para manter esses jovens, crianças e adolescentes nas escolas.

Nos últimos anos o conceito de educação sofreu uma grande transformação, com a globalização, tornou-se cada vez mais importante

4 A educação básica compreende o ensino infantil, fundamental e médio.
5 Projeto de Lei da Câmara.
6 Partido Trabalhista do Brasil / Espírito Santo.

obter um conhecimento de qualidade, pois o conhecimento tornou-se uma importante ferramenta para a inclusão no mercado de trabalho que cada dia passa a exigir mais de seus candidatos, outro fato que acontece atualmente é que muitos pais atribuem à escola e aos professores a tarefa de educar seus filhos, repassando para as escolas muitas atribuições que na realidade são dos pais.

Na medida em que a educação pública torna-se insuficiente para a inclusão dos cidadãos que a utilizam, tendo em vista os vários problemas educacionais existentes em nossos pais, como falta de professores, greves, a questão da alimentação, ou seja, da subnutrição, que interfere de forma pontual no processo de aprendizado; uma grande parcela de crianças e jovens acaba interrompendo seus estudos. Possivelmente esse fator contribui para o grande índice de mortalidade de jovens, que sem nenhuma perspectiva, acabam envolvendo-se na criminalidade, pois percebem que é um meio mais rápido de conquistar uma "melhor" condição de vida, pois na medida em que esses jovens não são preparados para o mercado de trabalho fica cada vez mais difícil a inserção deles no mundo do trabalho, que é cada vez mais seletivo.

Segundo a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, os estados que possuem um maior número de homicídios na juventude apresentam maior número de jovens que não trabalharam nem estudam.

Segundo a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, os estados que possuem um maior número de homicídios na juventude apresentam maior número de jovens que não trabalharam nem estudam. Em contrapartida a pesquisa elaborada pela OEI, mostra que os estados com menores índices de evasão escolar e de jovens desempregados apresentam um número menor de homicídios juvenis. Sendo assim, fica notável a importância de uma educação de qualidade no enfrentamento a questão da violência que é cada dia mais crescente em nosso país.

Vários programas de enfrentamento da pobreza, erradicação do trabalho infantil, projetos de inclusão no esporte e tantos outros têm como uma das condições para que o usuário possa inserir-se nesses programas, a frequência ou o retorno à escola. O Brasil e algumas ONG´s elaboram políticas sociais que têm como exigências a frequência escolar, mas paradoxalmente o Estado não oferece um ensino de qualidade, que se fosse oferecido poderia funcionar como uma forma de estímulo para que esses estudantes permanecessem nas escolas, não com o intuito de receberem os auxílios governamentais, mas sim, como forma de receberem uma educação de qualidade tornando-se sujeitos de sua própria história.

Tendo por base essa exigência, o assistente social tem a possibilidade de ter um maior contato com os pais ou responsáveis das crianças e adolescentes atendidas por esses projetos, possibilitando-se assim que seja conhecida pelo profissional um pouco da realidade familiar dos estudantes, bem como proporcionar uma aproximação de seus pais ou responsáveis do ambiente escolar, visto que, na maioria das vezes, os responsáveis não têm por hábito ou até mesmo por circunstâncias de trabalho, comparecer às escolas de seus filhos.

Infelizmente nosso país pratica, como diria Paulo Freire, uma "educação bancária", que consiste em um método educacional completamente ditatorial, no qual o professor "deposita" o seu conhecimento naqueles alunos presentes em sala de aula. Mas a mudança dessa forma de ensinar não depende somente dos professores, mas sim de todo o sistema educacional, desde o Estado até a direção de cada instituição educacional, sendo assim é de grande importância a participação do assistente social na articulação dessa mudança.

"A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc.".

Outra contribuição fundamental a ser dada pelo profissional de Serviço Social está especialmente vinculada a proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos da rede pública que apresentam dificuldades financeiras, contribuindo para a efetivação dos direitos à educação" (Manacorda, 2000, página 12).

1.4 AS EXPERIÊNCIAS DA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL

Alguns municípios já têm leis que regulamentam o trabalho de assistentes sociais em suas instituições de ensino, bem como comunidades através de vínculos com ONG's também têm assistentes sociais em seu quadro educacional. Com base nesses exemplos fizemos um estudo sobre as experiências relatadas por profissionais que trabalham nas escolas que têm a atuação de equipes multidisciplinares e contam com assistentes sociais em seu quadro.

CAMPOS DOS GOYTACAZES[7]

O município realiza alguns projetos que têm por objetivo trabalhar as questões que envolvem alunos, professores, pessoal de apoio e pais de alunos, bem como a comunidade em torno das instituições de ensino. Projetos, como o que se denomina "Projeto Educação e Saúde", têm por finalidade a promoção do bem-estar de todos os que integram as instituições atendidas pelo projeto, utiliza como diretriz para a sua justificativa de existência o artigo 14[8] do Estatuto da Criança e do Adolescente, trabalha preventivamente os riscos que os problemas sanitários causam à população. O projeto é realizado de uma forma itinerante e conta com a participação de profissionais da saúde, educação, vigilância sanitária, técnicos de segurança do trabalho, equipes de animação cultural e assistentes sociais.

Em suas atividades o projeto proporciona aos profissionais das escolas

7 Município situado na região norte do estado do Rio de Janeiro, com 431.839 habitantes aproximadamente.

8 "O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária, educadores e alunos".

visitadas, o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é feito sob a supervisão de uma assistente social integrante do projeto.

Os profissionais do projeto permanecem durante todo o dia na escola visitada, realizando palestras e atividades de recreação, que têm por finalidade trabalhar as questões que envolvem a comunidade escolar.

Outro projeto que o município implementou e que também merece destaque é o "Projeto Família Escola", voltado para esclarecer o que é o Serviço Social e como ele pode ser utilizado pela comunidade para conscientização e garantia de seus direitos.

QUISSAMÃ[9]

Foi na primeira metade da década de 90, que houve a implantação do Serviço Social na área educacional, pela Prefeitura do município. Tendo em vista o número de mães que necessitavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, o município criou a sua primeira creche diretamente integrada à Secretaria Municipal de Educação, facilitando assim o trabalho da Secretaria de Ação Social junto à de Educação.

No ano de 1994, teve início o programa "Juventude em Construção", criado para atuar junto a adolescentes que trabalham na lavoura de cana-de-açúcar,

No ano de 1994, teve início o programa "Juventude em Construção", criado para atuar junto a adolescentes que trabalham na lavoura de cana-de-açúcar, o projeto foi criado com o objetivo de reintegrar esses adolescentes às escolas, bem como socializá-los, resgatando a cidadania dos adolescentes atendidos, através de um processo educativo. O projeto é realizado através de reuniões quinzenais nas quais são realizados debates com os adolescentes e trabalhando a construção de cidadania na vida desses adolescentes.

Os adolescentes inseridos no programa são divididos entre as "estações de vivência", que são assim chamadas pelo fato dos adolescentes inseridos no projeto estarem criando a sua vivência na vida cotidiana e pessoal, visto que dentro da prefeitura os adolescentes são inseridos em atividades administrativas, jardinagem, oficinas, etc.

Um dos requisitos para que os adolescentes possam continuar no projeto é o bom desempenho escolar, pois o mesmo programa oferece garantias para que esses adolescentes permaneçam na escola e, ao mesmo tempo, tenham um bom rendimento escolar; há professores que dão aulas de reforço, uma bolsa-auxílio de meio salário mínimo para os familiares dos adolescentes; apoio social e familiar; cursos de capacitação para os pais ou responsáveis dos adolescentes; atividades esportivas e culturais.

No ano de 2001, foi criado o projeto "Escola Legal: todos pela educação" de iniciativa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o projeto tem o apoio da Curadoria da Infância e Juventude de Macaé[10], em

9 Município localizado no estado do Rio de Janeiro, com 715,877 km² e com uma população é de aproximadamente 17.315 habitantes.

10 Macaé é um município localizado no estado do Rio de Janeiro. Sua área é de 1.215,904 km² e sua população é de aproximadamente 188.787 habitantes.

parceria com os municípios de Carapebus[11] e Quissamã, o projeto tem por finalidade a implantação de ações conjuntas entre a administração municipal e o conselho tutelar, para que seja combatida a evasão escolar, como também garantir o acesso e a permanecia dos alunos nas escolas.

O projeto funciona da seguinte forma: Os professores através de uma ficha de controle de presença, que é preenchida em três vias e encaminhada à direção da instituição escolar na medida em que os professores verifiquem faltas frequentes dos alunos; após o recebimento da ficha, a direção da escola entra em contato com os responsáveis pelo aluno, caso não obtenha sucesso em sua intervenção a ficha do aluno é encaminhada ao conselho tutelar pela direção da escola, imediatamente o conselho tutelar faz um contato com o serviço social, para que sejam designados assistentes sociais para a realização de visitas domiciliares, sendo assim são verificadas as necessidades apontadas pela família visitada, buscando-se o encaminhamento para a resolução das questões apresentadas e a reintegração do aluno ao ambiente escolar.

COMUNIDADE DA MARÉ[12]

Através da criação do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), criado no ano de 1997, que é uma organização não governamental fundada por moradores e ex-moradores da Maré que concluíram o ensino superior, a comunidade passou a contar com o trabalho de assistentes sociais em suas escolas.

O CEASM teve como seu primeiro projeto a criação de um curso pré-vestibular no qual, além do comprometimento em levar o conhecimento aos participantes do projeto discuti-se a forma educacional implantada pelo Estado, bem como o acesso de pessoas de comunidades carentes ao ensino superior.

No decorrer do tempo o CEASM desenvolveu vários projetos, sendo sua maioria voltada para a área educacional, cultural e de saúde.

Um desses projetos é o “Programa de Criança na Maré”, cujo objetivo é garantir a permanência das crianças nas escolas. O projeto é realizado em oito instituições de ensino público.

Os educadores do “Programa de Criança na Maré”, juntamente com os professores das escolas inseridas no projeto realizam oficinas de arte, música, artes visuais, bem como trabalham as manifestações populares do nordeste, visto que, em sua maioria a população da Maré é oriunda da região nordeste do país, sendo assim os alunos participantes do projeto têm acesso as mais diversificadas formas de cultura.

O projeto tem por objetivos mostrar aos usuários atendidos, a importância da escola na comunidade; despertar nos moradores os aspectos culturais da comunidade; possibilitar a construção de novos valores no âmbito escolar; viabilizar um maior tempo de permanecia do estudante na

11 Carapebus é um município localizado no estado do Rio de Janeiro, com uma área de 305,502 km e com uma população estimada de 11.671 habitantes.

12 O Complexo da Maré é uma comunidade localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, com cerca de 130 mil moradores possui o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro

escola; contribuir para a melhoria do trabalho pedagógico educacional e principalmente despertar nos moradores a consciência de pertencimento à comunidade na qual eles estão inseridos, fazendo com que eles tenham iniciativas para transformar a realidade local.

Na medida em que o projeto foi desenvolvendo-se os educadores do projeto perceberam que seria fundamental possibilitar aos pais que eles participassem de uma forma mais abrangente da vida escolar de seus filhos, visto que com a participação dos pais ou responsáveis, a conscientização dos mesmos sobre o valor da educação, bem como oportunizar com esses pais e alunos a reflexão de que a educação não é um investimento imediato, ou seja, é um investimento de longo prazo que prossegue ao longo da vida, é um exercício infinito que na medida em que vamos obtendo conhecimento novas oportunidades vão surgindo em nossas vidas.

A atuação do Serviço Social no projeto é feita através de intervenção nas demandas que são encaminhadas aos assistentes sociais, organização e planejamento de atividades culturais com alunos e pais, realização de visitas domiciliares e participação no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

A atuação do Serviço Social no projeto é feita através de intervenção nas demandas que são encaminhadas aos assistentes sociais, organização e planejamento de atividades culturais com alunos e pais, realização de visitas domiciliares e participação no Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

O "Grupo de Pais" é outro projeto realizado pelo CEASM, as reuniões do projeto acontecem quinzenalmente nas escolas atendidas pelo "Programa de Criança na Maré", proporcionando aos pais que eles possam conhecer o cotidiano da vida escolar, bem como oportunizar a esses pais a reflexão sobre a importância do envolvimento deles na vida escolar de seus filhos. Além disso, o projeto trabalha questões de cidadania e leva ao conhecimento dos usuários atendidos pelo projeto as atribuições de vereadores, prefeitos, senadores e demais servidores públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, todas as experiências acima relatadas contribuíram para a aproximação entre pais e responsáveis no ambiente escolar, bem como proporcionou uma reflexão sobre a importância da permanência de crianças e adolescentes nas escolas, o papel do Estado no âmbito educacional, a importância da aproximação da comunidade com a escola, a conscientização de que a escola pertence à comunidade.

A inserção dos assistentes sociais e de outros profissionais nas escolas dos municípios e comunidade, aqui destacados trouxe também uma nova perspectiva para a vida dos pais, responsáveis e alunos, na medida em que alguns dos projetos realizados colocam para os usuários por eles atendidos a possibilidade de aprender uma profissão, contribuindo assim para que todos atendidos possam melhorar a sua auto-estima.

Todos os resultados percebidos através da inserção do Serviço Social elucidam a importância desse campo de atuação do assistente social, sendo assim, devemos lutar para que essa inserção possa torna-se garantia legal, devemos nos mobilizar para que o PLC 60/2007, seja aprovado o mais breve possível, pois só assim poderemos atuar de uma forma que possa contribuir para a mudança da realidade educacional de nosso país.

Vale destacar que devemos nos mobilizar para que o Serviço Social não atue somente na educação básica, mas também na educação superior, visto que, os alunos de nível superior também necessitam da intervenção de profissionais que atuem nas diversas demandas apontadas por esses estudantes.

Desejamos que o acesso ao presente trabalho possa criar um maior interesse sobre o tema abordado, despertando assim por parte dos leitores mais pesquisas sobre o tema, e consequentemente a produção de um maior número de assuntos relacionados ao tema Serviço Social na educação.

E quem sabe, possamos semear em todos os atores envolvidos no processo educacional, quer sejam educandos, educadores, pais e demais profissionais ligados á área educacional, o pensamento de Rubem Alves, no qual ele fala sobre escolas que são asas e consequentemente dão aos seus alunos a coragem de voar.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição Federal de 1988

Brasil. Lei 8.069.Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasil. Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Revista em Foco. Edição nº3. Rio de Janeiro. CRESS 7ª Região, 2008

Manacorda, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PLC 60/2007 disponível em <http: www.senadofederal.gov.br>

Informações sobre Municípios e Comunidade pesquisados disponível em: <http//www.wikipedia.org> acesso em 04 de 2009

Dados sobe crianças e adolescentes matriculados em escolas, disponível em: <http//www.unicef.gov.br> acesso 06 de 2009.

Relatório de verbas repassadas pelos municípios brasileiros para educação, disponível em: <http//www.mec.gov.br> acesso em 06 de 2009.

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 47ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Agencia Brasil <http: www.agenciabrasil.gov.br/noticias> acessado em 06 de 2009.

*D*iálog*O*

Seção dedicada à publicação de artigos
(de profissionais ou estudantes) de áreas diversas
(cultura, filosofia, psicologia, cinema, televisão, política, etc)

Leitura e a importância da consciência metafonológica:

uma questão psicológica e social

Marcia Cristina Lauria de Moraes Monteiro
Mestre em Psicologia, Psicóloga Educacional, Professora de Psicologia na Faculdade Flama

Fonte: http://clubedeleiturapalavramagica.zip.net/images/leitura_1.jpg

Introdução

O presente estudo foi realizado com o objetivo de contribuir com conhecimentos sobre consciência fonológica no desenvolvimento da leitura.

Ler é um processo que envolve diversos procedimentos e é alvo de grandes investigações, pois a leitura não se desenvolve de forma espontânea. Ela necessita de instrução sistemática, de uma relação mediadora e quem ensina a ler precisa conhecer aspectos relevantes para melhor planejar suas ações pedagógicas. A estimulação de situações que propiciem desde cedo o interesse pela leitura é algo que pode e deve ser iniciado no lar. Hoje o mundo enfrenta sérios problemas com a leitura. No Brasil este problema é causador de repetência, evasão e fracassos escolares, índices que refletem no mercado de trabalho e na condição social de cada cidadão, pois todos os conteúdos escolares e de outras aprendizagens exigem do ser humano o domínio da leitura. O funcionamento social exclui dos processos de decisão e poder entre 50 a 70% dos "cidadãos". Estes são excluídos pelo fato de não dominarem a leitura pela não descoberta do que ela tem de específico – o domínio do princípio do alfabeto. As estatísticas apontam para o número considerável de pessoas que não conseguem encontrar significado num texto simples relacionado à sua vida diária Este problema é também decorrente da falta de políticas sérias que envolvam o aprendizado da leitura nas escolas; além de ser uma habilidade que precisa ser ensinada, os distúrbios no desenvolvimento na aquisição de leitura envolvem diversos aspectos emocionais, sociais, econômicos entre outros.

A LEITURA É UM PROCESSO COGNITIVO QUE ENCONTRA NA PSICOLOGIA COGNITIVA SUPORTE PARA DESENVOLVER SEUS CONCEITOS, POIS ESTA DIZ RESPEITO ÀS CAPACIDADES MENTAIS DE PROCESSAR INFORMAÇÕES, INTERPRETANDO ANALITICAMENTE OS FATOS.

Leitura: processo cognitivo

O estudo da leitura vem sendo considerado desde o século passado como um campo de pesquisa. Nos fins do século XIX foram os médicos neurologistas, oftalmologistas e outros os primeiros a se envolverem com esta questão devido à necessidade de atender e ajudar a pacientes com deficiência visual, auditiva e neurológica. Isso conduziu a que o distúrbio de leitura fosse estudado sempre numa amostra hospitalar e dentro de uma patologia ou déficit.

No entanto, foi através do estudo da dislexia que a leitura entrou de vez para ser considerada objeto de pesquisa científica. A criança matriculada em escolas públicas que enfrentavam suas dificuldades no desenvolvimento da aquisição da leitura não eram objeto de estudo da ciência. Segundo Ellis (1995, p.45) as dislexias periféricas "são transtornos nos quais o sistema de análise visual está danificado resultando em uma faixa de

condições nas quais a percepção de letras nas palavras está prejudicada" e as dislexias centrais "são um agrupamento de transtornos nos quais os processos, além de visual, estão danificados, resultando em dificuldades que afetam a compreensão e/ou comunicação de palavras escritas".

Entre os anos de 1960 e 70 o problema da leitura na escola já era insuperável. Nessa época "saber ler" era confundido com a possibilidade de se atribuir um significado ao escrito, transformando-o em oral.

Dos anos 80 para cá cresce cada vez mais a consciência de que saber ler não é "saber decifrar", se bem que esta fase é também importante. Mas, para além da decifração, tem-se desenvolvido pesquisas sobre leitura, graças a fisiologistas, psicólogos e profissionais de informática, editores, psicolinguistas, pesquisadores da formação de adultos. Estes trabalhos chegaram a uma descrição das estratégias das quais o indivíduo lança mão para construir uma informação a partir da escrita, afastando a idéia de que é possível formar leitores a partir da correspondência oral-escrito. As crianças em nossas escolas, no entanto, muitas vezes, param no "saber-decifrar " e não chegam a se formar leitores.

Os estudos tradicionais sobre cognição envolvem autores como Piaget (1972), Vygotsky (1991), entre outros teóricos que muito contribuíram para a evolução dos estudos sobre cognição.

A leitura é um processo cognitivo que encontra na psicologia cognitiva suporte para desenvolver seus conceitos, pois esta diz respeito às capacidades mentais de processar informações, interpretando analiticamente os fatos. A cognição humana funciona como um sistema complexo, que se decompõe em subsistemas e estes seriam ainda decompostos em outros subsistemas, descrevendo as relações entre estes subsistemas.

O estudo da cognição utiliza de metodologia experimental, essencialmente, examinando o desempenho de sujeitos tanto normais como detentores de patologias, manipulando variáveis, procurando prevenir ou controlar a influência de outras variáveis. Em particular, o objeto de estudo da psicologia cognitiva são os processos mentais de processamento da informação, como a percepção, articulação e aquisição da linguagem da qual a leitura também faz parte. É uma habilidade extremamente complexa e de difícil aprendizagem. Esta habilidade estabelece diversas estruturas e se relaciona com subestruturas específicas e que faz com que não possa ser ainda ensinada negligenciando, ou melhor, desconhecendo-se os mecanismos essenciais que a estruturam.

A leitura não envolve apenas processos cognitivos, mas também metacognitivos. Este termo precisa também ser mencionado para melhor compreender-se os mecanismos da leitura. O conceito de metacognição foi introduzido na Psicologia no princípio da década de setenta por Flavell (1970).

Metacognição é o conhecimento sobre o conhecimento. No seu conjunto a psicologia cognitiva é metacognitiva, pois o objetivo é conhecer os processos cognitivos. É um desdobramento entre o sujeito que conhece e seu objeto de conhecimento. Metacognição refere-se ainda à habilidade para refletir e monitorar os processos de pensamento como resultado de uma consciência aumentada da natureza de

funções cognitivas. O desenvolvimento de tal consciência é considerada como equipando a criança com muito mais controle de seu pensamento.

Consciência fonológica é um conceito que refere-se a habilidade de se refletir sobre os sons das palavras (Bryant e Bradley, 1987; apud Signorini, 1995). É ainda a habilidade metalinguística que envolve consciência de certas propriedades da linguagem e a capacidade de fazer das formas linguísticas em si mesmas objetos de análise (Capovilla e Capovilla, 1998). A partir dos estudos oriundos das ciências da linguagem, notadamente, da Fonologia Funcionalista e seu desdobramento, a Fonologia gerativa (Chomsky, 1957), parte-se do pressuposto que a consciência fonológica é uma forma de metaconhecimento linguístico e se refere à habilidade para executar operações mentais sobre a fala, ou seja, refletir conscientemente sobre a estrutura sonora da fala, logo, é difícil a compreensão desta habilidade pela criança.

A CONCEPÇÃO PSICOLINGUÍSTICA, A MAIS ELABORADA NO MOMENTO SOBRE OS MECANISMOS DE RECONHECIMENTO DA PALAVRA ESCRITA NO ADULTO, DESTINGUE DOIS TIPOS DE RECONHECIMENTO: POR EMPARELHAMENTO, OU VIA DIRETA E POR ASSOCIAÇÃO, OU VIA INDIRETA.

A consciência fonológica não é uma bloco homogêneo e esta característica suscitou, entre os estudiosos, divergências quanto a aquisição da leitura e a influência desta habilidade. As pesquisas vêm ressaltando que para aprender a ler em um sistema alfabético, as crianças devem chegar a ser conscientes de que as palavras estão compostas de sons menores ou fonemas e que cada fonema é representado, geralmente, por uma letra diferente. Sendo assim, uma criança que não pode analisar explicitamente a fala nos sons que a constitui terá dificuldades para aprender as correspondências entre os sons e as letras. Existem diferentes níveis de consciência fonológica: a habilidade de identificar rimas e aliteração; a habilidade de segmentar, identificar e manipular conscientemente as sílabas que compõem uma palavra e a habilidade de compreender que as palavras faladas são constituídas por unidades sonoras menores que a sílaba (fonemas).

Nesta linha de pensamento, as atividades que facilitariam as crianças, dando a oportunidade de realizarem análises fonológicas com maior facilidade serão benéficas às crianças em diversas fases do aprendizado da leitura. Existem regras hierárquicas (fases ou etapas) que devem ser dominadas pela criança a fim de que esta consiga desenvolver sua leitura. Pode-

se ter comprovação de que sua aquisição não se dá espontaneamente e depende da aprendizagem consciente para se ter um progresso significativo, o que pressupõe ensino sistemático, métodos adequados para promover a sua aquisição.

Finalmente não se lê apenas para alcançar o decifrado, mas para compreender e poder fazer uso social desta habilidade. Os estudos sobre aprendizagem da leitura, como também a prática pedagógica têm dado menor importância à função social da

leitura/escrita. A supervalorização da compreensão no início da alfabetização tem prejudicado a formação da consciência fonológica.

A concepção psicolinguística, a mais elaborada no momento sobre os mecanismos de reconhecimento da palavra escrita no adulto, destingue dois tipos de reconhecimento: por emparelhamento, ou via direta e por associação, ou via indireta. O primeiro depende de características específicas da palavra e o segundo se baseia nas regras de correspondência grafema-fonema. O reconhecimento direto só é possível quando o indivíduo já possui a representação ortográfica da palavra que dá acesso a seu léxico interno. A identificação ocorre pela ativação e emparelhamento da palavra em questão com forma ortográfica correspondente. Entende-se como emparelhamento a maneira de identificar a pronúncia de uma palavra escrita, utilizando-se a informação ortográfica extraída do estímulo e procurando no léxico mental uma representação ortográfica análoga que, associada à representação fonológica, levaria a pronúncia. O modelo supõe que as operações implicadas na pronúncia são possíveis pôr via direta. A ativação de representação abstratas ortográficas armazenadas na memória associados às representações fonológicas levaria ao reconhecimento. Este reconhecimento é automático e econômico, ocorrendo no caso de palavras frequentes da língua, desde a repetição com que elas aparecem na linguagem escrita.

O reconhecimento indireto, associação fonológica, ocorre quando se dá uma associação de representação fonológica da palavra escrita, transformando grupos de letras em seu correspondentes fonológicos. A identificação se dá pela associação do código fonológico com a representação fonológica que dá acesso à pronúncia da palavra. A associação fonológica é a identificação que ocorre quando a palavra escrita sofre uma análise visual e uma categorização das letras, o que resultaria na conversão grafema-fonema e ativação das representações fonológicas armazenadas no léxico mental. Usamos a associação fonológica para ler as palavras raras, desconhecidas, de grande irregularidade ortográfica ou pseudopalavras que, por definição, não estão representadas no léxico mental. Para as palavras em que não dispomos de representação ortográfica e fonológica associadas, temos que, indiretamente, realizar estas associações, aplicada as regras de correspondência grafema-fonema. Estes representam os únicos

sistemas gerativos de transformação de ortografia em fonologia, dando ao leitor condições de ler qualquer palavra nova que este venha a encontrar. O efeito desta renovação ainda é pouco conhecido, mas os primeiros passos parecem que já foram iniciados.

Metodologia

O presente estudo contou com a participação de 65 alunos, de ambos os sexos, de 3º. e 4º. anos de escolaridade do ensino fundamental, de 5 escolas da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro. Optou-se por um estudo experimental, com tratamento estatístico dos dados quantitativos e análise qualitativa dos resultados obtidos na pesquisa. Inicialmente avaliou-se os participantes por idade de leitura. Posteriormente, foram aplicados instrumentos concernentes a memória de trabalho, supressão de silabas e consoantes iniciais de pseudopalavras.

A LEITURA É UMA HABILIDADE PRESENTE EM DIVERSAS ATIVIDADES E O ESTUDO DEMONSTROU QUE A QUALIDADE DO EDUCANDO EM LEITURA ESTÁ ABAIXO DAS EXPECTATIVAS PARA FORMAR-SE LEITORES EFICIENTES.

Discussão dos resultados

Na análise quantitativa dos dados ficou comprovada diferenças significativas nos grupos em relação aos critérios investigados pelas provas aplicadas. Esta diferença é melhor compreendida na análise individual e qualitativa dos resultados, onde alguns sujeitos demonstraram uma situação peculiar. Os sujeitos que apresentam atraso, principalmente, de dois anos na idade de leitura obtiveram resultados não satisfatórios nas provas de análise fonológica, indicando o que as pesquisas nesta área vêm comprovando quanto ao desenvolvimento da consciência fonológica, isto é, quanto maior a capacidade metafonológica, maior o progresso da criança na habilidade da leitura; independente da fase que a criança se encontra.

Conclusão

O objetivo geral desta pesquisa foi contribuir, com dados, sobre a consciência fonológica e sua importância para a leitura. A consciência metafonológica supõe levar a criança a encarar o significante e poder explicitar os constituintes da tomando consciência do fonema, uma fez que a leitura em sistema alfabético pressupõe o domínio do princípio de correspondência das leis grafema-fonema. A leitura é uma habilidade presente em diversas atividades e o estudo demonstrou que a qualidade do educando em leitura está abaixo das expectativas para formar-se leitores eficientes. O Brasil ainda está longe de possuir uma população que consiga fazer um uso eficiente da leitura e muito em pesquisa precisa ser desenolvido para ter-se um real

conhecimento desta situação.

Referências Bibliográficas

CAPOVILLA,F.C. & Capovilla. O Desenvolvimento da Consciência Fonológica em Crianças durante a Alfabetização. *Temas sobre desenvolvimento*, 35 (6), 15-21, 1997.

_____**.** Treino da consciência fonológica de pré 1 a segunda série: efeitos sobre as habilidades fonológicas, leitura e escrita. *Temas sobre desenvolvimento*, 40 (7), 5-15, 1998.

_____*Alfabetização: método fônico.* São Paulo:Memnon, 2002.

CHOMSKY, N. *The sound patterns of English.*Cambridge: MIT, 1957.

ELLIS, A W. *Leitura , Escreita e Dislexia – uma análise cognitiva.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FLAVELL, Miller & Miller. *Desenvolvimento Cognitivo.* 3ª edição, Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PETERFATVI, M. *Introdução à Psicolinguística*. São Paulo: Cultrix , 1970.

PIAGET , J. *Psicologia da inteligência.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

SIGNORINI, A La Conciencia Fonologica y Lecture – teoria e investigación acerca de una relación compleia. *Lecture y vida.* 3(19), 15-22, 1995.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A Reforma do Ensino Superior no Brasil

Kátia Junqueira
Assistente Social

Fonte: http://escolaafranio.files.wordpress.com/2009/07/educacaodfsdf.jpg (transformada eletronicamente)

Introdução

Compreender as reformas educacionais é analisar e avaliar o sistema educacional como uma realidade e, sobretudo, compreender o comportamento, na sua totalidade, dos atores envolvidos no sistema, oportunizando um entendimento real e dinâmico sobre a temática da educação.

Objeto de críticas, análises e intervenções dos mais diversos profissionais, a política educacional brasileira apresenta sérios problemas que vão desde recursos e vagas insuficientes para a população, até problemas no âmbito dos currículos, metodologias e sistemas de avaliação.

Nesse sentido, o presente artigo tem a proposta de apresentar o debate teórico do processo de reforma do ensino superior no Brasil, sendo estruturado em duas partes. Na primeira parte iremos abordar o histórico do Ensino Superior no Brasil, utilizando principalmente os autores Shiroma (2000) e Trigueiro (2003). Na segunda parte apresentamos o debate da Reforma do Ensino Superior no cenário contemporâneo com base nos autores Frigotto (1998), Gentilli (1995), Junior e Sguissardi (2001) e Pedro Demo (1998). E no decorrer de todo escopo pautaremos nossa discussão nas legislações vigentes em cada período.

1. Breve histórico do Ensino Superior no Brasil

O Sistema Nacional de Educação Superior no Brasil é discussão complexa e de vasta dimensão, e faz emergir questões de diversidades e desigualdades regionais, gerando a demanda de um novo formato de universidade.

A reforma universitária de 1968 teve como propósito embutir um projeto de nação contra o socialismo e o comunismo. E apesar de não ter repercutido nos propósitos almejados, ocorreu de maneira extensa e profunda. Apesar de seu caráter autoritário, antidemocrático e centralizado, a reforma trouxe algumas inovações importantes, a saber: a reformulação da natureza dos vestibulares, a extinção da cátedra, a imposição de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, a instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa e a criação dos colegiados de curso.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei 4.024/61) inovou no sentido de trazer a discussão acerca da inserção da iniciativa privada nas atividades voltadas à educação, possibilitando, desse modo, o acesso ao ensino superior, e que este, indissociável de pesquisa, deveria ser ministrado em universidades. Deste modo, a reforma de 1968 deu privilégios a um modelo exclusivo de instituição de ensino superior, onde a pesquisa fizesse parte do currículo acadêmico. Já os cursos de extensão, com função ainda pouco definida, restringiam-se às transferências e resultados a sociedade, e oferecia aos estudantes

oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade. Com estes investimentos, a universidade consolidou-se a partir da reforma de 1968 e durante a década de 1970, como principal fonte de desenvolvimento de pesquisas, ensaiando os primeiros passos para o processo de constituição da extensão como atividade de competência do ensino superior.

No entanto, os grandes avanços ainda eram inadequados à realidade brasileira. No decorrer da década de 1970, um imenso leque de normas, regulamentos e decisões do Conselho Federal de Educação viabilizaram a expansão do sistema nacional de educação, destacando o fracasso do modelo de projeto único de organização.

A segunda LDB (Lei 5.692/71) também teve um processo de elaboração e edição de relativa morosidade. A sociedade civil fez-se presente nos debates, fato que resultou na lentidão da discussão, haja vista que o governo, na ocasião da implantação desta lei, era autoritário e ditador. Este período foi marcado por constantes confrontos entre as universidades e o poder estatal, trazendo à pauta a discussão sobre o ensino superior ser a tratativa inicial na reforma da educação.

A reforma do ensino superior (Lei 5.540/68) trouxe, três anos após, a Lei 5.692/71 (LDB de 1971),denominada oficialmente como Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR (LEI 5.540/68) TROUXE, TRÊS ANOS APÓS, A LEI 5.692/71 (LDB DE 1971),DENOMINADA OFICIALMENTE COMO LEI DE REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS.

Sobre esta Lei, Carneiro considera:

> Sob o ponto de vista técnico-educativo-formal, não se pode considerar a Lei 5692 propriamente uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Primeiro, porque lhe faltava um sentido de inteireza. Tratava do ensino de forma esquartejada, uma vez que focava somente os ordenamentos organizacionais da pré-escola e do 1º e 2º graus, deixando de lado o ensino superior. Depois a substância educativa, energia vivificadora de uma LDB, era substituída pela mera 'razão técnica', com inegáveis prejuízos para os aspectos de essencialidade do 'processo educativo'. Estes aspectos nunca podem ser sufocados pelos elementos da organização do ensino, sob pena de se oferecer uma subeducação. (CARNEIRO, 1998, p.26).

Devido ao alto custo do ensino superior, foram criadas muitas instituições não universitárias para atender à crescente demanda. Entre 1980 e 1995, a expansão foi mais branda, tanto em termos de número de instituições quanto em matrículas. Já a partir de meados da década de 1990, o crescimento do sistema avança mais aceleradamente.

A conjuntura econômica neoliberal demandou do governo federal uma adequação a esta realidade. A hegemonia do mercado e a estratégia neoliberal de redução de custos provocaram a busca de uma reforma do Estado brasileiro ao

sistema educacional, resultando em ações que não onerasse o orçamento do governo, subordinando a educação às necessidades prioritárias da economia.

A aprovação da Constituição Federal de 1988 – CF/88 - resultou em grande contestação, haja vista a reunião da sociedade brasileira em fórum nacional, construindo e apoiando outro projeto, descartado pelo governo através de uma manobra no regimento do Congresso Nacional. Flexibilizando a organização e funcionamento do ensino, promoveu, deste modo, a abertura de possibilidades de aceleração de estudos e regularização do fluxo escolar, objetivando a superação progressiva das elevadas taxas de distorção idade/série, permitindo com isso a contratação de professores não especialistas;

2. A Reforma do Ensino Superior no cenário contemporâneo

O fenômeno da expansão do ensino superior no Brasil ocorre na vigência da CF/88, que consagrou os princípios da autonomia e da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, conforme reza o artigo 207, bem como fixou, de acordo com o artigo 209, as normas básicas de participação do setor privado na oferta de ensino, e ainda criou a Lei nº 9.394/96, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Esta lei, antecedida pela versão de 1971, amplia a diversificação do sistema de ensino superior, através da previsão de novos tipos de instituição, criando novos cursos e programas e estabelecendo as bases de construção para o sistema de avaliação do ensino superior.

A LDB/96 (Lei 9.394/96) inovou no sentido de elevar a educação ao processo de aprendizagem e socialização presentes nas instâncias da família, do trabalho, da escola e das demais formas de socialização. A Reforma do Ensino Superior articula-se ao processo de liberação econômica requerida por organizações internacionais (FMI, BIRD, Banco Mundial, entre outros) a fim de equilibrar o orçamento de gastos públicos no setor de serviços, abertura dos mercados, liberalização financeira, privatização, desregulamentação e propostas de reforma de Estado.

O consenso de Washington define eixos norteadores da concepção de crescimento dos países em desenvolvimento. De acordo com Júnior, esses eixos definem-se em:

> - equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos;
>
> - abertura comercial pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias;
>
> - liberalização financeira, por meio de reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro;
>
> - desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como

> controle de preços, incentivos, etc.;
>
> - privatização das empresas e dos serviços públicos.(JÚNIOR, 2001, p. 26)

A crise enfrentada pelo ensino superior, de acordo com o que cita Júnior, é consequência desta não atender a demanda apresentada e ainda por preparar os alunos de maneira precária, dificultando sua inserção ao mercado de trabalho.

> (...) o sistema federal de ensino superior estaria em crise por não absorver toda a crescente demanda e por não preparar adequadamente universitários para o mercado. Por outro lado, isto se deveria ao elitismo que marca toda a história da universidade brasileira e ao modelo universitário das universidades de pesquisa (modelo humboldtiano), excessivamente unificado, caro e insustentável no médio prazo pelo poder público, em tempos de crise do Estado. (JÚNIOR, 2001, p.47)

Com a capacidade de investimento esgotada, o Estado reduz sua participação no sistema. Se em meados da década de 1990 o Estado respondia por 42% das matrículas, no início dos anos 2000 respondia por menos de 30%. No sentido de discutir o processo de reforma do Ensino Superior faz-se presente a necessidade de perceber a participação dos mais diversos atores sociais, tais como governo, instituições de ensino superior tanto no âmbito público quanto no privado, corpo docente, corpo discente, funcionário, família e comunidade, bem como suas estratégias para enfrentamento. No final de 2004 o MEC incorporou esta responsabilidade e apresentou um ante-projeto de reforma da educação superior, causando polêmica em virtude das inúmeras críticas e propostas de modificação por ele apresentadas.

O FENÔMENO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL OCORRE NA VIGÊNCIA DA CF/88, QUE CONSAGROU OS PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA E DA INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Em 2004 a burguesia industrial encontra um cenário político adequado para atuar na "modernização da universidade", em um plano mais estrutural, haja vista que a criação do grupo interministerial de reforma universitária ocorre já na gestão presidencial de Lula. Neste mesmo ano, o então ministro da Educação, Tarso Genro, convida o Conselho Nacional da Indústria – CNI a participar do debate sobre a reforma da educação superior, e este prontamente responde apresentando sua proposta a partir do documento *Contribuição da indústria para a Reforma do Ensino Superior.*

Acerca da apresentação deste documento, José Rodrigues comenta que:

> Na apresentação, a CNI reafirma seus permanentes objetivos hegemônicos e lança "seis grandes desafios":1. instituir novo marco regulatório para avaliar o desempenho das instituições de educação superior (IES); 2. implementar um processo de autonomia substantiva no conjunto das universidades; 3. desenvolver pesquisa básica e aplicada, cuja utilidade social e econômica esteja vinculada ao projeto de nação; 4. aperfeiçoar

> os critérios de credenciamento e de avaliação praticados pelo sistema de educação superior; 5. implementar padrões educacionais compatíveis com a sociedade da informação e do conhecimento;6. ampliar a oferta de educação superior na área tecnológica.

Na presente citação fica claro que o documento defende o discurso da teoria do capital humano, bem como a relação educação-desenvolvimento no plano do ensino superior. O governo Lula, apesar de criticar a condução do ensino superior do governo anterior, tornou a repetir as características neoliberais e fortaleceu a implementação de projetos sociais. A máquina estatal aumentou o investimento no setor privado do ensino superior, mas com uma bandeira de projeto social. O ProUni é uma ilustração real deste paradoxo, pois viabiliza o acesso à educação superior beneficiando o setor privado.

O Decreto de 20 de outubro de 2003 constitui oficialmente a Reforma do Ensino Superior no governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a competência de analisar a educação superior no Brasil, apresentando, consequentemente, um plano de ação voltado para a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Deste Grupo faziam parte o Ministério da Educação, a Casa Civil, a Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Fazenda. O relatório final do GTI, divulgado extra-oficialmente em dezembro de 2003, reconhece a situação crítica do ensino superior no Brasil, em especial das universidades federais, e atribui a crise ao sistema fiscal do Estado, não aprofundando esta afirmativa.

O ano de 2004 trouxe o Programa Universidade para Todos – ProUni, que deveria ter sido lançado em 17 de abril de 2003, mas foi adiado e somente em 10 de setembro de 2004 foi instituído pela Medida Provisória (MO) nº 213. Logo em seguida, o Decreto nº 5.245 de 18 de outubro de 2004 regulamentou a MP e a Portaria nº 3.268 de 19 de outubro de 2004, estabelecendo os procedimentos para adesão das Instituições Privadas de Educação Superior ao ProUni. Mais recentemente, em 13 de janeiro de 2005, o ProUni foi transformado em lei – Lei nº 11.096/05, incentivando às instituições que a aderissem com isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Em 2004 também foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que preocupa-se com a condução do processo de avaliação da educação superior e assenta-se no tripé "avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes". Em 20 de julho de 2004, com o

Decreto nº 5.154, fica instituída a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre os ensinos médio e técnico. E já no final de 2004 foi decretada a Lei nº 10.973 de 02 de dezembro, que "dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências". Essa lei beneficia as universidades, pois à elas será repassado o montante principal das verbas de pesquisa.

Finalizando 2004, em dezembro temos a regulamentação da Lei nº 11.079, com as Parcerias Público-Privadas (PPP), que "institui normas gerais para a licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública". O ano de 2005 foi marcado pela regulamentação do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro, que trata sobre a Educação à Distância. E no campo do ensino superior, os Master Business Administration (MBA) tornam-se grande objeto de procura pelos graduados em Ciências Sociais Aplicadas. Com tudo isso, a educação superior caracteriza-se a partir de uma identidade neo-profissional, pragmática, competitiva e submissa ao plano do mercado. Paralelamente a todas as medidas legais supracitadas, ocorre a divulgação de três documentos a fim de apresentar uma proposta de Reforma da Educação Superior. O primeiro documento, intitulado "Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes", datado de 02 de agosto de 2004, discorre sobre a reafirmação dos princípios e a consolidação das diretrizes presentes no relatório do GTI. O segundo, de 03 de dezembro de 2004, apresenta a primeira versão ao Anteprojeto de Lei do MEC para a reforma do ensino superior e o terceiro, divulgado em maio de 2005, prevê uma nova versão ao ante-projeto citado anteriormente, e encontra-se, ainda, na Casa Civil da Presidência da República para acertos de detalhes no que tange a questão do financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para finalmente ser encaminhado ao Congresso Nacional.

EM 2004 A BURGUESIA INDUSTRIAL ENCONTRA UM CENÁRIO POLÍTICO ADEQUADO PARA ATUAR NA "MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE", EM UM PLANO MAIS ESTRUTURAL, HAJA VISTA QUE A CRIAÇÃO DO GRUPO INTERMINISTERIAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA OCORRE JÁ NA GESTÃO PRESIDENCIAL DE LULA.

Considerações finais

A partir deste artigo percebemos a redundância entre a Reforma do Ensino Superior e o texto constitucional. O discurso do presidente Lula defende uma sociedade mais democrática, mas esse viés democrático caminha paradoxalmente às decisões que são tomadas a partir do interesse do capital.

A situação do ensino superior é de crise, e a indefinição sobre sua posição é um fator agravante deste fenômeno. As universidades se perdem entre ser produtora de conhecimento, cultura e crítica à sociedade ou responder às expectativas do

mercado de trabalho. Percebemos, contudo, que as ações que movimentam o ensino superior no Brasil visam um capitalismo cada vez mais efervescente, voltado convenientemente para o setor produtivo. E deste modo, com o avanço em busca do progresso e do desenvolvimento, agravamos ainda mais o desnível das classes sociais.

Faz-se mister mencionar que para uma Reforma da Educação Superior no Brasil depende de uma apreciação do tema pelos órgãos competentes, cujo debate seja claro e preciso em torno dos âmbitos público e privado, organizando os segmentos da sociedade numa disposição mais democrática.

De fato, verifica-se que os documentos que trazem a discussão e regulamentação do ensino superior no Brasil retratam uma percepção da sociedade brasileira sobre a reforma da educação superior onde esta é classificada como pragmática, pois acredita que a formação acadêmica deva estar voltada para o mercado de trabalho e setor produtivo, que a população, a universidade e a indústria são duas instâncias que caminham paralelamente, e que os formadores de opinião têm clareza de que a manutenção do ensino superior deve ser de alta qualidade e gratuita.

Assim, acredita-se que o Estado deva criar mecanismos de financiamento, dividindo o ônus com os setores que têm interesse no produto de conhecimento, de modo a evitar a vulnerabilização da sociedade nas mãos do mercado globalizado e das conjunturas internacionais.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior:** Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior. Brasília, 2004.

_____, Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior:** Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior. Brasília, 2004.

_____, Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior:** Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior (2ª versão). Brasília, 2005

.

_____, Presidência da República – **Grupo de Trabalho Interministerial**. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e o roteiro para a reforma da universidade brasileira. Brasília, 2003.

_____, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases**

da Educação Nacional. Brasília, 1971.

_____, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1961.

_____, Presidência da República. Constituição **da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO. Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy. Duque de Caxias: UNIGRANRIO Editora, 2002

CARNEIRO, Moacir Alves. ***LDB fácil:*** *leitura crítico-compreensiva artigo a artigo.* 4º ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes **curriculares nacionais para o ensino médio**. Resolução Ceb nº 3, 26/06/1998

DEMO, Pedro. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento:** teoria do conflito. In: FRIGOTTO, GAUDENCIO. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 2ª rf., Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GENTILLI, Pablo. Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995

JUNIOR, João dos Reis Silva & SGUISSARD, Valdemar. Novas faces da Educação Superior no Brasil: **Reforma do Estado e mudanças na produção**. 2.ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, L.M.W. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 2002

SHIROMA, Eneida O. (ORG.). **Política educacional: o que você precisa saber sobre....** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

O SENTIDO ÉTICO DO BELO EM *O BANQUETE* DE PLATÃO

Leila Braile
Mestre em Teoria da Literatura e Doutoranda em Literatura Comparada – UFF
Professora da Faculdade Flama

Imagem modificada eletronicamente • Fonte: www.linsdomain.com/gods&goddesses/pictures/eros.jpg

Introdução: Breves considerações sobre a relação entre filosofia e literatura

Compreendemos a literatura como objeto de arte, como expressão da experiência estética do homem, portanto como um discurso que deve prestar contas de sua relação com a beleza, mesmo contra o fato de que parte do pensamento estético moderno tenha pretendido abolir o seu valor: espécie de vingança contra a expulsão dos poetas da república platônica. Desde então, a relação entre filosofia e arte tramita em um ambiente de profundos ressentimentos e indisfarçável mal-estar. Assim, as discussões acerca da forma e do valor de cada um destes discursos - logo nos dedicaremos a tentar situá-las – são muito antigas. Apesar disso, a cada época – geralmente quando fortes abalos ameaçam as estruturas da racionalidade, presenciamos a sua "descoberta".

DESDE ENTÃO, A RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA E ARTE TRAMITA EM UM AMBIENTE DE PROFUNDOS RESSENTIMENTOS E INDISFARÇÁVEL MAL-ESTAR. ASSIM, AS DISCUSSÕES ACERCA DA FORMA E DO VALOR DE CADA UM DESTES DISCURSOS SÃO MUITO ANTIGAS.

A partir das obras de Deleuze (1970), Ricœur (1983-1985) e daquele que especialmente habita a fronteira entre filosofia e literatura, o Flaubert de Sartre (1983)[1], o século XX testemunhou o surgimento de pensadores que se ocuparam em tematizar a fronteira entre as duas disciplinas, visando especialmente a esta particular forma de arte que é a literatura. Mais recentemente, o trabalho de Sabot (2002), falando pela filosofia, considera que a discussão impõe-se, particularmente na França, como um tema maior do pensamento contemporâneo. Se acompanhássemos a questão referida pelo autor sobre o que, para ele, nos textos literários, interessa à filosofia, e nas possibilidades de sua resposta, poderíamos ser levados a pensar que, atualmente e sob diversas perspectivas, desenvolve-se:

> uma sorte de filosofia da literatura que engaja (...) uma re-definição da filosofia - enquanto se faz também nos textos "literários" e não somente nos tratados e ensaios filosóficos – quanto uma reelaboração da idéia mesma de literatura – no sentido em que escapa a toda determinação essencial e à ordem da especulação estética para se fazer máquina de pensar (SABOT, 2002, pp.12-13).

Ocorre, porém, que não entendemos a relação entre filosofia e literatura desta forma. Não acreditamos no apagamento de seus objetos, na indeterminação de suas fronteiras e menos ainda que seja "máquina de pensar" cujo nexo se estabeleça sobre o que, nela, "escapa a toda determinação essencial e à ordem da especulação estética". Não somos capazes de imaginar uma teoria da literatura que não se dirija precisamente a esta "ordem da especulação estética". Outra coisa, bem diferente, seria dizer que o diálogo da literatura com a filosofia – assim como com qualquer outra forma de expressão da cultura – pode levar à

1 O "especialmente" refere-se ao fato de Sartre, além de filósofo, ser também escritor e dramaturgo.

revisão crítica de seus fundamentos e de sua destinação (tantas são as hipóteses sobre quais sejam!). Mas isso só faria confirmar a literatura em sua qualidade de "obra aberta", plurissignificativa, que deveríamos saber suportar sem dar-lhe outro nome que não seja arte.

O mesmo ocorre com a filosofia. Hoje, depois de uma longa tradição metafísica sistemática, a possibilidade de algo assim como a "filosofia" está sendo questionado. O pensamento moderno definiu-se e buscou afirmar-se por meio de uma má relação com o platonismo. O platonismo como signo de uma sociedade fechada frente à sociedade aberta popperiana, ou a doutrina metafísica da verdade como retidão frente à desocultação heideggeriana, ou a farmácia platônica do desconstrutivismo derridiano com propostas que se formulam em combate contra uma sombra platônica que, examinada mais de perto, acusa-nos enormes problemas sobre a densidade e o rigor do que se nos propõe Platão.

A cena intelectual está ocupada, em parte, pelo debate, que já começa a envelhecer, sobre a destruição, fechamento ou *dépassement* da metafísica, segundo seja a orientação filosófica que se lhe imprima: Nietzsche, Heidegger ou Derrida. Superar a metafísica parece querer dizer inverter o platonismo. Mas, para inverter algo, para colocá-lo ao avesso, seja lá o que isto signifique, devemos dispor daquilo que queremos inverter, devemos dispor dos materiais em que se funda nosso interesse. Deveria, pois, tratar-se, neste caso, de dispor dos textos platônicos; ou, de outro modo, oferecer explicações sobre o Platão de que se fala. Não há dúvida de que precisamos de um grande reajustamento de nossas categorias habituais – o pensamento moderno que se funda contra a metafísica é já uma "nova" tradição - para compreender o que Whitehead indicava com a provocadora observação de que a história da filosofia constitui um conjunto de notas de rodapé a Platão. Reconhecemos que os "objetos" definidores de uma forma de conhecimento do mundo não devam ser, o tempo todo, interpretados como substâncias em si; mas deveríamos igualmente reconhecer que os seus aspectos persistentes verificáveis, relacionados em um evento, dão origem à idéia de coisas substanciais, de maneira muito parecida como, segundo Platão, o fluxo do mundo sensível ganha ordem e estabilidade ao ser colocado sob as Formas.

Que o maior inimigo que têm em comum os positivistas lógicos e os pragmatistas, os desconstrutivistas e os existencialistas, seja o "platonismo" redunda no fato de que a possibilidade de auto-esclarecimento de nossa situação contemporânea passa por dilucidar o que seja "platônico", ainda que pareça não ser motivo de discussão que seus textos sejam o ato fundacional deste fenômeno a que chamamos de filosofia.

O belo sentido da vida

Radicalmente distinta da experiência moderna, até o século IV a intuição grega não supõe o belo no exílio de um objeto de arte. Será com Platão que a idéia de representação figurada fundamentada na *mímesis* ganhará a sua forma definitiva entre os gregos.

> Na virada dos séculos V e IV a.C, a teoria da mímesis, da imitação, esboçada por Xenofonte, e elaborada de forma totalmente sistemática por Platão, marca o movimento em que, na cultura grega, a versão que leva da presentificação do invisível à imitação da aparência foi realizada. (VERNANT, 2001, p. 296)

Sem o panorama que se desenha no *Banquete*, seria, no mínimo, curioso perceber que o maior crítico da *mímesis* e, portanto, do estatuto fictício da imagem, no esforço de esclarecer seus perigos para a vida na *pólis*, tenha sido justamente o seu maior ideólogo; isto porque, especialmente neste diálogo, Platão parece confirmar o que Jaeger vislumbra na *Paidéia* sobre as intenções do filósofo de reunir o aparentemente inconciliável em favor de uma nova ordem cultural em que a filosofia estabilize e controle o sentido das relações humanas de que pretende dar conta, conquistando para o seu favor "aquelas energias naturais e instintivas que de outra maneira teria que combater em vão" (JAEGER, 1986, p.498).

SEM O PANORAMA QUE SE DESENHA NO BANQUETE, SERIA, NO MÍNIMO, CURIOSO PERCEBER QUE O MAIOR CRÍTICO DA MÍMESIS E, PORTANTO, DO ESTATUTO FICTÍCIO DA IMAGEM, NO ESFORÇO DE ESCLARECER SEUS PERIGOS PARA A VIDA NA PÓLIS, TENHA SIDO JUSTAMENTE O SEU MAIOR IDEÓLOGO

Hoje, talvez fôssemos tentados a chamar de fronteira[2] o lugar em que se encontram os sentidos do belo neste diálogo. Entretanto, além de não ser uma terminologia adequada aos limites teóricos em que buscamos sustentar este trabalho, ocorre que estes sentidos não ficam o tempo todo no limbo entre o antigo (a tradição religiosa fundada no mito) e o novo (filosofia). Se, neste diálogo, Platão circula entre noções que se desdizem – Eros é o mais antigo dos deuses; Eros é o mais jovem dos deuses; Eros é um deus; Eros não é um deus, mas um *daimon*; Eros é absolutamente bom; Eros pode ser mau – tem em vista, como veremos afirmar mais adiante um dos mais importantes estudiosos deste diálogo[3], fundar as bases do seu pensamento acerca do amor e da beleza sobre a revisão das diversas doutrinas eróticas que disputam com a filosofia a direção espiritual de Atenas.

Com estas considerações, queremos advertir que a idéia de

2 Como o faz TRÍAS, quando considera o sinistro, categoria utilizada pelo autor para definir a sombra arquetípica do belo, como condição e limite de toda noção de beleza, incluindo neste marco toda idéia de beleza de inspiração platônica. TRÍAS, Eugenio. Lo bello y lo siniestro. Barcelona, Nuevo Ensayo, 1982. Comentando a leitura neoplatônica do Banquete: "La belleza es el velo de irradiación comunicable que, a modo de esplendor del rostro, cubre la abismal separación y transcendencia de lo divino con la ilusión de familiaridad, de inmanencia.", p.57.

3 Referimo-nos a ROBIN, autor de um dos mais importantes estudos sobre o Banquete. ROBIN, León. La Théorie platonicienne de l´amour [1908]. Paris, PUF, 1964.

beleza presente no *Banquete*, não obstante todas as discensões verificáveis entre os oradores deste diálogo, está dirigida a nortear o cálculo do valor da vida humana pela possibilidade ou impossibilidade de sua coincidência com um sentido belo. Aqui, é o homem, ou, mais precisamente, a ação humana como elo de comunicação com a ordem divina, o que pode tornar, não um objeto, mas a totalidade do mundo, algo belo. Ressoa ainda nestes discursos sobre o amor a forte presença de uma tradição em vias de ser substituída; porém ainda não estamos no tempo em que a beleza será representada; por meio do amor, ela será a manifestação, "aqui e agora", de instância que a transcende, da qual é patência e distanciamento:

> Ao lado do mito em que se contam histórias, em que se narram relatos, ao lado do ritual em que se cumpre sequências organizadas de atos, todo sistema Religioso comporta um terceiro aspecto: os fatos de figuração. Entretanto a figura religiosa não visa apenas evocar na mente do espectador que a observa a potência sagrada à qual remete, que "representa" em certos casos (...) ou que evoca na forma simbólica, entre outros. Sua ambição, mais ampla, é diferente.
>
> Ela pretende estabelecer com a potência sagrada, por meio daquilo que a figura de uma forma ou de outra, uma verdadeira comunicação, um contato autêntico; sua ambição é tornar presente essa potência "aqui e agora", para colocá-la à disposição dos homens, nas formas ritualmente necessárias (VERNANT, 2001, p.298).

A noção matriz do diálogo

Partimos do pressuposto que aponta para a existência, neste diálogo platônico, de uma relação necessária entre amor e beleza. Será preciso, então, em primeiro lugar, demonstrá-la, encontrando a sua vigência no seio do próprio diálogo, através da interpretação das marcas textuais que a denunciem. Mas, com isso, o problema da relação entre o amor e a beleza estaria apenas parcialmente resolvido. Verificar os sentidos do belo no *Banquete* de Platão exige conectar a sua expressão no texto ao projeto primeiro do diálogo. Lembremos que esta obra subintitula-se nos termos de um objeto explícito: "Do Amor". Nosso problema, portanto, é bem mais complexo. Devemos, além de tudo, dar legibilidade a uma análise sobre a beleza que se quer fundar sobre um texto deliberadamente dirigido a discutir o amor. Não obstante, este é um problema que pretendemos fazer falar em nosso favor, porque será precisamente nos termos da figuração de Eros que buscaremos o lugar da beleza nesta obra.

O primeiro destes termos é o que estabelece o amor na ordem divina. Parece então que, antes de falar do amor, os oradores precisam fixar-lhe um âmbito específico ou, dito de outra forma, encontrar sua imagem primeira, uma noção matriz que cadencie hierarquicamente as demais. Esta caracterização divina aparece, então, como o termo determinante que subordina as outras noções que se articulam a respeito do objeto amor.

Fedro, Pausânias, Erixímaco, Aristófanes e Agatão, portanto cinco dos sete oradores do *Banquete*, acatam, de diferentes maneiras, a idéia de que o amor é um deus. Alcebíades também segue este programa, substituindo, porém, a imagem divina do amor pelo que imagina ser a sua máxima personificação, o próprio Sócrates. E mesmo o filósofo, que negará ao amor o estatuto divino, vê-se obrigado a dar conta desta idéia para inverter o eixo da discussão em favor de uma nova ordem de problemas. De todo modo, antes, os cinco primeiros discursos deverão sustentar as suas teses sem perder de vista o desiderato formulado por Fedro de que o amor deve ser louvado porque é um deus.

ESTAMOS DE ACORDO COM ROBIN QUANDO PENSA O BANQUETE COMO UMA RESPOSTA A DOUTRINAS ANTERIORES SOBRE O AMOR, REPRESENTADAS NÃO NECESSARIAMENTE POR TODOS OS QUE TÊM VOZ NO DIÁLOGO, MAS, AO MENOS, POR UMA PARTE DELES.

Neste contexto – lembrará Sócrates mais tarde – se o amor é um deus, os elementos de sua natureza deveriam evidentemente corresponder ponto a ponto aos de uma divindade. Isto parece importante porque se, por um lado, como já indicamos, Sócrates pretende desarticular a idéia de que o amor é um deus e nisso assenta as bases e a eficácia de seu próprio edifício argumentativo; por outro, esta mesma atitude socrática confere poder à idéia divina do amor, à medida em que a precoce atenção que dedica ao tema parece denunciar a sua primazia em relação às demais figuras de Eros verificáveis nos discursos que antecedem o seu, com as quais o filósofo também se haverá, porém de um modo totalmente novo, decididamente beneficiado pela desestruturação que opera sobre a idéia central que lhes dava sustentação.

A extensão que estes discursos ocupam no diálogo parece indicar que Platão dialoga com uma importante tradição da cultura grega que precisamos observar mais de perto. Por isso estamos de acordo com Robin quando pensa o *Banquete* como uma resposta a doutrinas anteriores sobre o amor, representadas não necessariamente por todos os que têm voz no diálogo, mas, ao menos, por uma parte deles. Assim, os discursos que antecedem o de Sócrates, se não representam sempre os pontos de vista de retóricos e sofistas, representam ao menos pontos de vista alheios ao da filosofia como disciplina que aponta ao melhoramento do homem, tal qual se faz ver no discurso socrático e se ratifica, por contraste, no de Alcebíades; uma tradição discursiva com a qual Platão precisa dialogar, a fim de edificar a sua própria doutrina sobre o amor e a Beleza.

> Em cada um deles, no entanto, há, veremos, alguma coisa a mais: um ponto de vista sobre a questão e a exposição de uma doutrina. Dificilmente acreditar-se-ia que estes pontos de vista e doutrinas distintas tenham sido inventadas por Platão para servir de antíteses à sua própria concepção: alguns pode ser, mas não todos (ROBIN, 2002, p. XXXIV).

Em suma, queremos afirmar que, ainda quando aparece em negativo, a idéia que lança o amor a um lugar divino cumpre

papel fundamental no diálogo, porque é uma idéia fundacional em cujo centro pretendem assentar seu nexo todas as demais idéias.

Relação entre as noções de amor e beleza

Dissemos anteriormente que existe no *Banquete* uma representação matricial de Eros a partir da qual se articulam as demais e que esta figuração matricial reside na idéia de que Eros é um deus. Dissemos ainda que, admitido sem restrições, revisto ou negado, todos os discursos, sem exceção, consideram a importância deste pressuposto e se afirmam a partir dele. Com base nisto, concluíamos ser necessário, então, examinar os meios pelos quais a beleza estaria ligada a esta idéia fundante no diálogo. Avançaremos, a partir de agora, a análise no sentido de afirmar que a beleza não só participa desta idéia matricial como é a característica mais importante de sua essência. Dizer que o amor é um deus, como veremos, é, antes de tudo, afirmar o seu caráter belo.

Em *Os deuses da Grécia*, Otto (2005) analisa obras fundacionais da cultura helênica em busca do significado das representações do divino para o homem grego. A obra apresenta um capítulo especialmente dedicado à definição dos elementos que, segundo o autor, conformam entre os helenos o espírito e a forma da essência do divino. Ancorado em imagens da tradição homérica, Otto faz emergir, entre o caráter imortal e a consciência feliz da própria identidade, a beleza como elo fundamental para a configuração da ordem divina. Assim, neste contexto, ser um deus é necessariamente ser belo. E mesmo a primazia da eterna juventude e, portanto, da imortalidade como dom capital do ente divino não se realiza sem uma profunda conexão com a beleza. Embora indissociáveis – o autor não negligencia o fato de que um deus é a imagem de um mundo completo, onde resplandecem todas as virtudes -, a beleza tem prevalência em relação à eternidade porque a função primordial da figuração dos deuses no auge de sua juventude é, antes de tudo, garantir-lhes o caráter belo.

> A imortalidade é comum a todos e eles são chamados eternos, os que sempre existiram; nem por isso, entretanto, se afirmava que nunca teriam nascido (...) Todavia eles só eram representados no esplendor da juventude. Isso é muito indicativo da acepção helênica de deus, e como que um símbolo de sua particular natureza. (...) Mesmo a suprema sabedoria tinha de corresponder não a um além da vida, mas ao seu mais jovial vigor, e o conhecimento tinha sede não no rosto envelhecido de um ancião afastado do mundo, mas na face juvenil e nos lábios florescentes de Apolo (OTTO, 2005, pp. 113-114).

No *Banquete*, porém, o divino não é uma idéia geral e flutuante, mas aparece significativamente encarnado em duas de suas representações. Eros e Afrodite surgem dos discursos de tal maneira identificados que, neste diálogo, o amor não se explica-

ria sem os dons de Afrodite, porque, se existem entre estes deuses níveis de prevalência, e acreditamos que existam, o que vemos é a imagem da deusa subordinar a de Eros. Ainda que se considere, como o faz Calame, que "Eros tem as rédeas do sopro vital que os gregos chamam de *psikhé*" (CALAME, 1996, p.30), e isto faz com que o amor seja uma força de atração sem a qual o diálogo não funciona, este movimento só se completa e ganha sentido porque aos homens acena com a promessa da magnânima beleza. No *Banquete*, a insistência de um "obsedante vocabulário da visão" (BRISSON, 2001, p. 70) confirma a idéia expressa no *Crátilo* (PLATÃO, 1963, 420b) de que o amor "entra" pelos olhos. Se ver é condição para amar (CALAME, 1996, p.32), o amor será, então, uma força atrativa de segunda ordem, condicionada pela intervenção de Afrodite.

A deusa é quem fixa, adere o olhar ao objeto, obrigando, pelo impacto de seu resplendor, a "olvidar tudo no mundo por uma coisa só" (CALAME, 1996, pp. 85-86). Por submeter o homem à visão, por escravizá-lo a "uma coisa só" (Alcebíades dará um extenso testemunho deste poder) (PLATÃO, 2003, 218e-219e), esta tendência todo-poderosa de Afrodite será duramente criticada no discurso de Sócrates. E exatamente o que o discurso de Sócrates condena neste tipo de amor é a sua renitente necessidade de fixar-se em um objeto.

FEITAS DE BEM E MAL, DE ENCONTRO E PERDIÇÃO, AS PALAVRAS ENGANADORAS, ENCANTADORAS, COINCIDEM, JÁ NO HINO HOMÉRICO A AFRODITE; OU, NA ILÍADA, COM O ENCANTAMENTO PROVOCADO PELA RECITAÇÃO ÉPICA SOBRE O AUDITÓRIO.

A intriga - a lenda do engano (Pandora ou Helena), a desorganização de uma determinada ordem - é um dentre os modos de sedução de Afrodite. Feitas de bem e mal, de encontro e perdição, as palavras enganadoras, encantadoras, coincidem, já no hino homérico a Afrodite; ou, na Ilíada, com o encantamento provocado pela recitação épica sobre o auditório. Na Ilíada, Menelau é a personificação do desejo insaciável da guerra equiparado ao desejo amoroso:

> Amor e poesia compartilham, deste modo, na representação religiosa da poética arcaica, afinidades às quais não ficará indiferente o erudito que investigue a função a assinalar à poesia erótica" (CALAME, 1996, p.63).

Fundamento que se encontra em estreita relação com o efeito sedutor do discurso e da palavra em geral.

Os modos de enunciação da beleza e das funções do amor verificáveis no *Banquete* podem dar acesso às diferentes manifestações da realidade sexual entre os gregos, porém, sob o domínio de Afrodite, não tem sentido querer diferenciar a linguagem erótica segundo o objeto sexual, o que nos levará à substituição da noção de homossexualidade pela de homofilia: compensa-se com palavras, com atos de linguagem a assimetria da relação amorosa. O gozo discursivo é, deste modo, uma substituição facilitada pelo carisma e encantamento que partilham o

amor e a palavra (CALAME, 1996, p.71-72).

Mas o que por enquanto nos importa é que, sem a intromissão de Afrodite, Eros seria apenas a confusão de um movimento sem alvo, sem meta, sem qualquer promessa de felicidade. O que, de fato, pode seduzir no amor é alguma ordem de compromisso com o belo. Isto parece ponto pacífico nesta obra. Entretanto, o que coloca os discursos em direto combate são os diferentes entendimentos a respeito do que venha a ser a verdadeira beleza. O que estará, então, sendo posto à prova é algo que talvez se pudesse expressar na pergunta: Mas, afinal, o que é realmente tão belo no amor que o faz irresistível? Sabemos, desde o início do diálogo, que esta força "irresistível", carismática, não advém do próprio Eros. *Kháris* "é companheira e serva de Afrodite" (OTTO, 2005, p. 91).

Entretanto, no *Banquete*, a noção de Beleza abre-se em vários outros e, não raro, divergentes sentidos, fazendo, deste modo, com que a análise do quadro geral dos discursos cobre inescapável importância, à medida que Platão irá, em sua imagem final da Beleza, incorporar ou dispensar elementos expressos pela tradição discursiva que o precede. Assim, não se pode examinar os sentidos da Beleza no *Banquete* sem que antes seja verificado o papel atribuído a Eros por cada discurso particular, porque compreender a atitude extremamente complexa de Platão em relação à Beleza exige preliminarmente entender as suas relações com o tema do amor.

Referências Bibliográficas

BRISSON, Luc. **Présentation et traduction inédite a Le Banquet de Platon**, 2e édition, Paris, GF Flammarion, 2001.

CALAME, Claude. **L´eros dans la Grèce antique**. Paris, Berlin, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Proust et les signes**, PUF, coll. À la pensée, 1964, éd. augmentée en 1970.

JAEGER, Werner. **Paidéia – a formação do homem grego**. São Paulo, Martins Fontes,1986.

OTTO, Walter Friedrich. **Os deuses da Grécia: a imagem do divino na visão do espírito grego** (1929). Tradução e prefácio de Ordep Serra. São Paulo, Odysseus editora, 2005.

PLATÃO, **Crátilo**, Trad. Pe. Dias Palmeira. Lisboa. Ed. Sá da Costa. 1963 (1ª.ed).

PLATÃO. **O Banquete**. Tradução, introdução e notas de J. Cavalvante de Souza, 2ª edição, Rio de Janeiro, Difel, 2003.

RICŒUR, Paul. **La Métaphore vive**, Seuil, coll. L'Ordre philosophique, 1975 e Temps et récit, Seuil, coll. L'Ordre philosophique, 3 tomes, 1983-1985.

ROBIN, Léon **Notice a œuvres complètes de Platon**. t. IV, 2e

partie, Le Banquet. Texte établi et traduit par Paul Vicaire avec le concours de Jean Laborderie, Paris, Les Belles Lettres, 2002.

ROBIN, León. **La Théorie platonicienne de l´amour** [1908]. Paris, PUF, 1964.

SABOT, Philippe. **Philosophie et littérature. Approches et enjeux d'une question**, PUF, coll. Philosophies, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Idiot de la famille**, Gallimard, 1971, rééd. coll. Tel, 3 vol., 1983.

TRÍAS, Eugenio. **Lo bello y lo siniestro**. Barcelona, Nuevo Ensayo, 1982.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito e política**. São Paulo, Edusp, 2001, p.296.

REVISTA REFLEXÃO FLAMA

Publicação Eletrônica da Faculdade Flama
Ano I – Número 1 – Dezembro de 2009